

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP**

**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

GIOVANNA CARRARO MAIA MACHADO

JARDINS HISTÓRICOS:

Definições e Parâmetros. Os Jardins do Oeste Paulista como Estudo de Caso

**Bauru – SP
2016**

GIOVANNA CARRARO MAIA MACHADO

JARDINS HISTÓRICOS:

Definições e Parâmetros. Os Jardins do Oeste Paulista como Estudo de Caso

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo – PPGARQ, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Prof^a Dr^a Marta Enokibara

Bauru – SP
2016

Machado, Giovanna Maia Machado.
Jardins Históricos: Definições e Parâmetros. Os
jardins do Oeste Paulista como Estudo de Caso
195 f.

Orientador: Marta Enokibara

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2016.

1. Jardins Históricos; 2. Oeste Paulista; 3. Cartas
Patrimoniais; 4. Ferrovia. I. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação. II. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

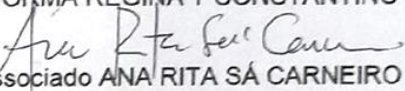


ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de GIOVANNA CARRARO MAIA MACHADO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO.

Aos 14 dias do mês de setembro do ano de 2016, às 09:00 horas, no(a) Auditório da Seção Técnica de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professora Doutora MARTA ENOKIBARA - Orientador(a) do(a) Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru - UNESP, Profa. Dra. NORMA REGINA T CONSTANTINO do(a) Departamento de Arq Urb e Paisagismo / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Associado ANA RITA SÁ CARNEIRO do(a) Departamento de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Pernambuco, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de GIOVANNA CARRARO MAIA MACHADO, intitulada **Jardins Históricos: definições e parâmetros**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final:
APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


 Professora Doutora MARTA ENOKIBARA


 Profa. Dra. NORMA REGINA T CONSTANTINO


 Professor Associado ANA RITA SÁ CARNEIRO

Para Linneu, André e Maria Clara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Marta Enokibara, pelo apoio, compreensão, orientação e paciência, dedicado ao longo desses anos, acompanhando minha evolução desde da graduação até o mestrado. Sua dedicação e esmero, me influenciaram a seguir nas pesquisas e ingressar na vida acadêmica.

A Prof^a Dr^a Norma Regina Truppel Constantino, pelo auxílio, motivação e considerações durante o mestrado, e por aceitar o convite para a participação desta defesa. A Prof^a Dr^a Ana Rita de Sá Carneiro pelas considerações esclarecedoras que contribuíram para a finalização desta dissertação, e por aceitar o convite para participar do fechamento deste trabalho.

Aos docentes e equipe administrativa da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A minha família, em especial ao meu marido Linneu, que me apoiou desde o início, fornecendo estrutura emocional. Ao meus pais, José e Maria de Lourdes, e minha irmã Júlia, por cuidarem de meus filhos nos momentos mais cansativos. À minha sogra, Magaly, que se tornou minha segunda mãe neste processo, me amparando nas mais variadas situações.

As amigas Rosana e Ludmilla, pelo apoio e incentivo a terminar este trabalho. Aos colegas da Pós-Graduação presentes nas conversas e estudos.

E à Deus, que nas orações de familiares e amigos me fortalecia a cada dia..

MACHADO, Giovanna Carraro Maia. **Jardins Históricos: Definições e Parâmetros. Os Jardins do Oeste Paulista como Estudo de Caso.** Bauru, 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo) – FAAC – UNESP, sob a orientação da Professora Doutora Marta Enokibara.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é discorrer sobre a definição e os parâmetros que caracterizam um jardim histórico, realizando um percurso histórico das instituições internacionais e nacionais, averiguando como estas elaboraram suas respectivas cartas patrimoniais e documentos que versam sobre o tema. À luz destas discussões, foi possível compreender a definição fornecida pela Carta de Florença (1981) realizada pelo ICOMOS-IFLA, e destacar os 3 parâmetros – autenticidade, integridades e atributos histórico-cultural, compositivo e botânico - que auxiliam na identificação dos jardins como históricos. Com base nessas análises, adotou-se como estudo de caso os jardins levantados junto à pesquisa do Temático FAPESP subtema 3 “Saberes técnicos e teóricos na configuração e reconfiguração das cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no Oeste do Estado de São Paulo”, sobre as cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no oeste do estado de São Paulo, através das linhas ferroviárias – Alta Paulista, Alta Araraquarense, Alta Sorocabana e Noroeste - coordenada pela equipe de professores da Unesp-Bauru. Baseado no conteúdo das pesquisas de Iniciação Científica sobre as praças e jardins do Oeste Paulista, que compreendeu a análise de 64 praças existentes nas 29 cidades, o objetivo específico desta dissertação, foi selecionar 4 exemplares, sendo 1 de cada ramal ferroviário, averiguando se são possuidores dos parâmetros estudados, passíveis assim, de ser indicados como jardins históricos.

Palavras-chave: Jardim histórico, oeste paulista, cartas patrimoniais, ferrovia.

MACHADO, Giovanna Carraro Maia. **Jardins Históricos: Definições e Parâmetros. Os Jardins do Oeste Paulista como Estudo de Caso Historical Gardens: Definitions and Parameters. The gardens at the São Paulo State Western in a Case Study.** Bauru, 2016. Master's dissertation (Mastery Postgraduation Program in Architecture and Urbanism) – FAAC – UNESP, under the orientation of Professor Doc. Marta Enokibara.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to discuss the definition and parameters that characterize a historical garden, making a historical background of international and national institutions, as well as how they elaborated their respective conservation charters and documents that deal with the theme. In the light of these discussions, it was possible to understand the definition provided by the Florence Charter (1981) by ICOMOS-IFLA, and to highlight the three parameters - authenticity, integrity and historical-cultural, compositional and botanical attributes - that Historic buildings. Based on these analyzes, the study of the gardens surveyed by the FAPESP Thematic sub-theme 3 "Technical and theoretical knowledge in the configuration and reconfiguration of cities formed with the opening of pioneer zones in the São Paulo State Western" was adopted as a case study. On the cities formed with the opening of pioneer zones at São Paulo State Western, through the railway lines – Alta Paulista, Alta Araraquarense, Alta Sorocabana and Noroeste - coordinated by the Unesp-Bauru faculty. Based on the content of the Scientific Initiation research on the squares and gardens of São Paulo State Western, which comprised the analysis of 64 squares in the 29 cities, the specific objective of this dissertation was to select 4 specimens, one of each being a railway branch, Possessors of the studied parameters, thus able, to be indicated as historical gardens..

Keywords: Historical garden, São Paulo State western, conservation charters, railroad.

SUMÁRIO

Introdução	7
Parte 1 – Jardim Histórico: conceituação em âmbito internacional e nacional	9
1. Das Instituições às Cartas Patrimoniais em âmbito internacional	10
1.1. As primeiras instituições e cartas patrimoniais de preservação	10
1.2. A Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) e as primeiras discussões sobre os jardins históricos	14
1.3. O Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (ICOMOS-IFLA) e seus simpósios	16
2. Das Instituições às Cartas Patrimoniais em âmbito nacional	32
2.1. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o tombamento dos primeiros conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos (1938-1970)	32
2.2. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): do “Compromisso de Brasília” (1970) à “Carta de Fortaleza” (1997)	43
2.3. O “Manual de intervenção em Jardins Históricos” (1999) e sua relação com a “Carta de Florença” (1981)	48
2.4. A “Carta dos jardins Históricos Brasileiros” (2010) e sua relação com a “Carta de Florença” (1981)	52
3. O jardim histórico como Paisagem Cultural	64
3.1. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): a inserção da categoria Paisagem Cultural (1992)	64
3.2. A “Ficha Integral de inventário e registro para Paisagens Culturais” – ICOMOS/IFLA (2006)	72
3.3. A “Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” (2009)	77
4. Conclusões da Parte 1: sobre a definição de jardim histórico nas cartas patrimoniais e seus parâmetros	79
Parte 2 – Estudo de caso: jardins do oeste paulista	85
5. A pesquisa “Praças e Jardins do Oeste Paulista. A configuração e reconfiguração do espaço público com a introdução da ferrovia”	86
5.1. O levantamento das praças e jardins ao longo das quatro linhas ferroviárias	89
5.1.1. Metodologia da Pesquisa	89
5.1.2. Relação de praças e jardins por linha	90
5.2. Parâmetros para estudo de jardins históricos no Oeste Paulista	98
5.2.1. A autenticidade e a Integridade	99
5.2.2. Atributos Histórico-Culturais	103
5.2.3. Atributos Compositivos	104
5.2.4. Atributos botânicos	109
6. Conclusão da parte 2: Seleção de jardins do oeste paulista a serem considerados como jardins históricos	111
6.1. Alta Paulista: Osvaldo Cruz - Praça Lucas Nogueira Garcez	112
6.2. Alta Sorocabana: Presidente Prudente - Praça Dom Pedro II	115

6.3. Alta Araraquarense: Araraquara – Praça da Matriz	118
6.4. Noroeste: Andradina – Praça Antônio João de Moura Andrade	121
Conclusões Finais.....	124
Bibliografia	127
Referências bibliográficas – Capítulo 1	127
Referências bibliográficas – Capítulo 2	130
Referências bibliográficas – Capítulo 3 a 4.....	133
Referências bibliográficas - Capítulo 5 e 6.....	134
ANEXOS.....	137
Anexo I - Relação dos autores e artigos apresentados nos Simpósios ICOMOS-IFLA de 1971 a 1981	138
Anexo II - Carta de Florença.....	140
Anexo III - Charte de Florence	145
Anexo IV - Charter of Historic Gardens “Florence Charter”	150
Anexo V - Carta de los Jardines Históricos “Carta de Florencia”	155
Anexo VI - Carta de Florença	160
Anexo VII - Tabelas de bens tombados pelo IPHAN, reorganizado e reclassificado em dezembro de 2015.....	166
Anexo VIII – Las Cuatro Fases da Metodologia de Análisis.....	169
Anexo XIX - Ficha integral de inventario y registro para Paisajes Culturales	183

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso histórico das Instituições criadas a partir da Liga das Nações.....	13
Figura 2 - René Pechère	16
Figura 3 - Capa do jornal científico Jardins et Sites Historiques e imagem interna com os jardins do castelo de Fontainebleau, local do 1º Simpósio ICOMOS-IFLA em 1971 (ICOMOS, 1993).....	17
Figura 4 -Jardins e pavilhões de Alhambra, Espanha.	19
Figura 5 - Jardins recentemente restaurados nos países europeus.....	21
Figura 6 - Vista área do Labyrinthe d’Horta, na esquerda. Na direita, Vista interna do jardim.	23
Figura 7 - Vista da escadaria do parque.	23
Figura 8 - Los Jardines de Miramar de Jean Claude Nicolas Forestier, 1929, na esquerda. Na direita, La Rosaleda Amargós de Jean Claude Nicolas Forestier, 1918.	24
Figura 9 - Correlação entre os principais temas abordados nos simpósios dos ICOMOS-IFLA de 1971-1981, com os artigos publicados na Carta de Florença (1981).....	31
Figura 10 - Percurso histórico das Instituições criadas a partir do MHN	33

Figura 11 - Passeio Público no Rio de Janeiro, imagem do arquivo em PDF de 2012	34
Figura 12 - Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé. A Praça Frei Caetano Brandão se encontra no centro do conjunto tombado (6).....	36
Figura 13 - Foto do início do século XX (esquerda) e Foto de 2016 (direita).	36
Figura 14 - “Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito da Penha” (1, 2, 3, 4 e 5) e área verde do município, destacado ao lado	39
Figura 15 - Imagem interna da Praça Senhor do Bomfim, ao fundo a Igreja do Senhor do Bomfim sem data (esquerda). Vista aérea da área de tombamento (direita).....	39
Figura 16 - Projeto de Mestre Valentim para o Passeio Público da cidade de Rio de Janeiro (esquerda) e Litografia de Alfred Martinet (1821-1875), datada de 1847	42
Figura 17 - Projeto do Passeio Público (esquerda) e foto da ponte principal, sem data.....	42
Figura 18 - Esquema ilustrativo das cartas patrimoniais (1970-1997) e como o jardim histórico está contemplado.	46
Figura 19 - Esquema comparativo entre a carta patrimonial e o manual. Circundado em vermelho, o mesmo assunto que aparece em ambos itens comparados	50
Figura 20 - Esquema comparativo entre ambas as cartas. Circundado em vermelho, o mesmo assunto que aparece em ambas	54
Figura 21 - Planta da Praça Euclides da Cunha, projeto de Roberto Burle Marx (1934-37) desenhado pelo Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE	58
Figura 22 - Foto da Praça Euclides da Cunha (direita), e desenho em pena nanquim sobre papel, de Roberto Burle Marx, de 1935 (esquerda).....	59
Figura 23 - Planta da Praça Casa Forte, projeto de Roberto Burle Marx (1934-37). Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE	60
Figura 24 - Foto da Praça de Casa do Forte (direita), e desenho em pena nanquim sobre papel, de Roberto Burle Marx, de 1935 (esquerda).....	60
Figura 25 - Planta da Praça da República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas. Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (esquerda), e foto aérea (direita)	61
Figura 26 - Planta da Praça do Derby, desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (esquerda) e o coreto (direita).....	61
Figura 27 - Praça Ministro Salgado Filho, projeto de Roberto Burle Marx. Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (acima) e o lago (abaixo).....	62
Figura 28 - Planta da Praça Faria Neves, projeto de Roberto Burle Marx (1934-37). Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (direita), área dos brinquedos em concreto armado (esquerda).....	62
Figura 29 - Planta do Parque de Versalhes, desenhado pelo abade Delagrive (1746), geógrafo da cidade de Paris	66

Figura 30 - Pierre Patél pai, Vista do Palácio de Versalhes, óleo sobre tela, 1668.....	67
Figura 31 - Vista do Jardim Clássico Suzhou com uma das residências (esquerda) e um dos lagos (direita)	69
Figura 32 - Vista aérea dos jardins e do Palácio Kromeriz.	70
Figura 33 - Um dos canteiros do jardim, ao fundo o Palácio Kromeriz.....	71
Figura 34 - Carmen Añón Feliu, em 2012.....	72
Figura 35 - Esquema ilustrativo das cartas patrimoniais internacionais e nacionais sob a perspectiva do jardim histórico.	81
Figura 36 - Cidades estudadas entre os anos de 2006 a 2011	87
Figura 37 - Ficha Catalográfica – Linha Alta Paulista, cidade de Osvaldo Cruz.....	90
Figura 38 - Projeto paisagístico de João Dierberger, para a Praça da República da cidade de Araraquara, na Linha Alta Araraquarense.....	100
Figura 39 - Exemplar de Jardim Linear, o Jardim Getúlio Vargas, cidade de Martinópolis, Linha Alta Sorocabana. Ao fundo o coreto em argamassa armada, e a direita a casa do chefe da estação. Foto de 1940.....	105
Figura 40 - Desenho simétrico com o foco central.	106
Figura 41 - Desenho simétrico com o eixo central dominante.....	106
Figura 42 - Desenho linear simétrico.	106
Figura 43 - Desenho Sinuoso e assimétrico.	107
Figura 44 - Espelho D'água com fonte ao centro. Praça Mello Peixoto, cidade de Ourinhos, Linha Alta Sorocabana. Foto sem data.....	107
Figura 45 - Coreto em madeira e alvenaria. Jardim Público, cidade de Araraquara, Linha Alta Araraquarense. Foto do início do século XX.	108
Figura 46 - Coreto com as ferragens da “Construtora” Oficinas Lidgerwood. No detalhe placa da construtora.....	108
Figura 47 - Listagem dos equipamentos e das espécies vegetais do projeto original de João Dierberger para a Praça da República	109
Figura 48 - A esquerda, Praça da República em Jaboticabal, Alfeneiro do Japão (<i>Ligustrum japonicum</i>) ao centro, e na direita o cedro (<i>Cedrela fissilis</i>). Na direita, Praça da República em Jahu, Alfeneiro do Japão (<i>Ligustrum japonicum</i>) ao redor da praça.	110
Figura 49 - Projeto da Praça Lucas Nogueira Garcez, recriado por Diehl (2009). (A) Fonte luminosa, (B) Coreto, (C) Obelisco, (D) Memorial 50 anos de imigração japonesa e (E) Parque infantil. Nas setas em vermelho, demarcando os eixos principais.....	113
Figura 50 - Vista aérea, foto de 1960.....	114
Figura 51 - Caminhos curvilíneos e duplicados. Fotos de 2009.....	114

Figura 52 - Coreto em alvenaria e concreto e a fonte luminosa. Fotos de 2009.	115
Figura 53 - Projeto da Praça dom Pedro II, recriado por Simabuko, 2007. Na imagem da direita (A) Fonte, (B) Coreto em alvenaria, (1) Delegacia de Polícia e cadeia, (2) Prefeitura Municipal e (3) Fórum	116
Figura 54 - Foto aérea de 1960.....	117
Figura 55 - Foto de 1952, ao fundo a Igreja de 1938, e o jardim já com os equipamentos arquitetônicos implantados, em destaque a fonte e as pérgulas.....	117
Figura 56 - Coreto em 2007, e ao fundo o prédio do Batalha da Polícia Militar de Assis na atualidade.	118
Figura 57 - Planta original do primeiro traçado da Praça da Matriz.	119
Figura 58 - Projeto da Praça da Matriz, recriado por Lança, 2009. Na imagem da direita (A) Fonte central, (1) Câmara Municipal e (2) caixa Econômica Federal. Na esquerda vista aérea, foto de 1925.	120
Figura 59 - Foto de 2008, chafariz com a águia, ao fundo a Igreja Matriz de São Bento.....	120
Figura 60 - Projeto da Antônio João de Moura Andrade, recriado por Gasparotto, 2007 (direita). Na imagem (A) coreto e (B) fonte	122
Figura 61 - Vista aérea, foto sem data.....	122
Figura 62 - Imagem do coreto, foto sem data.....	123
Figura 63 - Esquema ilustrativo das definições e parâmetros do jardim histórico.....	126

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Bem tombado como Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012. 35	35
Tabela 2 - Bens tombados como “Conjuntos arquitetônico e paisagístico”, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012.	37
Tabela 3 - Bens tombados com a presença de jardins ou praças, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012	40
Tabela 4 - Bens tombados como Conjuntos arquitetônico, urbanístico e paisagístico, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012 .46	46
Tabela 5 - Bens tombados como Conjuntos arquitetônico e paisagístico, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012	47
Tabela 6 - Bens tombados com a presença de jardins ou praças, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012	47
Tabela 7 - Jardins Históricos tombados à nível nacional pelo IPHAN - RJ.....	57

Tabela 8 - Jardins Históricos tombados à nível nacional pelo IPHAN - PE	57
Tabela 9 - Relação das linhas férreas, cidades e quantidade de praças estudadas	90
Tabela 10 - Praças e Jardins – Linha da Alta Paulista.....	91
Tabela 11 - Praças e Jardins - Linha da Alta Sorocabana.	94
Tabela 12 - Praças e Jardins – Linha Alta Araraquarense.....	96
Tabela 13 - Praças e Jardins – Linha Noroeste	98
Tabela 14 - Grupo de praças e jardins da Linha Alta Paulista quanto ao quesito “autenticidade e integridade”	101
Tabela 15 - Grupo de praças e jardins da Linha Alta Sorocabana quanto ao quesito “autenticidade e integridade”	101
Tabela 16 - Grupo de praças e jardins da Linha Alta Araraquarense quanto ao quesito “autenticidade e integridade”	102
Tabela 17 - Grupo de praças e jardins da Linha Noroeste quanto ao quesito “autenticidade e integridade”	103
Tabela 18 - Tipologia das praças levantadas.....	104
Tabela 19 - Praças e/ou jardins que possuem indicativos de jardins históricos.	111

Introdução

O primeiro contato com o tema sobre os jardins do Oeste Paulista se deu no ano de 2006, por ocasião do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica junto ao Projeto Temático FAPESP “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. Estado de São Paulo, séculos XIX e XX”, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Maria Stella Martins Brescianni, do Departamento de História da Unicamp, que foi desenvolvido entre os anos 2006 a 2011. À equipe da UNESP-Bauru, coordenada pelo Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior, coube desenvolver o subtema 3, “Saberes técnicos e teóricos na configuração e reconfiguração das cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no Oeste do Estado de São Paulo”.

Cada professor ficou responsável por um tema de estudo nas cidades escolhidas em comum ao longo dos 4 ramais ferroviários: Alta Paulista, Alta Sorocabana, Alta Araraquarense e linha Noroeste. Ao Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior (coordenador da equipe da UNESP-Bauru) coube o tema “Formação e Transformação das Cidades do Oeste Paulista: O avanço da Frente Pioneira”; a Prof^ª. Dr^ª. Marta Enokibara ficou responsável por “Praças e Jardins do Oeste Paulista. A configuração e reconfiguração do espaço público com a introdução da ferrovia”; a Prof^ª. Dr^ª. Norma Regina Truppel Constantino por “Conformação da estrutura agrária na formação do tecido urbano das cidades do Oeste Paulista”; e o Prof. Dr. Célio Losnak ficou responsável pelo o tema “Saberes e representações sociais da cidade no oeste paulista: publicação e circulação de materiais impressos a beira da ferrovia” (Projeto Temático, subtema 3).

Nas pesquisas “Praças e Jardins do Oeste Paulista. A configuração e reconfiguração do espaço público com a introdução da ferrovia”, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara, foram levantados e reconstruídos os desenhos de 64 praças, de 29 cidades dispostas nos 4 ramais ferroviários. Dentre estas pesquisas, minha primeira iniciação científica, foi desenvolvida no ramal da Alta Paulista, envolvendo as cidades de Marília, Tupã, Adamantina e Panorama.

As cidades estudadas estavam inseridas em um arco temporal do final do século XIX a meados do século XX. O material produzido evidenciou um conjunto paisagístico singular, com características próprias principalmente quanto ao seu formato. A maioria das praças era em formato de quadrícula, seguindo o desenho do traçado urbano em grelha. Se a reconstrução do desenho já foi tarefa difícil, mais difícil ainda foi procurar saber sobre as espécies vegetais utilizadas na época de implantação e os autores dos projetos. Um deles, Reynaldo Dierberger, se tornou o objeto de estudo de minha segunda iniciação científica.

Desde 2005 a Prof. Marta já estava pesquisando nos arquivos da família Dierberger na Fazenda Citra, localizada na cidade de Limeira (SP), e desde 2006 passei a auxiliá-la no levantamento e catalogação do material, o que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica denominada “Dierberger Arquitectura Paisagística Ltda. – Ensaio de Catalogação”. Paralelamente, outra bolsista, também sob orientação da Profa. Marta, estava pesquisando sobre o “Serviço de Distribuição de Mudanças e Sementes” no Instituto Agrônomo de Campinas. No período pesquisado, de 1909 a 1912, as duas cidades que mais solicitaram mudas foram Jahu e Jaboticabal.

Assim foi definida a terceira pesquisa desenvolvida no ano de 2009 sob orientação da prof. Marta, agora como meu Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. A cidade de Jahu foi escolhida por alguns motivos, primeiramente pela quantidade de material referente às praças e jardins; segundo, por seu estado de conservação (a maioria se encontrava em ótimo estado de conservação); e por ser a cidade onde resido. A proposta era identificar os jardins localizados no perímetro histórico da cidade, escolher um dos jardins e realizar um pré-inventário baseado na “Ficha Integral de Inventariamento e Registro de Paisagens Culturais” (ICOMOS/IFLA) e no “Manual de Intervenção em Jardins Históricos” (IPHAN). Este pré-inventário serviu não só para ampliar o entendimento do objeto de estudo em suas particularidades materiais, mas também de uso. Mas uma vez feito o pré-inventário desta praça, outras questões foram levantadas. O inventariamento, por si, já define o jardim como histórico? O que define um jardim como histórico? Quais são os parâmetros? As praças e jardins levantados na pesquisa do Projeto Temático são jardins históricos?

Estas questões foram encaminhadas para a presente pesquisa, agora como objeto de estudo do Mestrado, cujo o objetivo é discorrer sobre a definição e os parâmetros que caracterizam um jardim histórico tendo como referencial as cartas patrimoniais e documentos internacionais e nacionais que versam sobre o tema. À luz destes parâmetros, adota-se como estudo de caso os jardins levantados junto à pesquisa sobre as cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no oeste do estado de São Paulo, coordenada pela equipe de professores da Unesp-Bauru, para aferir se os mesmos possuem indicativos de jardins históricos.

Parte 1 – Jardim Histórico: conceituação em âmbito internacional e nacional

1. Das Instituições às Cartas Patrimoniais em âmbito internacional

1.1. As primeiras instituições e cartas patrimoniais de preservação

O primeiro documento internacional para a conservação e preservação dos monumentos só será elaborado em 1930, mas podemos dizer que um conjunto de ações teve início desde a Conferência de Paz, realizada em 18 de janeiro de 1919, em Paris, organizada para deliberar sobre os acordos de paz entre os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (SOUZA, 2011, p. 3). O principal documento resultante foi o Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, que determinou os termos de paz e a criação de uma organização internacional, a Liga das Nações (*League of Nations*) também conhecida como Sociedade das Nações (LEE-MEDDI, 2009, on line)¹.

Segundo Castro (2009, p. 50-51), a partir desse momento, abriu-se “uma nova perspectiva de valorização das intuições internacionais como mecanismo capaz de formalizar pactos de não agressão e acordos comerciais”. Assim, a Liga começou a organizar várias agências e comissões a fim de solucionar questões internacionais geradas com a guerra, como o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, a Organização Internacional do Trabalho, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI)² entre outros (DAIFUKU, 1998, p. 9).

A CICI foi criada no ano de 1922, com o objetivo de estabelecer vínculos com os órgãos de pesquisa, dando origem aos que poderiam ser chamados de “mediadores” (CRUZ, 2006, p. 3). Em 1924³, sob a direção do CICI, foi fundado pelo governo francês o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI)⁴, com o intuito de organizar as reuniões do CICI e executar suas decisões (Idem). Uma das características do IICI era “(...) a independência em relação ao poder do Estado, garantida mediante sua constituição como foro de intelectuais

¹ Parte desta discussão está contida em: ENOKIBARA, Marta, MACHADO, Giovanna M. M. **Das instituições às cartas patrimoniais: percurso histórico**. 2014. In: PASCHOARELLI, L. C., SALCEDO, R. F. B. *Interação: panorama, das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo*. Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2015.

² Souza (2011) foi quem chamou a atenção para a confusão das siglas. A sigla CICI pode vir citado como ICIC, para a língua inglesa (*International Comitee on Intellectual Co-operation*). E na língua francesa a sigla permanece a mesma CICI (*Commision Internationale de Coopération Intellectuelle*).

³ A data de fundação do IICI não é um consenso. Evangelista (1999, p. 26) e Souza (2011, p. 5), citam a fundação do CICI no ano de 1924. Castro (2009, p. 51) coloca a fundação em 1925. Já Cruz (2006, p. 3) especifica a data em 16/01/1926, e Daifuku (1998, p. 9) também cita o ano de 1926. Neste texto, adotou-se a data de 1924, concordando com Souza (2011, p. 5), que consultou as informações sobre o IICI no Arquivo Histórico do Itamaraty. Referência: 135/5/5. A Organização Internacional da Cooperação Intelectual. Pasta: Divisão Cultural – Informações e Relatórios – 1934-1944.

⁴ Em inglês, *International Institute for Intellectual Co-operation* (IICI). Em francês, *Institut International de Coopération Intellectuelle* (IICI).

ligados às diversas áreas do conhecimento da literatura e das artes” (EVANGELISTA, 1999, p. 26).

Uma das ações realizadas pelo IICI foi a criação de vários subcomitês nacionais para assegurar sua ligação com os respectivos governos, sendo aprovados por volta de 40 subcomitês, dentre eles o Escritório Internacional dos Museus (IMO)⁵, fundado em julho de 1926 (CRUZ, 2006, p. 4). Segundo Kühn (2010, p. 291), o IMO foi “(...) fruto de um reconhecimento, por parte da comunidade internacional, da relevância dos museus em atividades de cooperação internacional, também com o objetivo de um maior conhecimento recíproco que auxiliasse na manutenção da paz”.

O IMO também tinha como intuito “(...) desenvolver atividades comuns de pesquisa e publicações sobre museus e bens culturais” (KÜHL, 2010, p. 291). Em 1930, promoveu a “Conferência Internacional de métodos científicos para o estudo e conservação de obras de arte”, na cidade de Roma. Com a presença de quase 200 diretores de museus, a conferência teve como propósito realizar estudos de métodos científicos para o exame e a preservação de obras de arte (PELAES, s.d., p. 3). A partir dessa conferência, o IMO sugeriu a realização de outra direcionada para a preservação e conservação dos monumentos. Assim, entre os dias 21 a 30 de outubro de 1931, realizou-se, na cidade de Atenas, o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos. O documento final desse congresso foi denominado Carta de Atenas (1931).

A Carta de Atenas (1931)⁶ foi o primeiro instrumento teórico e normativo referente à atuação de profissionais e instituições para a conservação e preservação dos monumentos. Tinha a função de fornecer embasamento filosófico e ser referência mundial para as ações convergentes ao patrimônio (QUEIROZ, M. et al., 2011, p. 1).

Essas ações de conservação e preservação se destinavam à valorização do monumento e também de seu entorno, como destacado na parte III da Carta, na qual se recomenda “(...) respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 2).

⁵ Em inglês, *International Museums Office* (IMO). Em francês, *Office International des Musées* (OIM).

⁶ Há também um documento denominado Carta de Atenas, mas de 1933. Este se refere ao documento elaborado como resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), também realizado na cidade de Atenas. Sobre esta e outras Cartas de Atenas derivadas do CIAM, consultar ALMEIDA, Eneida de. O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática. São Paulo: 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; ALMEIDA, Eneida de. Uma releitura das Cartas de Atenas. São Paulo, Integração, jan./fev./mar. Ano XVI, n.60, 2010, p.5-14 e CERÁVOLO, Ana Lúcia. Interpretações do Patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. São Carlos. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

Apesar de não citar especificamente os jardins, estes podem estar subentendidos quando se fala da complementação das edificações históricas, valorizando o monumento, através do arranjo da vegetação: “Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar a caráter antigo” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 02).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), alguns governos adotaram uma série de medidas individuais baseadas na Carta. Os Estados Unidos, por exemplo, criaram uma comissão, em 1943, para a proteção dos monumentos artísticos e históricos, visando o respeito às heranças culturais dos diversos países onde as forças aliadas estivessem presentes (DAIFUKU, 1998, p. 9).

Em 1946, com o término da Segunda Guerra, a Liga das Nações foi dissolvida. O IMO e o IICI também finalizaram suas atividades nesse mesmo ano. Com o encerramento de suas atividades, o IICI transferiu todos os seus arquivos para a recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁷, sendo que a mesma também ficou responsável pelo Centro de Documentação do IMO (DAIFUKU, 1998, p. 9).

Ainda nesse ano, em novembro, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM)⁸ solicitou sua filiação à UNESCO, antes da sua primeira Conferência Geral, e fez um pedido formal para pesquisar os arquivos do Centro de Documentação do IMO (DAIFUKU, 1998, p. 9). Na primeira reunião, realizada em 16 de novembro de 1946, no Museu do Louvre, a pauta teve como enfoque a discussão sobre os museus e bibliotecas. Estavam presentes os representantes da Organização das Nações Unidas (ONU – criada em 1945, em substituição à Liga das Nações)⁹ e da UNESCO. O IMO também estava presente, e encerraria suas atividades nesse mesmo ano (CRUZ, 2006, p. 4-5).

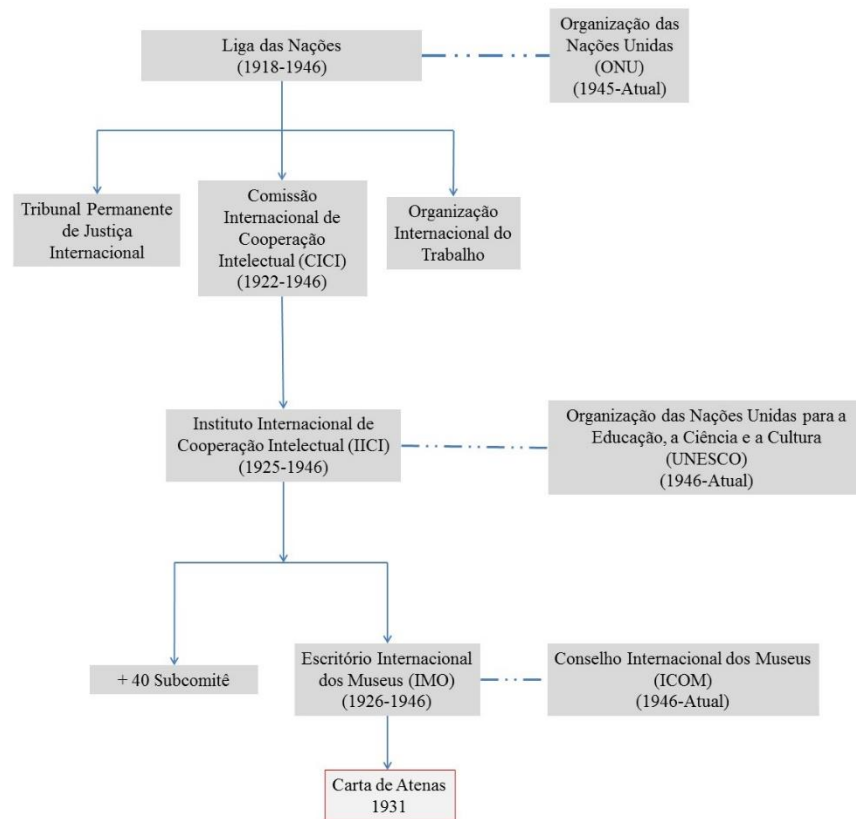
Na figura 1 é possível ver o percurso histórico descrito anteriormente até a publicação da “Carta de Atenas” (1931), identificando quais foram as instituições que deram origem às organizações que estão presentes na atualidade, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (Unesco) e o Conselho Internacional dos Museus (ICOM).

⁷ Em inglês, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). A UNESCO vinha realizando suas atividades desde 1941, mas sua fundação foi oficializada em 1945. Disponível em: < <http://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>>. Acessado em: 24 julho 2015.

⁸ Em inglês, *International Council of Museums* (ICOM). Em francês, *Conseil International des Musées* (CIM)

⁹ A Liga das Nações iniciou o encerramento de suas atividades em 1939, finalizando somente em 1946 (CASTRO, 2009, p. 51).

Figura 1 - Percurso histórico das Instituições criadas a partir da Liga das Nações



Fonte: elaboração própria

Em 1957, na cidade de Paris, com apoio da UNESCO, do ICOM e do Centro de Conservação e Restauro de Roma (ICCROM)¹⁰, ocorreu o I Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos. Nesse Congresso, foi levantada a necessidade de se formar uma associação de profissionais e especialistas voltados para a conservação e o restauro do patrimônio (KÜHL, 2010, p. 291). No ano de 1964, na cidade de Veneza, realizou-se o II Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos. Com o apoio da Europa, dos Estados Unidos, do Brasil, do México, da Índia e do Japão, foi ratificado o desejo de se criar o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)¹¹ (Idem). Em 1965, concretizou-se a fundação do ICOMOS, uma organização não governamental com sede na França (Idem).

Neste mesmo Congresso, realizado em 1964, formulou-se a primeira carta internacional de restauro, a Carta de Veneza, publicada pelo ICOMOS, instituição recém-criada. Segundo Kühl (2010, p. 291), as recomendações presentes na Carta de Atenas (1931) “(...) tiveram grande repercussão internacional e forneceram as bases para o documento de Veneza”.

¹⁰ Em inglês, *International Centre for Conservation of Rome (ICCROM)*.

¹¹ Em inglês, *International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)*.

Conforme Kühn (2010, p. 292) para o ICOMOS, são consideradas cartas patrimoniais somente aquelas referendadas por sua Assembleia Geral, assim, a primeira carta patrimonial internacional para o ICOMOS é a Carta de Veneza, onde (...) seu caráter indicativo e prescritivo, difere de resoluções e declarações de simpósios do próprio ICOMOS, que tem por intuito apresentar o estado da arte de uma dada discussão e oferecer subsídios ao debate. Kühn (2010, p. 292) cita que esse é o caso, por exemplo, do Documento de Nara, sobre a autenticidade, elaborada em 1994, pelo ICOMOS.

A “Carta de Veneza” (1964) sucede a Carta de Atenas, que amplia e aprofunda a definição de monumento histórico. Este

(...) compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 1).

Quanto ao jardim, este não é citado especificamente, mas pode ser compreendido como elemento constituinte e parte integrante do monumento, formando um todo. Na Carta de Veneza (1964, p. 1) “os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja única capaz de assegurar sua conservação”.

Uma carta específica sobre o jardim histórico só será formulada em 1981, a “Carta de Florença”. Mas no período entre esta carta houve não só várias discussões, mas também a criação de associações e comitês que deram suporte ao debate para a formulação desta carta específica para os jardins históricos. A primeira destas associações foi a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) que será comentada a seguir.

1.2. A Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) e as primeiras discussões sobre os jardins históricos

A IFLA¹² foi fundada em 1948, em Cambridge, Inglaterra, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo o arquiteto paisagista inglês Geoffrey Jellicoe como seu primeiro Presidente. Essa organização não governamental, inicialmente representada por 15 países da Europa e da América do Norte, teve sua sede transferida para Versalhes em 1978. Seus objetivos eram

¹² Em Inglês, *International Federation of Landscape Architects* (IFLA).

(...)develop and promote the profession and discipline of Landscape Architecture, together with its related arts and sciences, throughout the world; to establish the profession in its continuing role as an instrument of aesthetic achievement and social change for the public welfare; to contribute in identifying and preserving the intricate balance of those ecological systems upon which the future of civilization depends; to establish high standards of professional practice in design and planning of the landscape, its management, conservation and development; to promote educational and professional international exchange of knowledge, skills and experience. (JOIN IFLA, 2015).

Entre os anos de 1956 a 1958, o arquiteto paisagista belga René Pechère (1908-2002) foi o presidente da IFLA (ANDRADE, 2008, p. 139) e retornou à presidência em 1967, com o intuito de criar uma sessão destinada aos jardins históricos (GOLLWITZER, 1971, p. 31). No mesmo ano, na Assembleia Geral da IFLA, realizada em Sardenha, Itália, foi criada a Sessão dos Jardins Históricos da IFLA sob a coordenação de René Pechère (Idem; ANDRADE, 2008, p.138).

O trabalho inicial proposto foi o de estudar os jardins históricos em 4 etapas:

“1. dresser une liste des jardins historiques existant dans le monde; 2. Rechercher les moyens de protection, de conservation, de restauration et d’entretien de ceux qui auront été reconnus comme dignes d’attention; 3. Analyser et consigner les règles de composition d’architecture et d’ordre végétal, locales et d’environnement immédiat, qui doivent être respectées par ceux qui ont la charge de ces jardins; 4. Intervenir avec énergie pour empêcher la destruction de ceux qui auront été considérés comme valables“ (PECHÈRE, 1971, p. 29)

Após as primeiras reuniões, através de pesquisa e análise das etapas propostas, foram catalogados 1550 jardins históricos distribuídos em 30 países. Gollwitzer (1971, p. 29) esclarece o que se esperava desse trabalho:

“Nous savions qu’en dressant une telle liste, nous voulions aller beaucoup plus loin qu’un inventaire et que cette véritable analyse nous permettrait de tirer des règles générales de composition suivant les époques, de mettre en vedette les plus beaux jardins à sauver et de rechercher ainsi les moyens internationaux nous permettant de rendre effective cette action salvatrice” (GOLLWITZER, 1971, p. 31).

1.3. O Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (ICOMOS-IFLA) e seus simpósios

No ano de 1970, com o afinco de René Pechère¹³ (fig. 2), cria-se a Sessão de Jardins Históricos que se tornou uma subdivisão do ICOMOS, passando a denominar-se Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (ICOMOS-IFLA) (PECHÈRE, 1971, p. 29). A partir desse momento, o ICOMOS/IFLA começa a realizar simpósios pelo mundo, com o intuito de verificar a situação dos jardins históricos, inventariá-los e, conseqüentemente, levar esse tema a uma discussão mundial.

Figura 2 - René Pechère



Fonte: <http://www.bvrp.net/>

Justifica-se a apresentação do conteúdo disposto nos simpósios ocorridos de 1971 a 1981 (ANEXO I) pela necessidade de entender como a Carta de Florença (1981) foi formulada, quais foram as preocupações, as definições, as ações que antecederam a carta patrimonial referente ao jardim histórico, compreendendo, assim, o processo de concepção de um documento de referência mundial¹⁴.

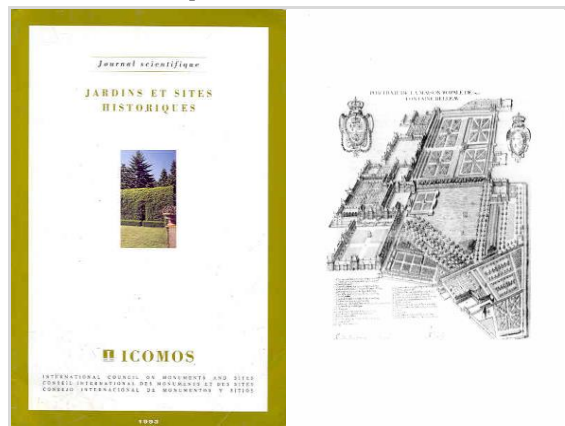
Os simpósios foram publicados pelo ICOMOS em 1993, em uma edição especial do *Scientific Journal* organizado por um de seus comitês científicos, o ICOMOS-IFLA. A publicação, denominada *Jardins et Sites Historiques* (fig. 3), com um total de 377 páginas, reuniu os textos mais representativos dos Simpósios organizados pelo ICOMOS-IFLA sobre

¹³ René Pechère (1908-2002) – Nasceu em 12 fevereiro de 1908, na cidade de Ixelles, na Bélgica. Inicialmente seu pai desejava que seguisse a carreira médica, mas após o contato com o então Diretor de Jardins da cidade de Bruxelas em 1924, se interessou pela arte da jardinagem. Logo após entrou na *l'Ecole d'horticulture de Nancy*, França, onde se formou. Ficou conhecido após sua participação na Exposição Internacional de Jardins de 1935, em Bruxelas. No final de sua carreira havia executado mais de 950 jardins privados e públicos, e conhecido internacionalmente por sua participação na fundação do ICOMOS-IFLA e na elaboração da “Carta de Florença” (1981). Faleceu em 09 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.bvrp.net/en-us/community/ren%C3%A9pech%C3%A8re.aspx>>. Acessado em: 29 mai 2016.

¹⁴ Parte desta discussão está contida em: ENOKIBARA, Marta; MACHADO, Giovanna C. M. O jardim histórico em debate: Resgate dos Simpósios do *International Committee of Historic Gardens and Sites ICOMOS-IFLA* (1971-1981). In:... (No prelo).

conservação e restauração dos jardins históricos; abrangendo desde o 1º Simpósio (1971) até 17º Simpósio (1989) (Silva, 1993, p.22). A publicação tem a apresentação de três autoridades ligadas ao ICOMOS na época: Roland Silva, presidente do ICOMOS; René Pechère, fundador-presidente do ICOMOS-IFLA; e Carmem Añón, presidente do ICOMOS-IFLA (atualmente denominado de *International Committee on Cultural Landscapes* ICOMOS-IFLA - ICSSL). Os textos de apresentação foram publicados em três idiomas: francês, inglês e espanhol, os demais na língua original. No final da maioria dos Simpósios são apresentadas as *Recommendations*, e por último é anexada a Carta dos Jardins Históricos, conhecida como Carta de Florença, local onde ocorreu o 8º Simpósio (1981), e a discussão da referida carta.

Figura 3 - Capa do jornal científico *Jardins et Sites Historiques* e imagem interna com os jardins do castelo de Fontainebleau, local do 1º Simpósio ICOMOS-IFLA em 1971 (ICOMOS, 1993).



Fonte: <http://www.icomos.org/fr> e ICOMOS, 1993, p. 28.

No 1º Simpósio foi uma referência e um guia para os subsequentes. O primeiro texto, *La restauration des Jardins Historiques et la philosophie du Colloque*, do presidente do ICOMOS-IFLA, René Pechère, expõe os itens a serem abordados no simpósio (Pechère, 1971, p.29):

1. *Rapport general, inventaire et définition.*
2. *Causes de destruction et dangers menaçant les jardins historiques.*
3. *Le problème des grands jardins privés.*
4. *Le lois éventuelles de protection.*
5. *La conservation des jardins historiques.*
6. *Le décor des jardins.*
7. *La documentation*¹⁵.

¹⁵ “1. Relatório Geral, inventário e definição; 2. Causas de destruição e perigos que ameaçam os jardins históricos; 3. O problema dos grandes jardins privados; 4. As leis de proteções existentes; 5. A conservação dos jardins históricos; 6. A decoração dos jardins; 7. A documentação”. Tradução da autora.

O primeiro item, inventário, foi apresentado no texto de Gerda Gollwitzer, *L'inventaire des jardins historiques*, referindo-se ao trabalho anteriormente feito pela autora e Pechère, na Sessão de Jardins Históricos da IFLA. Gollwitzer advertia que ambos não tinham a pretensão de fazer uma lista precisa e, neste colóquio, com as observações dos presentes, poderiam corrigi-la e publicar uma lista definitiva (GOLLWITZER, 1971, p. 31).

No texto de fechamento do Simpósio (*Recommendations*) são definidos vários itens. Inicialmente foi definido o termo jardim histórico: “*A historic garden is a architectural and horticultural composition of interest to the public from the historical and artistic point of view*” (*Recommendations*, 1971, p.41). E também é caracterizado como “monumento vivo”: “*Les jardins historiques sont des monuments vivants*” (Pechère, 1971, p. 30). Também enfatizam que o jardim é parte integrante do monumento: “*a historic garden surrounding a monument is an integral part of that monument*” (Idem), complementando a definição da Carta de Veneza neste aspecto¹⁶.

Reconhecem que é muito mais fácil destruir um jardim do que criá-lo ou restaurá-lo. Observam que mesmo cuidando, eles estão em perigo pela ação do tempo e em função de outros itens como o uso em excesso ou inadequado, ou problemas na conservação e manutenção (RECOMMENDATIONS, 1971, p.41-42). Por fim, em função do inventário apresentado por Gollwitzer, os membros do Simpósio decidiram elaborar uma lista dos jardins históricos de país a país. Recomendam que após esta “lista inicial” sejam feitas mais três que abranjam jardins históricos de interesse nacional, regional ou local (Idem, p.42).

O 2º Simpósio do ICOMOS-IFLA ocorreu na cidade de Granada (Espanha), em 1973. Nesta cidade estão localizados os singulares jardins de Alhambra, constituídos por pavilhões e seus jardins internos (fig. 4), onde a vegetação e os canais ligam o interior do edifício com o exterior. Esta ligação do jardim e o edifício se fez presente nas *Recommendations* (1973, p. 102), onde foi indicada a adaptação no texto da Carta de Veneza, para suprir as necessidades específicas dos jardins históricos, já que os trabalhos de restauro afetariam os monumentos.

¹⁶ Durante o II Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos realizado em Veneza (1964), foi formulada a Carta de Veneza, relativa à proteção e restauro dos monumentos históricos. Neste mesmo congresso foi proposta a criação do ICOMOS, que se efetivou no ano seguinte. A Carta de Veneza foi aprovada na 1ª Assembleia Geral do ICOMOS e é considerada a primeira carta internacional de restauro por este comitê. Nesta Carta os jardins não estão explicitados como tal, mas infere-se sua integração junto ao monumento: “Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação” (Carta de Veneza, 1964).

Figura 4 -Jardins e pavilhões de Alhambra, Espanha.



Fonte: www.milevo.com.br e pixabay.com

Um estudo detalhado sobre esta inter-relação arquitetura e jardins é apresentada por Pechère em seu texto *Etude sur les Jardins Iraniens*, com uma série de croquis explicativos e as fontes bibliográficas de pesquisa (PECHÈRE, 1973, p. 45-80). Os jardins iranianos, com seus canais, espelhos d'água, vegetação exuberante, com palmeiras, salgueiros, ciprestes entre outros, contrastando o deserto e o verde dos maciços vegetais.

A pesquisa botânica relacionada aos jardins islâmicos é abordada em dois textos, uma trazendo uma extensa relação de *Plantes employées dans les jardins historiques de l'Islam* (CAROL, 1973, p. 91-99) e outra abordando como a Ciência Paleobotânica pode ser utilizada para a restauração de antigos jardins, apresentada pelo Prof. Menéndez Amor no texto *Aplicación de modernas técnicas de la ciencia paleobotánica a la restauración de los antiguos jardines mediante la recogida de muestras de tierra* (AMOR, 1973, p. 88-90).

Os textos selecionados refletem claramente o conteúdo das *Recommendations*. Além da necessidade de adaptação da Carta de Veneza, como já relatado, recomendam “um inventário dos problemas gerais dos jardins históricos, entre eles”:

“- necessite de développer une branche spéciale de l'archéologie pour l'étude des jardins historiques, utilisant les possibilites de recherche les plus recentes (...)

- instauration d'une collaboration entre les architectes paysagistes, les architectes, les archéologues, les botanists et tous les autres specialists concernés,

- realization d'études botaniques pour le choix des essences, selon les regions et les époques,

- formation d'architectes paysagistes spécialisés dans les problems des jardins historiques” (RECOMMENDATIONS, 1973, p. 102).

No final do texto também “recomendam que sejam organizados pelos órgãos públicos dos diferentes países, estufas, viveiros e coleções de plantas destinadas à cultura de essências apropriadas para os jardins antigos de diferentes épocas” (RECOMMENDATIONS, 1973, p. 104).

O 3º Simpósio, ocorrido em 1975, na Holanda, traz como fechamento uma listagem de jardins em perigo na Espanha, França e Itália referendada por todos os participantes (RÉSOLUTION..., 1975, p.131). Esta lista foi feita em função da “constatação de que muitos jardins estavam desaparecendo (fragmentação, abandono, passagem de estradas ou trilhos de trem...) ou o uso atual era incompatível com o seu carácter histórico (campo de jogos, parque de diversões ou camping...)” (Idem). Neste contexto, o primeiro item das *Résolutions* ressalta que os jardins deveriam ter a mesma proteção que os monumentos. Insistem na necessidade de serem adotadas leis de proteção eficazes e que se tomem medidas para auxiliar os proprietários nos trabalhos de manutenção (subsídios, benefícios fiscais, etc) (Idem).

A preocupação com a pesquisa botânica tem continuidade neste 3º Simpósio. O texto de Oldenburger-Ebbers e Heniger sobre *Ornamental Plants in 16th and 17th Century Gardens* traz uma “tentativa e registro seletivo de plantas ornamentais dos séculos 16 e 17”, baseadas em suas características: formas, cores, perfumes, utilidades, curiosidades sobre origens, especialidades e funções medicinais. Estes levantamentos foram baseados nos registros de plantas do Museu Britânico, a “*Fromond Trade List*”; a “*New Kreüterbuch*”, de Leonart Fuchs (1501-1566)¹⁷; o “*Cruydeboeck*” de Rembert Dodoens (1516/17-1585)¹⁸; entre outros. Os autores também descrevem algumas plantas exóticas trazidas à Europa no século 17 do Oriente, da América do Sul, da região Mediterrânea, etc (OLDENBURGER-EBBERS; HENIGER, 1975, p. 121). A botânica histórica também está presente no texto de Jan van Asbeck sobre a *Restauration du Palais “Het Loo”* (ASBECK, 1975, p. 122-124), assim como no texto de Juan González Cebrian sobre *Le Jardin Historique de la Alameda de Osuna*, em Madri (CEBRIAN, 1975, p. 125-130).

Consideram que “no caso dos jardins históricos existentes e regularmente mantidos, se recomenda voltar progressivamente às essências originais, propondo que em cada país seja organizado um centro de referência sobre os jardins históricos (...)” (Idem). As *Résolutions* terminam com uma relação de jardins restaurados e em processo de restauração (fig. 5) e

¹⁷ Botânico e médico alemão, cujo o trabalho botânico “*Historia Stirpium*” (1542), foi o marco no desenvolvimento da história natural por causa de sua apresentação organizada através de seus desenhos e descrições de plantas (Encyclopaedia Britanica, on line).

¹⁸ Médico flamengo e botânico cujo “*Stirpium historiae pemptades sexo XXX sive libri*” (1583), é considerada uma das obras botânicas mais importantes do final do século XVI (Encyclopaedia Britanica, on line).

recomenda que o governo holandês estabeleça com urgência uma lista de jardins e parques históricos existentes nos Países Baixos.

Figura 5 - Jardins recentemente restaurados nos países europeus.

<p>République Fédérale d'Allemagne.—Babelsberg, Herrenhausen, Scwetzingen. Espagne.—Jardin «El laberinto» de Barcelone. France.—Jardins du Château de Chambord, Pavillon chinois de Cassan. Italie.—Villa Ninfa, Rome. Villa Caetano. Pays Bas.—Parc de Beeckesteyn, Fabriques du parc de Rosendael. République Démocratique Allemande.—Parc de Potsdam. Royaume Uni.—Ham House, Stowe, Studley Royal, Westbury Court. URSS.—Jardins du Palais dans le Parc de Pavlovsk,</p>
--

Fonte: RÉSOLUTIONS, 1975, p. 132.

No 4º Simpósio (1977), com a constatação de que muitos jardins estavam desaparecendo (fragmentação, abandono, passagem de estradas ou trilhos de trem...), em Kromeriz e Praga, ressaltou-se a importância da proteção do entorno dos jardins históricos. Esse entorno, já mencionado no 1º Simpósio (1971), agora ganha maior destaque, sendo que se estabelecem zonas de “(...) proteção de fixação de construção e controle de poluição” (RECOMMENDATIONS, 1977, p. 146), com o intuito zelar pela sua conservação e preservação, ao mesmo tempo que esses espaços possam ser contemplados pelos usuários.

Tendo o jardim histórico uma “dupla função”, pois “é ao mesmo tempo um monumento cultural assim como lugar de descanso e relaxamento físico e mental”; não são permitidos usos incompatíveis (campo de jogos, parque de diversões ou camping, etc, como também abordado no Simpósio anterior) e a frequência excessiva de visitantes (RECOMMENDATIONS, 1977, p. 146). Destacam que o jardim histórico “é um organismo vivo no verdadeiro sentido da palavra, formado por plantas e a presença humana. Isso inclui aqueles que o mantêm, aqueles que o usam, aqueles que comunicam sua arte para novas gerações, aqueles que simplesmente são capazes de admirar sua beleza e seu caráter único e precíval” (Idem).

As *Recommendations* deste 4º Simpósio terminam com indicações mais incisivas relativas aos comitês e instituições internacionais, com a indicação de que seja criado um centro de documentação sobre a arte dos jardins em cada país, servindo de ponto de contato com o Centro de Documentação UNESCO-ICOMOS em Paris. Indicam também que seja proposto pela UNESCO, em escala internacional, um *Year of Historical Gardens*; e que as respectivas recomendações sejam transmitidas aos governos e entidades locais interessadas através dos representantes nacionais do ICOMOS e IFLA (Idem).

O 5º Simpósio, ocorrido em Bruges e Bruxelas no ano de 1979, discorreu sobre a necessidade de se criar um grupo multidisciplinar, com arquitetos paisagistas, historiadores, botânicos, entre outros, para conseguir realizar os trabalhos relacionados com a conservação, restauro e preservação do jardim histórico. Foi colocado em pauta, também, que, na formação de um arquiteto paisagista, o estudo sobre jardins históricos necessita ser mais aprofundado, e posteriormente, a inserção de uma especialização referente à conservação, restauro e recuperação desses espaços.

O 6º simpósio, realizado em Madrid-Sevilha, ainda em 1979, foram expostas as conclusões relativas às pesquisas para restauro e conservação do Parque El Capricho da Alameda de Osuna, em Madrid. Foram listadas algumas diretrizes a serem seguidas, não apenas em relação a este jardim, mas também aos demais, de modo a não ocorrerem equívocos no momento da restauração. Também foram apontadas recomendações para as intervenções do Jardim Botânico de Madrid e para os jardins do Real Alcázares de Sevilla, sendo que tais intervenções teriam que ser aprovadas por um representante do ICOMOS, a fim de assegurar a integridade do jardim histórico a ser restaurado.

O 7º Simpósio, em Barcelona (1980) reafirmou a definição de jardim histórico dada no simpósio de 1971: “*un jardin historique est une composition architecturale et végétale qui presente, du point de vue de l’histoire et de l’art, un intérêt public*” (RECOMMENDATIONS, 1980, p. 159). E também o definiu como monumento histórico, tal qual disposto na Carta de Veneza (1964), tendo os mesmos direitos de proteção e valor.

Outro ponto abordado neste simpósio diz respeito à diferenciação entre os monumentos nacionais e internacionais. Nas *Recommendations*, o Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos ICOMOS-IFLA, relata que “estabelece, atualmente, para cada país, uma lista de jardins, parques e sítios de interesse no plano nacional e constitui, por outro lado, um inventário dos jardins com interesse internacional, sobre certas condições” (RECOMMENDATIONS, 1980, p. 160).

Os membros do Comitê, ao visitarem, em Barcelona, o *Labyrinthe d’Horta*, o *Parc Güell*, assim como o jardim desenhado por Jean Claude Nicolas Forestier em Montjuic, reconhecem o interesse internacional e nacional destes espaços. O *Labyrinthe d’Horta* (fig. 6), um belíssimo exemplar de jardim situado na cidade de Barcelona, inserido no Parque Labirinto Horta, com mais 9 hectares e conhecido como o mais antigo da cidade (PAULINE, 2013, on line). No parque, além deste jardim que ocupa a maior área do local, é possível identifica também um exemplar de jardim pitoresco (fig. 8), com uma grande área arborizada, com a disposição de bancos e canais com água (PAULINE, 2013, on line).

Figura 6 - Vista área do Labyrinthe d'Horta, na esquerda. Na direita, Vista interna do jardim.



Fonte: PAULINE, 2013, on line.

O *Parc Güell* também foi reconhecido seu “interesse internacional incontestável” (fig. 7) elaborado pelo arquiteto catalão Antoni Gaudí i Cornet (1852-1926), com a finalidade de se criar um bairro jardim, em meio a uma densa área urbanizada, prevendo “(...) sessenta moradias, mas de todo o complexo só foram construídos o grande parque, algumas instalações comuns e poucas das casas previstas” (PANZINI, p. 528, 2013).

Figura 7 - Vista da escadaria do parque.

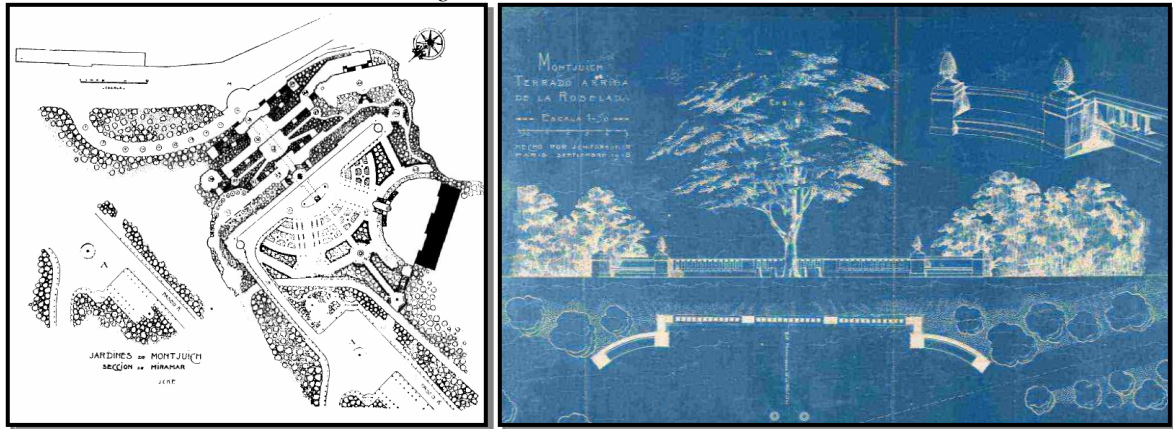


Fonte: <http://visitbarcelonabilbao.com/product/discover-park-guell/>

E os jardins *El Parque de Laribal* (*Los Jardines de la Fuente del Gato* e *La Rosaleda de la Colla del Arroz*), *Los Jardines de Miramar* (fig. 8) e *La Rosaleda Amargós* (*Jardines del Teatro Griego*) desenhado pelo arquiteto paisagista francês Jean Claude Nicolas Forestier (1861-1930) compõem os jardins em Montjuic, na cidade de Barcelona

(BARCELONA, s.d., on line) (fig. 8), sendo também reconhecidos pela comunidade internacional.

Figura 8 - *Los Jardines de Miramar de Jean Claude Nicolas Forestier, 1929, na esquerda. Na direita, La Rosaleda Amargós de Jean Claude Nicolas Forestier, 1918.*



Fonte: RECOMMENDATIONS, 1980, p. 159 e BARCELONA, s.d., on line.

Em todos estes exemplares, a necessidade de cuidados relacionados a utilização é imprescindível, sendo assim colocado nas *Recommendations* que seja interdita a circulação de automóveis e bicicletas e sejam evitadas as manifestações em massa. Colocam também que é indispensável a atuação do Serviço de Urbanismo desta municipalidade para “reservar espaços aos jogos e tomar medidas regulamentares para criar um perímetro de salvaguarda em torno do parque, evitando, assim, a construção de edifícios muito elevados em sua proximidade” (RECOMMENDATIONS, 1980, p. 160).

No 8º Simpósio, ocorrido em Florença em 1981, foram divulgadas pesquisas realizadas sobre jardins de diferentes períodos e lugares: *Petits jardins urbains à Paris au XVIII siècle*, de Jean Feray; *Conservation and value of the Galician Pazo*, de Carmen Añón; *Il ritiro nel giardino monastico come suicidio politico e culturale. La tragedia dei grandi protagonisti del '500 Romano*, de Eugenio Battisti; *La fortuna dei giardino Medicei in Europa*, de Luigi Zangheri e *Per una carta del restauro dei giardini storici*, de Isa Belli Barsali. No texto de Feray (1981), discorreu-se sobre os jardins de Paris no século XVIII, mostrando as dificuldades de se formular, na época, um jardim de grande porte na cidade, devido aos elevados custos e falta de área, e destacaram-se os grandes jardins dos hotéis Domo, Byron e Malignon, apontando seus estilos.

A construção feudal “*Galian Pazo*” foi o foco do texto de Añón (1981), entre os séculos XVII e XVIII, que destacou suas transformações tanto em circunstâncias geográficas e históricas, e as adaptações de uso. A autora realiza uma investigação minuciosa no espaço,

identificando 14 transformações, com variações de estilo, do barroco até o neoclássico. Nesta catalogação, ou “inventário”, constavam: localização, origem, estado atual, elementos arquitetônicos, elementos ornamentais, dados históricos, a flora mais característica, entre outros. Pode-se dizer que este texto consta um dos primeiros ensaios para a realização de um inventário realizado por Añón, presente no texto *“Estableceríamos cuatro grandes fases em el desarrollo de este trabajo”* (1989, p. 312)¹⁹, esta questão será novamente abordada de uma maneira mais esquematizada, elucidando os passos para um inventário de um jardim histórico.

O de Barsali foi uma “intervenção efetuada no curso do Colóquio”, como vem assinalado, em função da carta *Prolégomènes sur une charte des jardins historiques*²⁰ distribuída por Pechère. A autora relata que sua intervenção não vinha no sentido de “fazer uma crítica ao Prof. Pechère, mas para apresentar a posição italiana que talvez seja particular por algumas razões”, dentre elas, e a mais importante, a visão contrária à de Pechère quanto à restauração. Segundo este: *“Lors d’une restauration, il faut s’inspirer du contexte historique de la personnalité et du maître de l’ouvrage et du maître d’oeuvre... Lors des restauration et s’il ne reste que peu de choses, il ne faut pas s’attacher a refaire à la lettre ce qui a disparu. Il faut plutôt recréer l’esprit de l’époque”* (BARSALI, 1981, p.183).

Recriar o “espírito de uma época” não é metodologicamente correto, segundo Barsali, pois desvencilha o jardim da Carta de restauro de Veneza de 1964. De acordo com a teoria de Cesare Brandi (1906-1988), no qual a autora se apoia, este procedimento criaria um “falso histórico”. Segundo Kühn (2007, p. 200)

Cesare Brandi, para o restauro, propõe que a relação entre as “instâncias” estéticas e históricas se resolva em uma dialética, contrapondo-se a certas correntes filiadas ao positivismo, que encaravam a obra essencialmente como documentos históricos, mas também se diferenciando, e indo além, de correntes estéticas neo-idealistas, as quais trabalhavam, sobretudo, com as questões de figuratividade. Segundo sua visão, não pode entender a obra de arte como desvinculada do tempo histórico, nem o documento histórico como algo destituído de uma configuração.

Barsali afirma que não existe nenhuma razão para que não se aplique ao jardim a mesma teoria do restauro arquitetônico, “que é a restauração conservadora e preventiva, respeitosa das mudanças ao longo do tempo”. O jardim que vamos restaurar, ressalta Barsali, “é um palimpsesto, e é isso que temos de manter” (Barsali, 1981, p.183).

¹⁹ Este texto será abordado mais adiante, no item 3.2. desta dissertação.

²⁰ Prolegômenos: “1 Introdução expositiva de uma obra científica, literária ou artística, onde se assentam os princípios fundamentais necessários à sua boa compreensão. 2 Prefácio longo. 3 Conjunto de noções preliminares de uma ciência ou arte”. In: www.michaelis.uol.com.br. Esta Carta de Pechère não foi disponibilizada neste volume do Jornal Científico organizada pelo ICOMOS-IFLA e também não a encontramos no site da Bibliothéque René Pechère (<http://www.bvrp.net/>), onde estão disponíveis vários documentos do autor.

Na literatura disponível, geralmente se aborda que a Carta de Florença é apresentada neste 8º Simpósio (1981). Na documentação reunida neste Jornal Científico, nada consta da Carta de Florença neste 8º Simpósio, e não são apresentadas as *Recommendations*. Quem nos esclarece sobre a Carta de Florença, inclusive sobre o texto de Pechère supracitado, é um artigo de Carmen Añón Feliú intitulado *Historiographie de la Charte de Florence* (AÑÓN-FELIÚ, 2004).

Segundo Añón-Feliú, “o projeto de elaboração de uma carta para a restauração dos jardins, com o objetivo de definir a doutrina a seguir em matéria de conservação, de restauração e de criação” foi lançada em outubro de 1980, em Barcelona (AÑÓN-FELIÚ, 2004, p. 16). No Simpósio de Florença (1981), seria discutido um documento denominado *Conservation et mise en valeur des jardins historiques de petite dimension* que, segundo Añón, “foi elaborado em diversas reuniões preparatórias”. Posteriormente, segundo Añón, Pechère envia o texto *Prolégomènes sur une charte des jardins historiques*, que foi seguido de um segundo, “com ligeiras modificações”, denominado *Éléments d’une Charte de Florence sur les jardins historiques*. Segundo Añón, “sobre essas bases M.M. Pechère e Feray redigiram o documento que foi lido ao fim do colóquio” (Idem).

Este documento provavelmente não é tal qual a Carta de Florença que conhecemos, pois Añón-Feliú relata várias reuniões posteriores a Florença até a última reunião, em Louvain, a 22 de outubro de 1982 para a redação do texto definitivo da Carta de Florença. Para esta reunião, os membros efetivos do ICOMOS-IFLA receberam vários documentos: “*le texte lu à la fin du colloque de Florence, un résumé des discussions de Leningrad, le texte présenté par M. Bagatti, les Chartes d’Athènes et de Venise*”. Segundo Añón,

“O texto final desta reunião foi enviado ao Comitê executivo do ICOMOS. A carta foi registrada pelo ICOMOS em 15 de dezembro de 1982 e definitivamente aprovada em sua assembleia geral em Dresden em maio de 1984, fazendo doravante parte integrante dos textos oficiais do ICOMOS” (AÑÓN-FELIÚ, 2004, p. 16).

Infelizmente estes textos citados por Añón-Feliú não foram encontrados, e também não compõem o material exposto no *Journal Scientifique* do ICOMOS-IFLA. Mas isso não invalida a averiguação dos debates ocorridos nos Simpósios que antecederam a elaboração da Carta Florença. As discussões expostas nos simpósios e as demais que foram ocorrendo auxiliaram na composição da “Carta de Florença”, que seria publicada em 21 de maio de 1981, na cidade de Florença, destacando a importância do jardim histórico para o mundo, e que, no ano seguinte, mais exatamente no dia 15 de dezembro de 1982, a carta foi redigida e registrada pelo ICOMOS, se tornando a segunda carta patrimonial referendada por esta instituição

Antes de começar a falar sobre o conteúdo da carta patrimonial internacional, as análises a seguir se basearam na carta traduzida e disponibilizada pelo IPHAN (ANEXO II), pois no *Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques* (1993), possui a referida carta em 3 línguas: em francês (ANEXO III), em inglês (ANEXO IV) e em espanhol (ANEXO V), e também no site do ICOMOS, se encontra a mesma carta traduzida (ANEXO VI). Em todas as traduções existem divergências, podendo ocorrer análises equivocadas e errôneas. Por exemplo, dentre as traduções, a palavra inventário, pode ser encontrada na carta do IPHAN, e na carta em francês e espanhol do *Journal Scientifique*; nas demais, tal palavra não aparece.

De tal modo, a Carta de Florença é composta por 25 artigos, divididos em 5 partes: 1. Preâmbulo, 2. Definições e objetivos, 3. Manutenção, conservação, restauração e reconstituição, 4. Utilização e 5. Proteção legal e administrativa. Todos estes temas foram abordados nos simpósios, sendo alguns itens claramente identificados. Nas *Recommendations* do 1º Simpósio de 1971, o jardim histórico é definido como “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história e da arte, apresenta um interesse público”. A Carta de Florença retoma esta mesma definição em seu 1º Artigo e a complementa: “Como tal é considerado monumento”²¹.

O 2º artigo da Carta que trata sobre o material de que é formado o jardim, estabelecendo que o mesmo é uma “uma composição arquitetônica cujos constituintes são principalmente vegetais e, portanto, vivos, o que significa que eles são perecíveis e renováveis” (Carta de Florença, 1981, p.2)²². Tal definição foi abordada por Pechère em seu texto ao falar sobre os jardins iranianos no 2º Simpósio: o jardim “*est une composition architecturale dont le matériau est la nature*” (PECHÈRE, 1973, p. 45).

Outro ponto da Carta foi abordado por Valcárcel (1973, p. 100-101), onde coloca a necessidade da formulação de um documento que mostrasse “*faire preuve d’imagination et créer une nouvelle philosophie en accord avec les critères actuels de conservation et de restauration, d’après la Charte de Venise*”, compatível com o artigo 3º, onde “por ser monumento, o jardim histórico deve ser salvaguardado, conforme o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como Monumento Vivo (...)” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 1). Pechère também

²¹ Segundo Annie van Marcke de Lummen, em seu texto “*La memoria de la Historia*” (2001), apesar de não citar a data, diz que “*este concepto había sido sugerido inicialmente durante una reunión de trabajo en Brujas por el Sr. Jacque Reybroeck, por entonces Director de la Administración de Patrimonio de la Comunidad Francesa en Bélgica, para lograr que los jardines históricos se beneficiaran con las mismas leyes de protección que los monumentos*” (p.2). Outro texto da autora, também aborda sobre o assunto: “*Present at the Creation*” (ICOMOS, on line).

²² Na tradução do IPHAN consta: “Artigo 2º - O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, **perceptível** e renovável” (Iphan, 1981, p.1, grifo nosso). No documento original consta: Article 2 - “Le jardin est une composition d’architecture dont le matériau est principalement végétal donc vivant, et comme tel **périssable** et renouvelable” (ICOMOS, 1981, p.1, grifo nosso). Por este motivo utilizamos a tradução “percível” e não “perceptível”.

já caracterizava o jardim histórico como “monumento vivo” no 1º Simpósio (1971): “*Les jardins historiques sont des monuments vivants*” (PECHÈRE, 1971, p. 30).

Para sua proteção exige-se “que eles sejam identificados e inventariados” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p.2). Tal questão começou a ser debatida desde a fundação da Sessão de Jardins Históricos da IFLA, com o inventário dos jardins históricos inicialmente feitos por Pechère e Gollwitzer e apresentado no 1º Simpósio em Fontainebleau (1971).

Quanto a ideia de restauração, a visão presente na Carta divergiu da apresentada por Pechère (1971), pois este defendia que em uma restauração, quando não há quase vestígios, não há como “restituir ao pé da letra o que desapareceu” e sim o “espírito de uma época” (PECHÈRE, 1971, p.30). Esta visão de restauro foi questionada por Barsali (1981, p. 182), pois defendia que a restauração deveria ser baseada em documentos. Por outro lado, ambos concordavam com a questão apontada por Pechère (1971, p. 30), que nenhuma época poderia prevelacer em detrimento de outra. Segundo Añón-Feliu, as diferenças se acentuavam pelas traduções do francês para o italiano²³, mas que “*le document final chercha à concilier les deux attitudes en étant suffisamment souple pour permettre une grande liberté d’interprétation en regard de la complexité du thème*” (FELIÚ, 2004, p.17)

Assim, na carta patrimonial, no artigo 15º e 16º podemos ver, respectivamente, as seguintes abordagens quanto à restauração e reconstituição/restituição²⁴:

Artigo 15 – Qualquer restauração e, com mais forte razão, qualquer reconstrução de um jardim histórico só serão empreendidas após um estudo aprofundado, que vá desde as escavações até a coleta de todos os documentos referentes ao respectivo jardim e aos jardins análogos, suscetível de assegurar o caráter científico da intervenção. Antes de qualquer execução, esse estudo deverá resultar em um projeto que será submetido a um exame e a uma aprovação de colegiados.

Artigo 16 – A intervenção de restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim. Em princípio, ela não deveria privilegiar uma época à custa de outra, salvo se a degradação ou o definhamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre vestígios ou sobre uma documentação irrecusável. Poderão ser, mais particularmente, objeto de uma reconstituição eventual as partes do jardim mais próximas do edifício, a fim de fazer ressaltar sua coerência” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 3).

Inclusive quando não seria um jardim histórico:

Artigo 17 – Quando um jardim houver desaparecido totalmente ou quando só possuírem elementos conjecturais de seus estados sucessivos, não se poderia

²³ Carmen Añón comenta em seu texto *Historiographie de la Chartre de Florence*, os problemas de tradução do francês para o italiano, que leva a vários termos e nuances de interpretação.

²⁴ Como mencionado anteriormente, esta é outra palavra com divergência nas traduções, presente no Artigo 16: na carta em francês “*restitution*”; na carta em inglês “*reconstruction*”; na carta em espanhol “*restitución*”; e na tradução do ICOMOS “reconstrução”.

empreender uma reconstituição relevante da noção de jardim histórico. Os trabalhos que, nesse caso, se inspirariam em formas tradicionais sobre o terreno de um jardim antigo, ou em lugar onde nenhum jardim tenha previamente existido, constituiriam então noções de evocação ou de criação, excluía qualquer qualificação de jardim histórico” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 3).

Outro ponto de discussão presente nos Simpósios era a questão dos usos permitidos nos jardins históricos. Sendo estes espaços de contemplação e relaxamento mental e físico, o afluxo intenso, a realização de atividades recreativas e festividades podem ocasionar a deterioração e destruição do local. Essas são questões que aparecem desde o 1º Simpósio e mais enfaticamente no 3º e 4º Simpósio (1975 e 1977):

“The conservation of the historical garden can only be secured in relation to its suitable current use. It is therefore recommended that all uses be excluded from it which are incompatible with its architectural composition which is the basis of its designation as a historical garden” (Recommendations, 1977, p.146)²⁵.

“Soulignent le rôle privilégié qui revient au jardin dans le tissu urbain et dans le paysage historique et sur la nécessité d’assurer la protection efficace et la remise en état des parcs publics et des jardins privés, situés dans les agglomérations; ces jardins ne doivent pas servir de terrain de jeux” (RÉSOLUTIONS, 1975, p. 131)²⁶.

Tal abordagem também é feita na Carta de Florença nos artigos 18º e 19º, respectivamente:

Se todo o jardim histórico é destinado a ser visto e percorrido, conclui-se que o acesso a ele deve ser moderado, em função de sua extensão e de sua fragilidade, de maneira a preservar sua substância e sua mensagem cultural”.

Por natureza e por vocação, o jardim histórico é um lugar tranquilo, que favorece o contato, o silêncio e a escuta da natureza. Essa aproximação cotidiana deve contrastar com o uso excepcional de um jardim histórico como local de acontecimentos festivos. Convém definir, então, as condições de visita aos jardins históricos, de tal sorte que tais acontecimentos, acolhidos excepcionalmente, possam por si mesmos exaltar o espetáculo do jardim e não desnaturá-lo ou degradá-lo” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 3-4).

A formação e qualificação de profissionais capacitados para executar a manutenção, conservação e restauração dos jardins históricos foi o foco do 5º Simpósio, em 1979. Além da necessidade de uma formação teórica e prática, devia-se ter uma integração do arquiteto-paisagista em equipes de especialistas de diversas disciplinas (urbanistas, arquitetos,

²⁵ “A conservação do jardim histórico só pode ser garantida em relação ao seu uso atual adequado. Portanto, é recomendável que todos os usos que são incompatíveis devem ser excluídos de sua composição arquitetônica que é a base da sua designação como um jardim histórico”.

²⁶ “Enfatizar o papel especial do jardim no tecido urbano e na histórica, e a necessidade de assegurar uma protecção eficaz na reabilitação de parques públicos e jardins privados, localizados em áreas urbanas; esses jardins não devem ser utilizados como campo de jogos”.

engenheiros, agrônomos, historiadores de arte, arqueólogos, etc) (*Recomendaciones*, 1979, p.149).

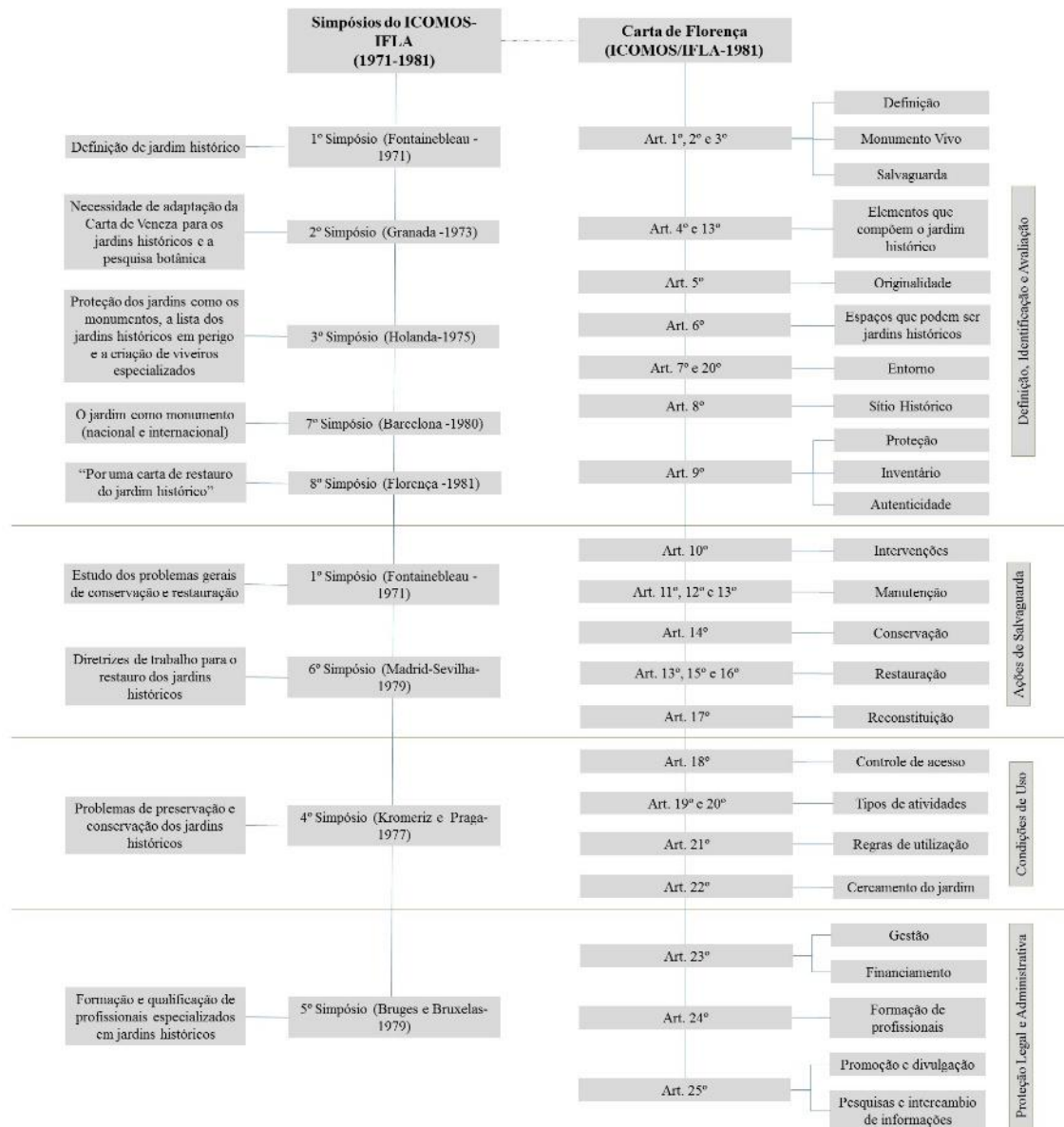
Essas preocupações foram abordadas no artigo 24º da Carta de Florença:

Artigo 24 – Os jardins históricos constituem um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exige o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma pedagogia adequada assegure a formação dessas pessoas, quer se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos. Deve-se também assegurar a produção regular de vegetais que entram na composição dos jardins históricos (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 4).

Quanto ao último item do artigo supracitado, sobre o cultivo de plantas para a manutenção ou restauro dos jardins, tal questão foi abordada desde o ponto de vista da botânica histórica no 2º Simpósio (1973) e reforçada no 3º Simpósio (1975), com a indicação de criação de viveiros especializados.

Como pode-se notar, os simpósios deram suporte para a construção dos temas que compoem a Carta de Florença (1981), sendo possível identificá-los como demonstrado na figura 9.

Figura 9 - Correlação entre os principais temas abordados nos simpósios dos ICOMOS-IFLA de 1971-1981, com os artigos publicados na Carta de Florença (1981).



Fonte: elaboração própria

2. Das Instituições às Cartas Patrimoniais em âmbito nacional

2.1. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o tombamento dos primeiros conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos (1938-1970)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) existe com essa denominação desde 1970, mas as discussões sobre a preservação do patrimônio brasileiro são bem anteriores a esta data. Segundo Fernandes (2010, p. 05), desde a comemoração do Centenário da Independência (1922), o governo brasileiro passou a se preocupar em construir a história da Nação. É neste contexto que é criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em atividade até os dias atuais. O IHGB tinha como finalidade pesquisar, sistematizar e arquivar toda a documentação necessária para identificar a história nacional, com o objetivo de

“(...) recriar um passado homogêneo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos históricos, constituir a galeria dos heróis nacionais, através de estudo, pesquisa e elaboração de biografias, capazes de fornecer as gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria” (FERNANDES, 2010, p. 5).

Este levantamento e pesquisa abrangeu desde edifícios a elementos arquitetônicos que estivessem ligados à história nacional, passando a ser conservados e protegidos. A cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, por exemplo, englobava vários elementos da história nacional, e assim, foi elevada a Cidade-Monumento²⁷ por Getúlio Vargas, em 1933. No ano seguinte, foi criada a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), que ficou responsável por zelar e cuidar deste que foi o primeiro bem patrimonial brasileiro (FERNANDES, p. 02). O IMN, era um departamento do Museu Histórico Nacional (MHN), sendo que o MHN foi fundado em 1922 e continua suas atividades até os dias atuais.

No ano de 1937, a IMN finaliza suas atividades, sendo substituída pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (MAGALHÃES, 2016). O novo instituto foi idealizado pelo escritor e poeta Mário de Andrade (1893-1945), juntamente com o então Ministro da Cultura Gustavo Capanema (1900-1945) (DIAS, 2012, p. 53), e instituído pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. O objetivo do SPHAN “(...) era eleger um acervo que

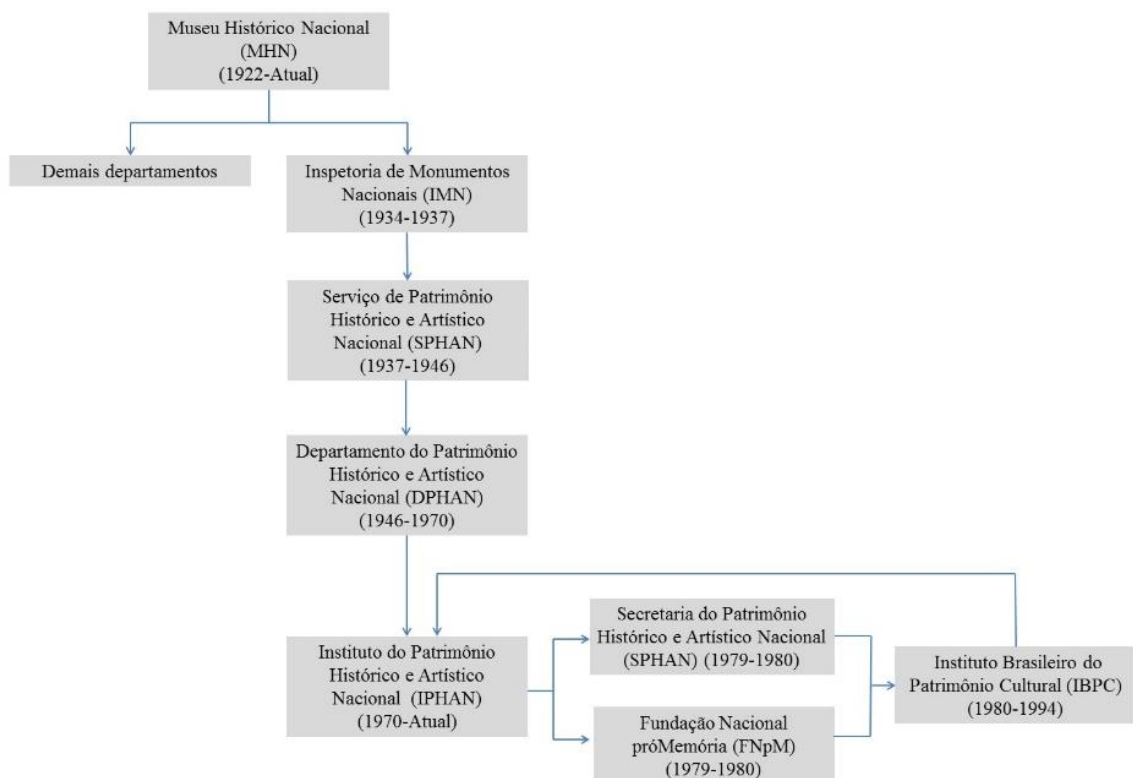
²⁷ Rodrigues (2000, p. 7-23) aborda as questões relacionadas a busca da identidade nacional, através da preservação do patrimônio no capítulo denominado “Passado, reflexo do presente”, presente em seu livro: RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

representasse a tradição brasileira e a imagem do passado no imaginário da nação, criando, desta forma, um ideal de brasilidade” (MASSUCATE, 2007, p. 2).

Segundo Massucate (2007, p.4) os intelectuais que compunham esse novo órgão, eram representantes da “consciência nacional” e da coletividade. Esse órgão federal de proteção ao patrimônio se ateu preferencialmente aos monumentos arquitetônicos religiosos e civis do período colonial (RODRIGUES, 2000, p. 16).

No ano de 1946, juntamente com a publicação da Constituição Brasileira de 1946, o SPHAN passa a ser denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) (DIAS, 2012, p. 20). Na Constituição, no Título VI, Capítulo II, no art. nº 175, esse órgão fica responsável em proteger as “(...) obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza” (BRASIL, 1946). No ano de 1970, o nome é alterado novamente, voltando a ser denominado IPHAN até os dias atuais (Idem) (fig. 10).

Figura 10 - Percurso histórico das Instituições criadas a partir do MHN



Fonte: elaboração própria

No período de 1937 a 1970²⁸, o SPHAN (1937-1946), e depois o DPHAN (1946-1970) realizaram uma grande quantidade de tombamentos em todo o território nacional, englobando de elementos arquitetônicos a conjuntos urbanísticos. O intuito aqui, é analisar como esses espaços foram tratados antes e depois das cartas patrimoniais brasileiras. No caso a primeira carta patrimonial brasileira somente será publicada em 1970, denominada de “Carta de Brasília”, por isso realizou-se o recorte temporal, neste capítulo, de 1938-1970, que compreende a atuação do SPHAN e DPHAN. Para esta dissertação interessa particularmente verificar os bens tombados que possuem praças e/ou jardins²⁹ inseridos.

Os bens tombados e publicados pelo IPHAN de 1938 a 2012³⁰ estão inscritos em 4 livros do tomo: “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”³¹; “Histórico”³²; “Belas Artes”³³ e “Artes Aplicadas”³⁴. Na lista denominada de “Lista de Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)”³⁵, os bens tombados foram separados por estado e suas respectivas cidades em ordem alfabética, incluindo-se: Bem/Inscrição; Nome atribuído; Outras denom.; Nº Processo e Livro; como exemplificado na figura 11 (ANEXO VII).

Figura 11 - Passeio Público no Rio de Janeiro, imagem do arquivo em PDF de 2012

RIO DE JANEIRO Rio de Janeiro	
→ Bem / Inscrição	Passeio Público (especificadamente o chafariz dos Jacarés, os obeliscos e o portão de Mestre Valentim)
Nome atribuído	Passeio Público: Chafariz dos Jacarés, obeliscos e portão do Mestre Valentim
Outras denom.	Chafariz dos Jacarés; Obeliscos; Portão do Mestre Valentim
Nº Processo	0099-T-38
Livro Belas Artes	Nº inscr.: 153 ;Vol. 1 ;F. 027 ;Data: 30/06/1938
Livro Histórico	Nº inscr.: 071 ;Vol. 1 ;F. 013 ;Data: 30/06/1938

Fonte: IPHAN, Lista de Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012), p. 121.

Analisar-se os bens tombados entre os anos de 1938-1970, inscritos como: “Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico” com presença de praças e/ou jardins;

²⁸ O advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), foi o diretor durante 30 anos na Instituição (1937-1967), tornando-se um dos maiores colaboradores para o levantamento e proteção da história nacional (VIDA..., 2013).

²⁹ Somente as praças e jardins serão analisados, os bens tombados com presença de parques, não serão abordados, pois fogem do escopo deste trabalho.

³⁰ Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/.../Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>. Acessado em: 29 jun 2016.

³¹ “(...) são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística” (LIVRO do Tombo, IPHAN, online).

³² “(...)são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico” (LIVRO do Tombo, IPHAN, online).

³³ “(...)são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico” (LIVRO do Tombo, IPHAN, online).

³⁴ “(...) onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico, associado à sua função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos” (LIVRO do Tombo, IPHAN, online). É importante ressaltar que entre os bens analisados para esta dissertação, nenhum bem tombado se encontra inscrito no livro do tomo “Artes Aplicadas.

³⁵ Disponibilizado em: <http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>. Acessado em: 03 jun 2016.

“Conjunto arquitetônico e paisagístico” com presença de praças e/ou jardins; e bens tombados com a presença de praças e/ou jardins, citando um exemplar em cada classificação, entre os anos de 1938 a 1970, afim de compreender como essas praças e jardins foram inseridos nos tombamentos.

Inicialmente, na tabela 1, foi possível identificar um exemplar de “Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico” com presença de praças e/ou jardins, denominado com o nome da praça que se encontra ao centro da área tombada, a Praça Frei Caetano Brandão, localizado na cidade de Belém, no estado do Pará.

Tabela 1 - Bem tombado como Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012.

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1964	0739-T-64 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Belém -PA	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

A área delimitada em vermelho compreende este conjunto (fig. 12), que engloba a praça, os logradouros que a circundam, e 30 edifícios, sendo que, 5 deles, além de compor o conjunto tombado, também são tombados isoladamente: (1) Forte do castelo, (2) Igreja Santo Alexandre, (3) Colégios do Jesuítas, (4) Igreja da Sé e (5) Hospital Militar, todos esses compondo um conjunto maior, o Centro Histórico de Belém (BRASIL, 2005, p. 69).

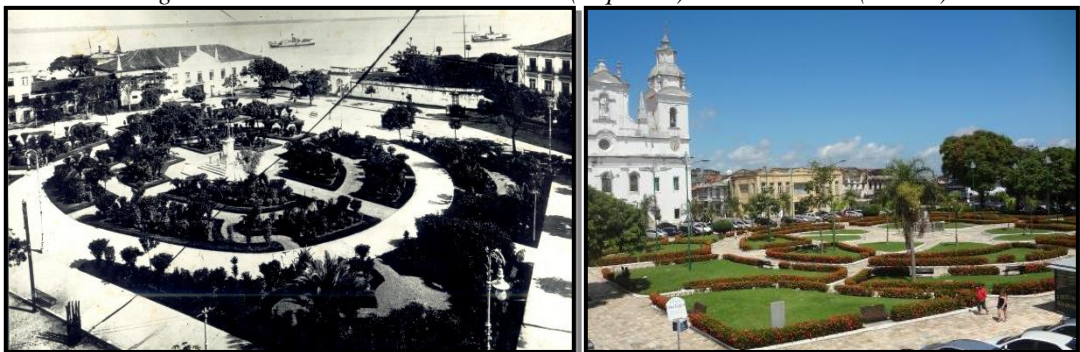
Figura 12 - Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé. A Praça Frei Caetano Brandão se encontra no centro do conjunto tombado (6).



Fonte: BRASIL, 2005, p. 69 e Googles Maps.

A Praça Frei Caetano Brandão, conhecida anteriormente por Largo da Sé, foi fundada no início do século XX (fig. 04), e em 1899, passa a ser denominada Praça Frei Caetano Brandão, em homenagem ao bispo do Pará de 1772 (BRITO, 2009, p. 59). A referida praça se localiza ao centro do conjunto tombado, e todos os edifícios de importância histórica, como igrejas, o forte e o hospital que se localizam ao seu redor. Segundo Brito (2009, p. 60) dentro da gestão do intendente municipal de Belém na época, a inserção de “símbolos da modernidade” era fundamental, sendo esses, representados pelos alargamentos das ruas, construções de largas avenidas e de suntuosas praças, correspondente a “(...) uma nova ordenação espacial e estética; fazendo nela um dos marcos na imagem que projetava para a cidade” (SARGES, 2002, p. 170 apud BRITO, 2009, p. 60).

Figura 13 - Foto do início do século XX (esquerda) e Foto de 2016 (direita).



Fonte: <http://artehistorialazer.blogspot.com.br/2011/09/praca-frei-caetano-brandao.html> (esquerda) e https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303404-d2373162-i138106464-Praca_Dom_Frei_Caetano_Brandao-Belem_State_of_Para.html (direita).

Na tabela 2, serão apresentados os bens tombados como “Conjunto arquitetônico e paisagístico”. Os primeiros bens tombados se concentraram na cidade de São Luiz (MA) e Maranhão (BA). No estado do Maranhão, todos os bens foram tombados no ano de 1955, e pertencem ao mesmo processo de tombamento nº 0454-T-51. Todos inscritos no livro do tomo “Belas Artes”, e foram agrupados pelo IPHAN em regiões. O mesmo ocorreu no estado da Bahia, sendo todos tombados no mesmo ano, 1959, e pertencem ao mesmo processo de tombamento nº 0464-T-52, inscritos no livro do tomo “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”.

Tabela 2 - Bens tombados como “Conjuntos arquitetônico e paisagístico”, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012.

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	
1955	0454-T-51 / Belas Artes	São Luiz - MA	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Benedito Leite
1955	0454-T-51 / Belas Artes	São Luiz - MA	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Gonçalves Dias
1955	0454-T-51 / Belas Artes	São Luiz - MA	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça João Francisco Lisboa
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Ana Nery, fronteira à igreja de N. Sa. Da Palma, no Subdistrito de Santana
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Severino Vieira, fronteira à igreja de N. Sa. da Saúde, no Subdistrito de Nazaré
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito da Penha, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Euzébio de Matos; b) Ladeira do Bonfim; c) Praça Teodósio Rodrigues de Faria; d) Praça Senhor do Bonfim; e) Rua Professor Santos Reis; f) Trecho da avenida Beira Mar; g) Praça Divina; h) Rua Benjamin Constant; i) Rua Teodósio Costa, até a citada Praça do Senhor do Bonfim
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito de Conceição da Praia, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Marcílio Dias; b) Rua Manoel Vitorino; c) trecho da rua Visconde de Mauá; d) Rua Dionísio Martins; e) Trecho da Rua do Sodré; f) Rua Macedo Costa

1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador BA	-	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos da Sé e do Passo, compreendendo os seguintes logradouros: a) Rua Monte Alegre; b) Praça Anchieta; c) Rua Inácio Acióli; d) Trecho da Rua Doze de Outubro; e) Rua Santa Isabel; f) Rua Moniz Barreto; g) Rua Frei Vicente; h) Rua Gregório de Matos; i) Rua Ângelo Ferraz; j) Praça José Alencar; k) Rua Padre Agostinho Gomes; l) Rua Eduardo Carizé; m) Rua João de Brito; n) Praça dos Quinze Mistérios; o) Rua Custódio de Melo; p) Trecho da Rua Joaquim Távora; q) Praça Barão do Triunfo; r) Rua Luís Viana; s) Rua Ribeiro dos Santos; t) Trecho da Rua Silva Jardim; u) Rua Alfredo Brito; v) Praça Quinze de Novembro
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador BA	-	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos dos Mares e da Penha, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Adriano Gordilho; b) Rua Rio Araguaçu; c) Rua Rio Almada; d) Faixa marítima, até a citada Praça Adriano Gordilho

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Para analisar um exemplar de “Conjunto arquitetônico e paisagístico” optou-se em apresentar o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico³⁶ incluído no perímetro do Subdistrito da Penha”, inscrita no livro tomo “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, nº inscr. 022, vol. 01, f. 005-007, nº processo 0464-T-52, na data de 14/07/1959 (fig. 16). Com importância no contexto histórico e turístico, esta área é muito conhecida nacionalmente e internacionalmente, devido a famosa Igreja do Senhor do Bonfim. Em 1802, foram concluídas todas as obras da referida Igreja e, em 1810, a praça situada à frente da Igreja também já se encontrava pronta, sendo denominada Praça do Senhor do Bonfim (NETO, 2014, p. 32).

³⁶ O “Conjunto arquitetônico e paisagístico” se destina a “(...) um pequeno trecho da Urbe, sem ter relação com o seu Centro Histórico, articulando-se apenas com os monumentos secundários, periféricos à vida de uma cidade” (BRASIL, 2005, p. 325).

Figura 14 - “Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito da Penha” (1, 2, 3, 4 e 5) e área verde do município, destacado ao lado



Fonte: BRASIL, 2005, p. 324 e Google Maps.

Na figura 17 tem-se: (1) Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, (2 e 3) Casario dos Romeiros, (4) Casa na Rua Baixa do Bonfim ou Casa Marback e (5) Praça Senhor do Bonfim. A praça se encontra no centro da área de interesse histórico, articulando todos os demais edifícios, que se localizam a seu redor (fig. 17). A área localizada na encosta arborizada da Colina do Bonfim é considerada área verde do município, protegida pela Lei nº 2.549-PMS, de 05/06/1971.

Figura 15 - Imagem interna da Praça Senhor do Bomfim, ao fundo a Igreja do Senhor do Bomfim sem data (esquerda). Vista aérea da área de tombamento (direita).



Fonte: http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-712827107-igreja-do-bomfim-bahia-_JM (esquerda) e <https://www.google.com.br/maps/> (direita)

Observa-se que tanto na tabela 1, quanto na tabela 2, as praças e jardins não eram tombados individualmente, mas são parte integrante de um conjunto, demonstrando sua importância no contexto histórico e cultural e, também, seu destaque na articulação da malha urbana. Segundo Ribeiro (2007, p. 85) a questão da inserção das praças e jardins, como também a arborização urbana passa “(...) a ser considerada como elemento da paisagem urbana que sequer preservar”. Ainda segundo o autor

Nesses casos, a paisagem é tomada como uma moldura do bem mais importante, o arquitetônico. Trata-se de uma visão acerca da relação entre natural e cultural, ou natural e arquitetônico, que privilegia o aspecto humano, secundarizando a paisagem. Nesse sentido, um importante monumento construído tem sua relevância aumentada através da associação com a paisagem que o envolve, ampliando seu caráter de excepcionalidade. No entanto, a paisagem nessa interpretação ainda é algo extrínseco ao bem. Embora a relação entre ambos seja reconhecida, a paisagem só ganha valor a partir de sua associação com o bem arquitetônico principal, seja ele uma única construção ou um conjunto (RIBEIRO, 2007, p. 88).

Na tabela 3, constam todos os bens tombados com a presença de praças e/ou jardim, sendo que alguns bens se destinam especificamente à proteção de alguns elementos que o compõem. Como é o caso do Passeio Público, que não é tombado, sendo tombado especificamente o Chafariz dos Jacarés, os Obeliscos e o portão do Mestre Valentim no nº processo 009-T-38. Ou também, os bens que possuem edificações protegidas, sendo que o tombamento se estende ao jardim, como por exemplo, o bem denominado de “Prédio à Rua Marquês de São Vicente, 233”, que se refere a Casa Modernista de Warchavchik na Vila Mariana, que compreende a casa, o jardim e o bosque que circunda a residência.

Tabela 3 - Bens tombados com a presença de jardins ou praças, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1938	0092-T-38 / Belas Artes	Rio de Janeiro - RJ	Prédio à Rua Marquês de São Vicente, 233
1938	0099-T-38	Rio de Janeiro - RJ	Passeio Público (especificadamente o chafariz dos Jacarés, os obeliscos e o portão de Mestre Valentim)
1938	0099-T-38 / Belas Artes e Histórico	Rio de Janeiro - RJ	Jardim e Morro do Valongo
1938	0099-T-38 / Belas Artes e Histórico	Rio de Janeiro - RJ	Quinta da Boa Vista
1940	0202-T-39 / Arqueológico e Paisagístico	Cachoeira - BA	Jardim do Hospital São João de Deus

1943	0230-T-40 / Belas Artes e Histórico	Serra - ES	Igreja dos Reis Magos e residência que lhe é anexa
1949	0398-T / Belas Artes e Histórico	Salvador - BA	Quinta do Tanque
1951	0345-T-42 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Goiás – GO	Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz, ou Praça Monsenhor Confúcio, inclusive o Chafariz da Boa Morte
1960	0379-T-48 / Belas Artes	Conceição do Mato Dentro - MG	Chafariz da Praça Dom Joaquim
1965	0744-T-64 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Fortaleza - CE	Área do Passeio Público, antiga Praça dos Mártires
1967	0612-T-60 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Petrópolis - RJ	Palácio de Cristal e a Praça da Confluência em que ele se acha situado

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

O Passeio Público merece destaque devido à sua importância no contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro, e por receber dois projetos paisagísticos, o primeiro do Mestre Valentim e o segundo de Auguste François-Marie Glaziou. Este bem foi inscrito nos livros das “Belas Artes”, nº inscr. 153, vol. 1, f. 027, e “Histórico”, nº inscr. 071, vol. 1, f. 013, no dia 30/06/1938, com o processo nº 0099-T-38. O 1º projeto idealizado em 1779 por Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813), conhecido como Mestre Valentim, era um jardim cercado, com linhas gerais retilíneas e simétricas, e um terraço com vista para o mar (TERRA, 2006, p. 35) (fig. 16). Segundo TERRA (2006, p. 35) foi o primeiro jardim público da cidade do Rio de Janeiro, inaugurado em 1783, e está ligado à história do desenvolvimento da cidade, símbolo da prosperidade e da civilidade.

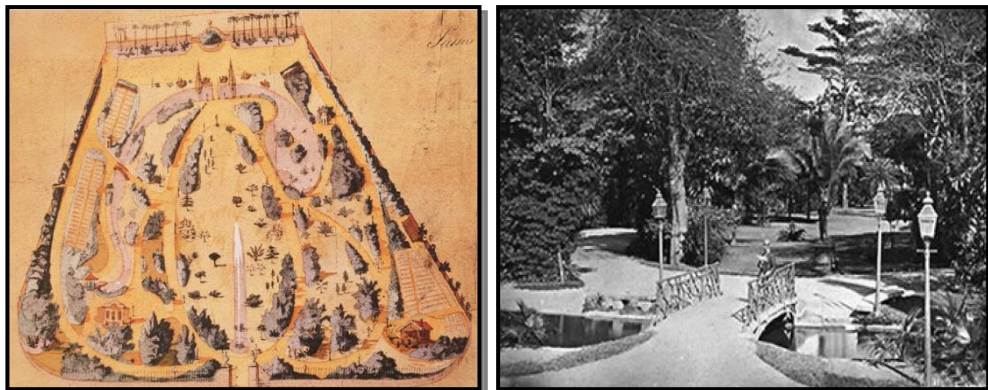
Figura 16 - Projeto de Mestre Valentim para o Passeio Público da cidade de Rio de Janeiro (esquerda) e Litografia de Alfred Martinet (1821-1875), datada de 1847



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2011/12/o-passeio-publico-do-rio-de-janeiro.html> e http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon211917/icon211917_17.jpg

Em 1860, após um longo tempo de abandono e reclamações da população da cidade do Rio de Janeiro, o Passeio Público recebe um novo projeto paisagístico, concebido pelo paisagista francês Auguste François-Marie Glaziou (1828-1906). No projeto (fig. 17) foram inseridos caminhos sinuosos que “(...) o cortariam em diversas direções, oferecendo a cada momento uma nova surpresa. Foram incorporados os pavilhões, de onde se podia descortinar a barra e uma parte do jardim” (TERRA, 2006, p. 41). Por volta da década de 1920, o entorno do Passeio Público sofre profundas modificações com a construção do aterro nas praias de Santa Luiza, Lapa e Glória (SANTUCCI, 2006, p. 58).

Figura 17 - Projeto do Passeio Público (esquerda) e foto da ponte principal, sem data



Fonte: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos1.htm> e <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.052/3141>

Através dos exemplares contidos nas inscrições - Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico” com presença de praças e/ou jardins; “Conjunto arquitetônico e paisagístico” com presença de praças e/ou jardins; e bens tombados com a presença de praças e/ou jardins - foi possível perceber que apesar dos jardins de interesse histórico não serem tombados diretamente, estes possuem papel importante dentro do bem. As vezes são considerados apenas um complemento do bem a ser tombado, e outras, denominam o bem, e possuem um papel articulador na área a ser tombada. É importante salientar que até o ano de 1970, ainda não existia nenhuma carta patrimonial brasileira, e as questões destinadas para a proteção do patrimônio brasileiro era assegurada pela Constituição de 1946. Somente com a redesignação do DPHAN (1946-1970), para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e mudanças nas diretrizes da instituição, que a primeira carta patrimonial brasileira foi formulada.

Na sequência serão apresentadas as cartas patrimoniais de 1970 a 1997, procurando aferir como o jardim histórico encontrava-se inserido, e também, averiguar como os bens tombados neste período trataram os jardins históricos.

2.2. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): do “Compromisso de Brasília” (1970) à “Carta de Fortaleza” (1997)

Entre os anos de 1970 a 1980, o IPHAN esteve sob a direção do designer gráfico e advogado Aloísio Magalhães (1927-1982), e com sua experiência anterior como diretor do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), “(...) procurou documentar e estudar distintas realidades brasileiras, investigando suas formas de expressão e a importância para o desenvolvimento do país” (DIAS, 2012, p. 66). A partir de 1970, o IPHAN deu início a elaboração das Cartas Patrimoniais afim de suprir as necessidades do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo que entre os anos de 1970 até 1997, foram publicadas 8 cartas patrimoniais.

Ressalta-se que desde o início das discussões, em 1970, o jardim histórico não aparece nas cartas patrimoniais. Pode-se aferir que tais espaços poderiam estar “contemplados” em categorias mais abrangentes, como o patrimônio histórico e artístico ou patrimônio cultural, por exemplo.

A primeira carta patrimonial brasileira foi publicada pelo IPHAN em abril de 1970, na cidade de Brasília, no “I Encontro de Governos dos Estados, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições

Culturais”. Desse encontro, foi redigido o “Compromisso de Brasília” voltado à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, que envolvia a “(...) proteção aos monumentos, à cultura tradicional e à natureza (...)” (BRASIL, 1970, p. 1).

Em outubro de 1971, no “II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil”, juntamente com o Ministério da Educação e Cultura e o IPHAN, foi publicada a segunda carta patrimonial intitulada de “Compromisso de Salvador”. Nesta foi ampliada a relação do bem tombado com seu entorno, sua ambiência, recomendando a criação de uma legislação mais eficaz para a proteção dos “conjuntos arquitetônicos, paisagístico e urbano” (BRASIL, 1971, p. 2).

Em 1979, para uma maior abrangência de atuação em toda a extensão do território nacional, o IPHAN foi dividido em dois órgãos. O primeiro, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e o segundo, a Fundação Nacional de Memória (FNpM), como órgão executivo (DIAS, 2012, p. 67). Depois de mais uma reestruturação administrativa, em 1980, o SPHAN e a FNpM foram extintos, dando lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC, através de uma medida provisória, voltou a integrar o corpo do IPHAN (DIAS, 2012, p. 67).

A década de 1980 foi muito importante para a valorização dos jardins de interesse histórico em âmbito internacional com a publicação da Carta de Florença, como já citado anteriormente (item 1.2.). Na esfera nacional, era publicada a terceira carta patrimonial, a “Carta de Petrópolis” redigida em 1987 durante o “I Seminário Brasileiro para Preservação de Centros Históricos”, na cidade de Petrópolis. Nessa carta, foi definido o sítio histórico urbano (SHU) como

(...) parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunho ambiental em formação. (BRASIL, 1987, p. 1).

Esse ponto de vista em relação ao sítio histórico urbano, no que diz respeito às paisagens construídas, começou a dar abertura para as discussões sobre os espaços livres urbanos nas leis nacionais.

Em 1989, por ocasião da Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza (1964), foi formulada a quarta carta patrimonial a “Carta de São Paulo”. Houve questionamentos em relação à preservação do patrimônio natural, que deveria ser compreendida culturalmente, sendo harmoniosa a questão da proteção dos sítios urbanos e rurais e a

preservação da biodiversidade “(...) como incentivo em todos os projetos com a natureza (...)” (BRASIL, 1989, p. 1).

Outro documento internacional que repercutiu no Brasil, apesar de ocorrer depois de duas décadas, tal qual a “Carta de Veneza”, foi a “Carta do Rio” de 1992, a quinta carta patrimonial, que reafirmava os princípios da “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, realizada em Estocolmo, em 1972. Esses princípios da carta nacional estavam ligados a

“(...) aproveitar seus próprios recursos segundo suas peculiaridades políticas, ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de zelar por que as atividades realizadas dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de zonas que estejam fora dos limites da jurisdição nacional” (BRASIL, 1992, p. 01).

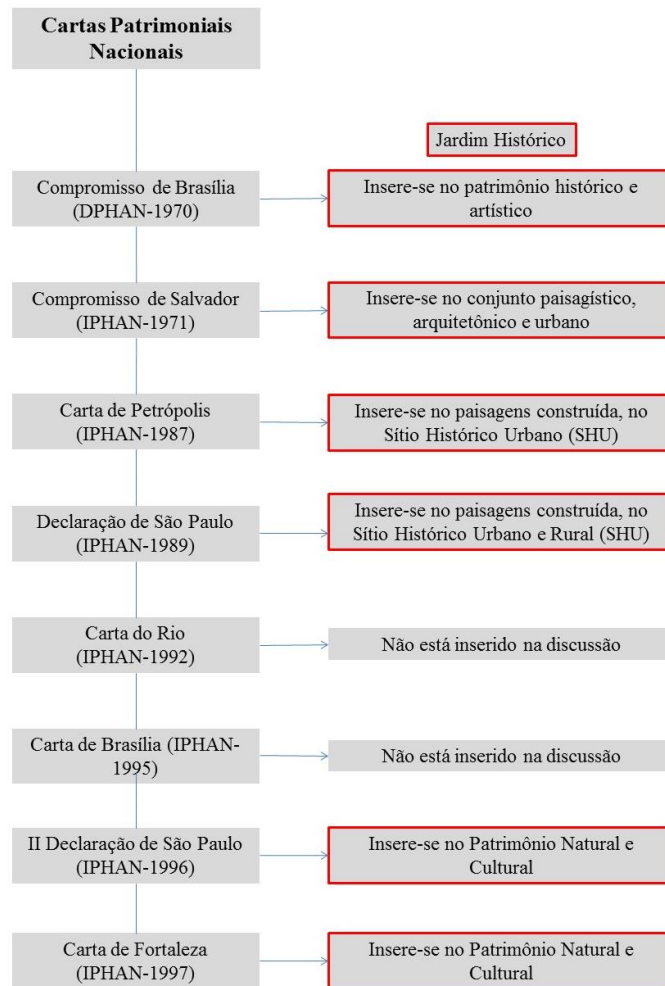
A sexta carta patrimonial foi a “Carta de Brasília” de 1995, de abrangência regional, estava voltado às questões de preservação no Cone Sul de Brasília. A “Declaração São Paulo II”, a sétima carta, foi publicada em 1996, e foi o resultado da “XI Assembleia Geral do ICOMOS”, na cidade de Sófia, Bulgária, onde mais de 210 países se reuniram, inclusive o Brasil. A Assembleia discutiu a rápida expansão urbana que ameaça constantemente a preservação do patrimônio cultural, tornando o ICOMOS/Brasil “(...) uma instância de defesa dos bens culturais, entendidos como símbolo da coletividade, em face das ameaças de sua destruição por ação privada ou mesmo pública” (BRASIL, 1996, p. 2). A presença do Brasil nas discussões do ICOMOS vem desde a “Carta de Veneza” em 1964, mas o “Comitê Brasileiro do ICOMOS” (ICOMOS/Brasil) foi fundado em 17 de agosto de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, e registrado em Brasília, em 02 de maio de 1980 (O QUE..., on-line).

E a “Carta de Fortaleza” de 1997, a oitava carta patrimonial brasileira, em comemoração dos 60 anos de fundação do IPHAN, com representantes da UNESCO, instituições públicas e privadas e da sociedade. O objetivo desse encontro foi elaborar diretrizes e instrumentos legais e legislativos visando “(...) identificar, proteger, promover e fomentar os processos de bens ‘portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira’ (Artigo 216 da Constituição)” (BRASIL, 1997, p. 01).

Até este momento, o jardim histórico ainda não possuía nenhuma carta patrimonial que o regia (fig. 18). Esses espaços de interesse histórico sempre estavam ligados ao monumento, e como foi demonstrado anteriormente, através dos tombamentos realizados pelo IPHAN de 1938 a 1970, os jardins estavam inseridos em um conjunto arquitetônico,

paisagístico ou urbanístico. Mesmo com a publicação da “Carta de Florença” em 1981, somente no ano de 1999, depois de 18 anos, através do “Manual de intervenção em Jardins Históricos”, que estes espaços começam a ter destaque, sendo tombados como monumento no Brasil.

Figura 18 - Esquema ilustrativo das cartas patrimoniais (1970-1997) e como o jardim histórico está contemplado.



Fonte: Elaborada pela autora.

Neste período em que as cartas patrimoniais foram publicadas (1970-1997), e depois com a publicação do Manual de 1999, os bens tombados com presença de praça e/ou jardim não sofreram alterações em relação de como os jardins eram inseridos ao bem, como é possível ver nas tabelas (04, 05 e 06). Estes espaços não possuíam papel principal no tombamento, eram inseridos como complemento da edificação ou como parte integrante do bem.

Tabela 4 - Bens tombados como Conjuntos arquitetônico, urbanístico e paisagístico, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1980	0973-T-78 / presente nos 3 livros	Itaparica - BA	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Tabela 5 - Bens tombados como Conjuntos arquitetônico e paisagístico, com presença de praças e/ou jardins, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1972	0050 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Nova Friburgo - RJ	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Getúlio Vargas
1977	0812-T-64 / presente nos 3 livros	Belém -PA	Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-Peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe
1986	1121-T-84 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	São Paulo - SP	Imóvel situado à Rua Santa Cruz, nº 325, constituído pela casa, o jardim e o bosque que o circundam

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Tabela 6 - Bens tombados com a presença de jardins ou praças, com base na lista de bens tombados disponibilizado pelo IPHAN de 1938-2012

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1973	0880-T-73 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Nova Era - MG	Conjunto arquitetônico da Praça da Matriz e o prédio do Museu de Arte e História
1987	1140-T-85 / Belas Artes	Pernambuco - RE	Imóvel situado na Rua Benfica, nº 251, compreendendo o terreno de cerca de 6.890 m2, o palacete, o jardim e demais construções nele existentes, grades e portões de ferro voltados para a rua mencionada
1987	1179-T-85 / Belas Artes e Histórico	Manaus - AM	Imóvel denominado Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, compreendendo seus pavilhões e jardins, embarcadouro e trecho correspondente da margem do rio
1990	1213-T-86 / Belas Artes e Histórico	Nova Friburgo - RJ	Área central da Praça Quinze de Novembro e imediações

1998	1348-T-95 / presente nos 3 livros	São Paulo - SP	Conjunto composto especialmente pelo prédio onde funciona o Museu Paulista, inclusive seus jardins fronteiros e os bosques que o circundam; pelo Monumento à Independência e pela Casa do Grito; e o Parque da Independência, no qual está situado o referido conjunto
2003	1468-T-2000	Porto Alegre - RS	Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega

Fonte: elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Somente após a publicação da “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros”, em 2010, que os jardins históricos brasileiros ganham destaque nas discussões nacionais, e passam a ser considerado e tombados como jardins históricos. Mas antes de verificar esses bens tombados como jardins históricos, é importante analisar os dois documentos relacionados aos jardins históricos, o “Manual de intervenção em Jardins Históricos” (1999) e a “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros” (2010), e averiguar como estes espaços foram definidos em âmbito nacional.

2.3. O “Manual de intervenção em Jardins Históricos” (1999) e sua relação com a “Carta de Florença” (1981).

No ano de 1999, os jardins históricos brasileiros ganharam destaque com o “Manual de intervenção dos Jardins Históricos”, que fazia parte de um conjunto de outros manuais do IPHAN, com o intuito de estabelecer conceitos e diretrizes para promover a preservação do patrimônio arquitetônico e natural.

O Manual em questão foi elaborado pelo arquiteto-paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim, através de uma parceria do IPHAN com o Projeto Monumenta/BID³⁷ e a UNESCO. Seu objetivo foi de orientar ações de conservação, preservação e proteção para jardins históricos já tombados, organizando itens para o projeto de intervenção. Delphim (1999) organizou o manual em 5 capítulos: 1-Sítios Naturais transformados pelo homem; 2-Os jardins históricos no Brasil; 3-Conceitos Básicos; 4-Intervenções operações e de preservação; 5-Recomendações para projetos e intervenções. O autor procurou abranger todas as discussões que envolvem os jardins históricos, mas salientou que “não se pode reduzir a maneira de tratar essas questões a fórmulas precisas, o que faz com que cada jardim apresente aspectos singulares

³⁷ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

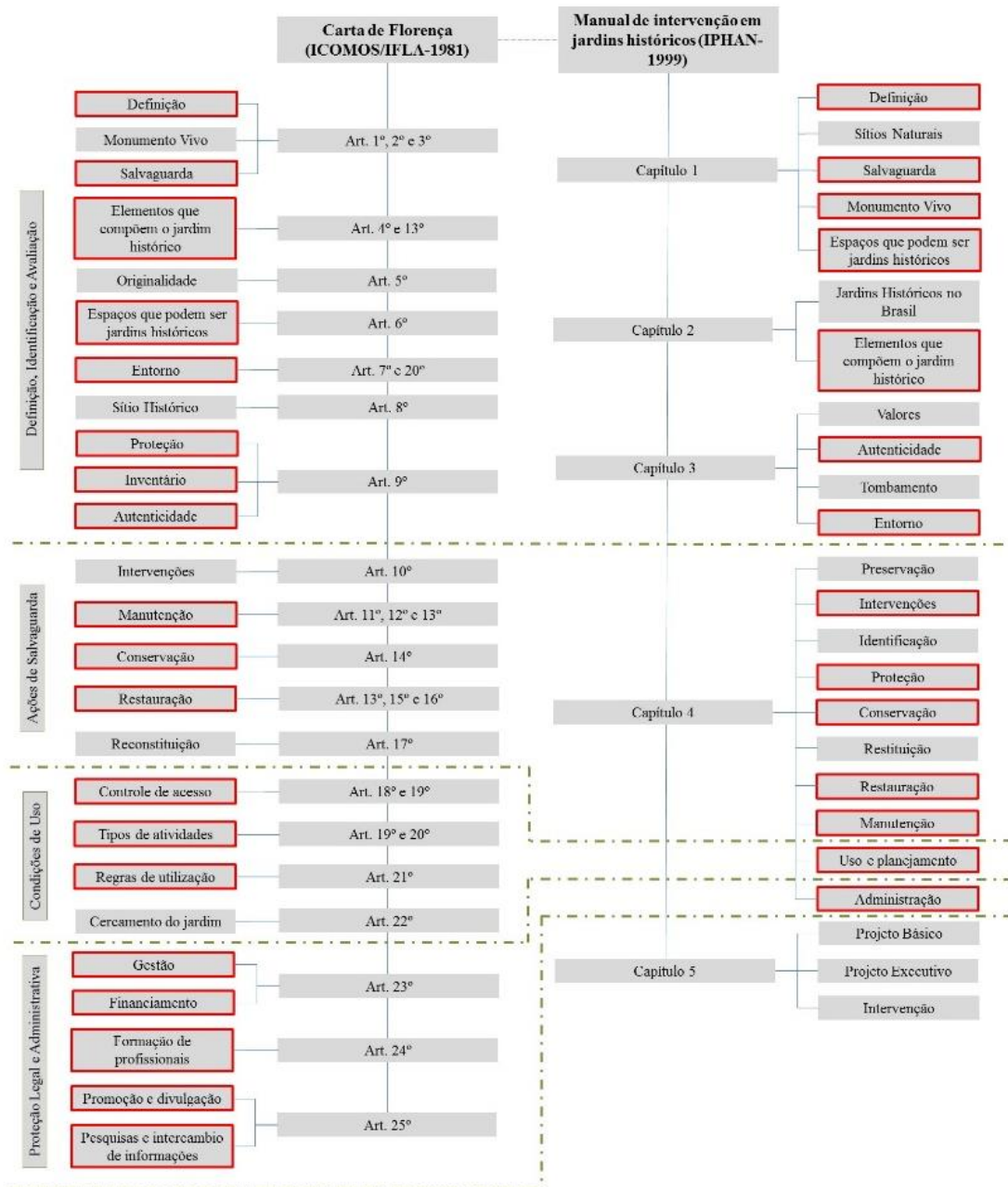
e exigir soluções próprias. O bom senso e a vontade de proteger irão orientar as ações corretas” (DELPHIM, 1999, p. 3).

Esse material, o primeiro documento a abordar o tema sobre jardins históricos no Brasil, foi organizado com base na “Carta de Florença” (1981) como salientou Delphim (1999, p. 13). Chama-se a atenção que o autor apresenta uma definição para os jardins históricos, considerando-os “(...) um bem cultural³⁸ que apresenta valores culturais, sócio-ecômicos e ambientais que, ao longo de diferentes fases de evolução foram sofrendo transformações e adquirindo novos e dinâmicos significados” (Idem, p. 17), e também se utiliza dos mesmos itens dispostos na Carta de Florença para compor o manual.

Comparando os dois documentos pode-se aferir as diferenças nas definições dos jardins históricos em ambos os documentos, e quais acréscimos foram propostos no manual brasileiro. Para uma melhor visualização, foi proposto um esquema comparativo, colocando lado a lado o conteúdo da “Carta de Florença” e do “Manual de intervenção em jardins históricos” (fig. 19). Salienta-se que tanto nos artigos da Carta, quanto nos capítulos do Manual, foram destacados os itens (circundados em vermelho) que se destaca em cada um deles.

³⁸ O bem foi definido na Carta de Burra (1988, p. 01), no artigo 1º “o termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entrono a que pertence”. Assim um bem cultural é todo aquele que bem esteja inserido em um patrimônio cultural ou natural (UNESCO, 2011, p. 11).

Figura 19 - Esquema comparativo entre a carta patrimonial e o manual. Circundado em vermelho, o mesmo assunto que aparece em ambos itens comparados



Fonte: Elaborado pela autora

Entre o capítulo 1 e 3, foram abordados pelo manual duas questões que auxiliam na definição do termo jardim histórico. O autor coloca que o jardim é um bem cultural, sendo passível de ser considerado como monumento. E a outra questão, se refere a sua autenticidade, sendo considerada

(...) um aspecto fundamental na avaliação dos bens culturais. Atribui-se autenticidade a um bem cujos materiais são originais ou genuínos, levando-se em conta quando e

como foi construído, considerando-se seu envelhecimento e as mudanças que o afetaram através do tempo. A autenticidade deriva da definição do bem, podendo deste modo ser entendida de diversas maneiras, dependendo do contexto de seu significado histórico.

Outra diferença esplanada por Delphim (1999, p. 33) presente no capítulo 4, se refere a utilização do termo “restituição”, que na “Carta de Florença” aparece o termo “reconstituição”. A restituição abordada por Delphim, defende devolver as partes faltantes ou degradadas de um jardim, afim de retornar seu estado original, sendo

(...) o conjunto de operações que visam recuperar as condições originais do bem cultural, em respeito ao espírito da época, o que se pode obter mediante remoção de partes espúrias, seja mediante reconstruções de partes supostamente originais degradadas ou faltantes.

E a reconstituição disposto no artigo 17º, da “Carta de Florença”, coloca que as partes faltantes devem ser recompostas, e não substituir totalmente o que desapareceu. Assim reconstituição expõe que

Quando um jardim houver desaparecido totalmente ou quando só se possuírem elementos conjeturais de seus estados sucessivos, não se poderia empreender uma reconstituição relevante da noção de um jardim histórico. Os trabalhos que, nesse caso, se inspirariam em formas tradicionais sobre o terreno de um jardim antigo, ou em lugar onde nenhum jardim tenha previamente existido, constituiriam então noções de evocação ou de criação, excluída qualquer qualificação de jardim histórico (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 03).

Essas definições são importantes para a avaliação de um espaço como jardim histórico, pois se um espaço se encontra totalmente descaracterizado, ou seja, um projeto do passado que na atualidade não se pode mais identificar, esse não pode ser restituído ou reconstruído, pois perderia seu valor histórico, gerando um falso histórico, um “jardim falso”; como já havia apontado Barsali no 8º Simpósio do ICOMOS-IFLA realizado em Florença, em 1981(BARSALI, 1981).

Como o Manual não é uma carta patrimonial, ele naturalmente difere da Carta de Florença, mas em ambos é possível identificar pontos em comum, como a questão do inventário. Delphim (1999, p. 25) propõe no capítulo 4 uma listagem, organizando os itens a serem levantados de maneira mais sistêmica: localização, dados cartoriais e jurídicos, informações sobre o meio físico, informações sobre o meio biológico, informações sobre o meio antrópico, pesquisa histórica, registro fotográfico, mapas do meio físico, mapas do meio biológico e mapas do meio antrópico. O autor sugere uma ampliação nas discussões afim de melhor auxiliar no projeto de intervenção dos jardins históricos já tombados. Para Delphim:

A análise do sítio é o principal instrumento para sua adequada identificação. Intervenções em jardins históricos devem ser baseadas na clara definição do bem e de sua relação com seu entrono. A realização do projeto de restauração, como de qualquer obra arquitetônica, deve ser precedida por exaustivo estudo do jardim, elaborado de diversos pontos de vista, que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. (DELPHIM, 1999, p. 25)

Sendo um Manual, este sistematiza e traz as recomendações para a elaboração e apresentação de projetos básicos, executivos e recomendações para as intervenções. Estes projetos estão dispostos no último capítulo, e estão subdivididos em 3 itens: no primeiro, são expostas as “recomendações para a elaboração e apresentação de projetos básicos”, onde são abordadas as questões “(...) específicas sobre o restauro e intervenções em jardins tombados” (DELPHIM, 1999, p. 57). Para tal são realizadas a visita ao local (condições de manutenção e de conservação e condições de uso), entrevistas, levantamentos (planialtimétrico, cadastral de infraestrutura, florístico ou botânico, iconográfico e fotográfico).

No segundo item, são abordadas as “recomendações para elaboração e apresentação de projeto executivo”, composto de: memorial descritivo, plano geral (situação existente, levantamento florístico ou botânico, remoção e introdução de espécies, sobreposição, implantação, paisagismo, irrigação, iluminação e sinalização/programação visual), detalhes construtivos e projetos complementares (DELPHIM, 1999, p. 60). E no terceiro item, são abordadas as “recomendações para a intervenção”, que foi dividido em tópicos abordando: a criação de um cronograma para desenvolver as atividades de intervenção e estas sejam realizadas em setores; respeitar a fauna e flora em relação a acasalamentos, emigrações, etc.; respeitar os períodos sazonais; a equipe contratada para a execução do local deverá ser supervisionado pelos técnicos do IPHAN; setorização da circulação de veículos para não danificar o espaço; a realização de podas e afim devem ser devidamente isoladas do público; realização da limpeza do local após a intervenção e ampla divulgação das intervenções para o conhecimento do público (Idem, p. 66).

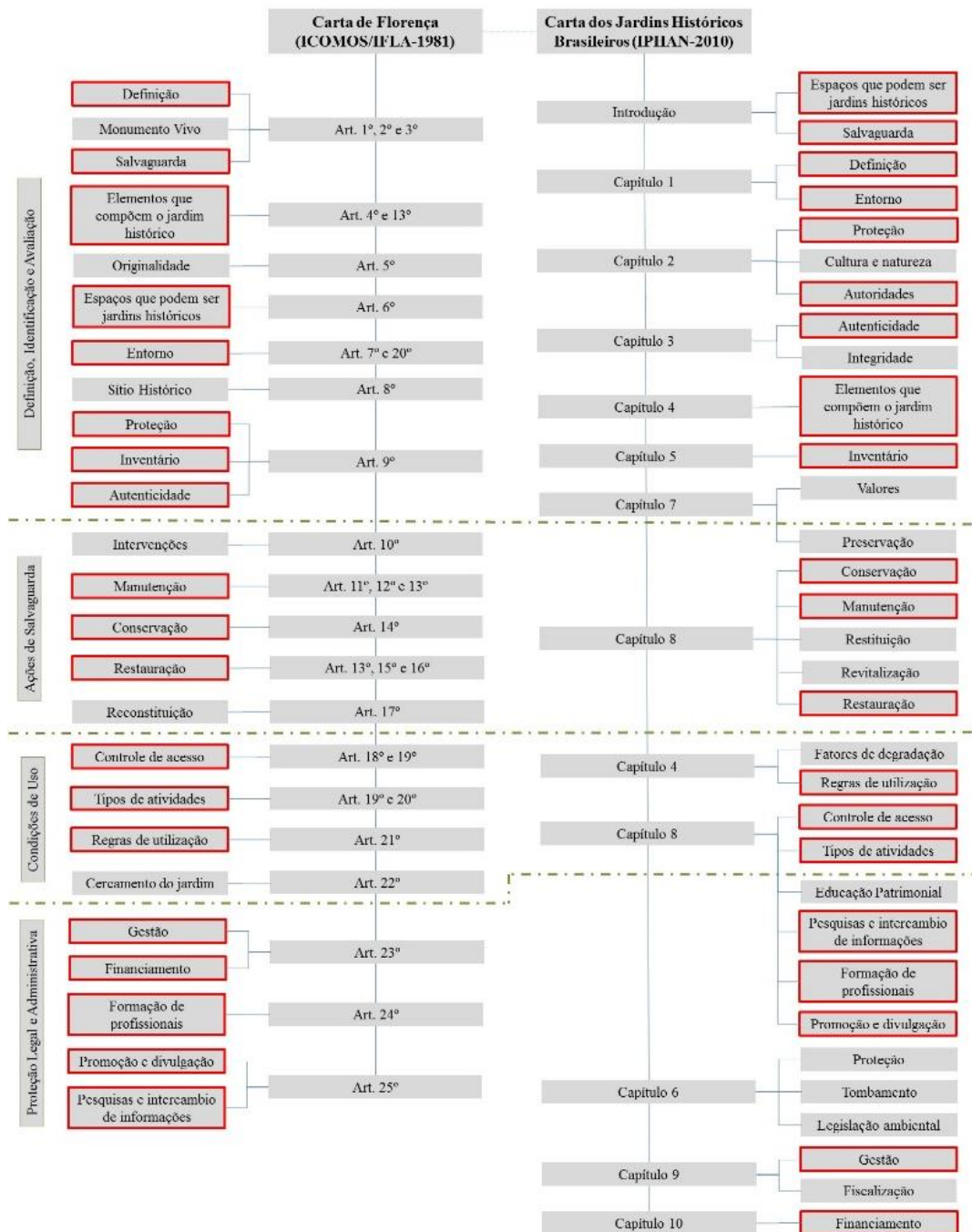
2.4. A “Carta dos jardins Históricos Brasileiros” (2010) e sua relação com a “Carta de Florença” (1981)

A partir de 2010, o IPHAN, juntamente com o Ministério da Cultura, o Museu da Casa Rui Barbosa e o Museu Mariano Procópio (MAPRO), elaboraram a “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros”, durante o I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos,

ocorrido entre os dias 5 a 7 de outubro de 2010, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A carta nacional não é referendada pelo ICOMOS, pois se trata de uma carta destinada especificamente aos jardins históricos brasileiros. Também baseada na “Carta de Florença” (1981), a “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros”, ou “Carta de Juiz de Fora” (vide anexo IV), se utiliza dos itens da carta patrimonial internacional, dividindo-se em 11 partes, além da Apresentação: 1. Definição; 2. A importância dos jardins históricos; 3. Autenticidade e integridade; 4. Problemáticas e fatores de degradação; 5. Identificação; 6. Proteção; 7. Preservação; 8. Conservação e manutenção; 9. Aspectos gerais da gestão; 10. Instrumentos de financiamento e fomento e 11. Disposições finais.

A Carta brasileira, como vem expresso no documento, vem para traduzir a “Carta de Florença” para a realidade brasileira. Assim, um esquema comparativo foi traçado na figura 20, procurando aferir as semelhanças e diferenças. Ressaltasse que nos artigos de ambas as cartas patrimoniais foram destacados (circundado em vermelho) os itens que mais se destacam.

Figura 20 - Esquema comparativo entre ambas as cartas. Circundado em vermelho, o mesmo assunto que aparece em ambas



Fonte: Elaborado pela autora

Na primeira parte, a definição de jardim histórico contida na carta internacional é a mesma adotada pela carta nacional, onde o jardim histórico é “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento” (CARTA de Florença, 1981, p. 01).

Em relação aos tipos de espaços que são considerados jardins históricos, a carta internacional considera que “a expressão ‘jardim histórico’ é igualmente aplicável a pequenos jardins ou grandes parques, quer sejam formais ou ‘paisagens’” (CARTA de Florença, 1981, p.03). Já na carta nacional, a variedade se amplia para a realidade brasileira, englobando uma diversidade maior de tipos de espaços livres especificados em relação à Carta de Florença, que contempla

(...) os sítios e paisagens agenciados pelo homem, como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados, e jardins de tradição familiar. Além desses jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros. (BRASIL, 2010, p. 2 e 3).

Nas cartas, em Francês e Inglês disponibilizadas pelo *Journal Scientifique* (ICOMOS, 1993, p. 369-374) e a do IPHAN, o inventário está presente como instrumento de identificação desses espaços. Mas nas cartas em inglês também presente no *Journal Scientifique* (ICOMOS, p.375-377), e na carta traduzida pelo ICOMOS, a palavra inventário não é identificada, como pode ser verificado respectivamente

“Art. 9. La sauvegarde des jardins historiques exige qu’ils soient identifiés et inventoriés“ (ICOMOS, 1993, p. 369).

“Art. 9. The preservation of historic gardens depends on their identification and listing” (ICOMOS, 1993, p. 372).

Artigo 9º - A proteção dos jardins históricos exige que eles sejam identificados e inventariados (IPHAN, 2016, p. 2).

Artigo 9. A preservação dos jardins históricos depende da sua identificação e da sua classificação (ICOMOS, 2006, p. 1).

Contudo, apesar destas divergências em relação a tradução, o inventário é um instrumento indispensável para a identificação e catalogação desses espaços, presentes constantemente nas discussões em torno do assunto. De tal modo, na Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, traz uma instrução para o inventário disposta no capítulo 5, destacando a necessidade de um levantamento histórico, cultural e natural do jardim, explicando suas peculiaridades e características, para que o conjunto do estudo científico proposto venha a auxiliar na preservação do jardim histórico, seguindo o mesmo espírito da Carta de Florença.

Em relação à avaliação, em ambas as cartas a “autenticidade” é citada como um mecanismo de identificação e avaliação para esses espaços. A carta brasileira amplia esta

discussão em torno da avaliação inserindo também a “integridade” e os “valores” para os jardins históricos. A “autenticidade” e “integridade” são definidas na carta nacional como:

A autenticidade é um aspecto fundamental na avaliação dos jardins históricos, assim como de qualquer bem cultural. Esta se refere ao grau de originalidade dos diferentes elementos de um mesmo sistema. A autenticidade de um jardim histórico, como em qualquer outro bem cultural, depende de quanto seus materiais são originais ou genuínos, levando-se em conta quando e como foi construído, considerando-se o envelhecimento e mudanças que o afetaram ao longo do tempo. A maioria dos bens históricos é alterada pela ação da natureza e pelo modo como são utilizados, sendo as mudanças consideradas como parte da estratificação histórica do bem.

(...) a integridade depende do grau de equilíbrio que os elementos que o compõem mantêm entre si. O conjunto de elementos que configuram um sítio histórico forma uma unidade básica. A partir dessa compreensão, pode-se descrever cada elemento, cada parte, tendo por base a intenção original. A integridade se refere ao quando o bem é completo e ao quanto preserva do equilíbrio entre os diversos elementos componentes. Suas qualidades intrínsecas estão relacionadas à qualidade dos materiais, a sua construção, desenho e localização (BRASIL, 2010, p. 4).

Os “valores” de um jardim histórico se referem ao seu significado imaterial e material, que são todos os materiais empregados, desde os referentes à vegetação e equipamentos, como também aqueles de caráter histórico e cultural (BRASIL, 2010, p. 9). Para Sá Carneiro (2009, p. 235) estes valores podem ser divididos e entendidos como: valor histórico, valor artístico, valor ecológico e valor social, sendo

(...) o **valor histórico** presente na história de cada elemento do jardim; o **valor artístico** que se refere aos condicionantes da concepção do jardim, forma, cor, tempo; o **valor ecológico** que reside na contemplação natureza e cultura e o **valor social** relacionado ao nível de apropriação por parte dos usuários, incluindo sua representação na história do bairro e na legislação urbanística local. Os valores mencionados justificarão o significado cultural do jardim para assegurar sua proteção como patrimônio (grifo da autora).

Na segunda parte, as “Ações de Salvaguarda” (carta internacional), ou “Ações de Preservação”, como especificado na carta brasileira, estão presentes no item 8 – “Conservação e Manutenção”, e foram listados como: Revitalização, Restituição, Restauração e Manutenção. A “revitalização” foi acrescida em relação à Carta de Florença, sendo que a “revitalização” vem para dar novas adaptações de uso dos jardins históricos em relação à atividade humana. Assim a revitalização na carta nacional

(...) designa a reutilização de um bem cultural e sua adaptação a novos usos, observando aquilo que lhe é essencial: o abrigo de atividades humanas ou os fatores ambientais para o desenvolvimento de atividades como as recreativas, de lazer, contemplação, esporte, etc. (BRASIL, 2010, p. 10, grifo nosso).

Na terceira parte, nas “Condições de uso”, os itens que constam a mais em relação à carta internacional são os referentes aos fatores de degradação, como, por exemplo, os interesses políticos, administrativos e imobiliários.

Na quarta e última parte destinada à “Proteção legal e administrativa”, pode-se dizer que os tópicos abordados em ambas as cartas se assemelham, pois, direcionam as informações para efeito de gestão do jardim histórico. Os itens que diferem são o tombamento, a legislação ambiental e o financiamento que, no caso da carta brasileira, quando é averiguado que o proprietário não possui condições financeiras para a proteção do patrimônio cultural, este terá o respaldo do decreto-lei nº 25, do ano de 1937, que coloca o poder público como responsável por cuidar do jardim.

A “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros” (2010) mudou as discussões em torno do tema, trazendo a visibilidade para esses espaços agora considerados como monumentos na esfera nacional. Sendo assim, após a publicação da carta nacional, dois tombamentos foram realizados em 2015³⁹, o “novo” tombamento do Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro, e os Jardins de Roberto Burle Marx, na cidade de Recife, ambos tombados e classificados como jardins históricos (tab. 7).

Tabela 7 - Jardins Históricos tombados à nível nacional pelo IPHAN - RJ

Estado	Cidade	Bem / Inscrição	Data da Inscrição
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Campo de Santana	Homologação 2015

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Tabela 8 - Jardins Históricos tombados à nível nacional pelo IPHAN - PE

Estado	Cidade	Bem / Inscrição	Data da Inscrição
Pernambuco	Recife	Jardins de Burle Marx na Cidade de Recife	Homologação 2015

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

O Campo de Santana foi retombado por questões de retificação de área, devido a ampliação de vias em seus arredores⁴⁰ no ano de 1944 (TRINDADE, 2007, p. 154). Seguindo a mesma metodologia dos capítulos anteriores, serão abordados aqui os jardins Burle Marx,

³⁹ Após 2015, o IPHAN reorganizou esta listagem, classificando os bens já tombados em 16 categorias³⁹ (ANEXO VII). Os bens tombados inscritos pelo IPHAN foram classificados em: Edificação e Acervo; Edificação; Paisagem; Conjunto Urbano; Equipamentos e infra-estrutura urbana; Conjunto Arquitetônico; Bens móveis e integrados; Ruína; Jardim Histórico; Conjunto Rural; Terreiro; Coleções e acervos arqueológicos; Sítio arqueológico; Coleções e acervos; Equipamentos e Bem paleontológico. Salientando que apesar da reorganização, nenhuma alteração nos processos de tombamento fora realizada.

⁴⁰ Mais informações em: TRINDADE, Jeanne. Campo de Santana: o centro do Brasil no Segundo Império. In: **Leituras Paisagísticas: teoria e prática**/ Tradição e Renovação: a contribuição de Glaziou para a memória do paisagismo no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, n. 2.

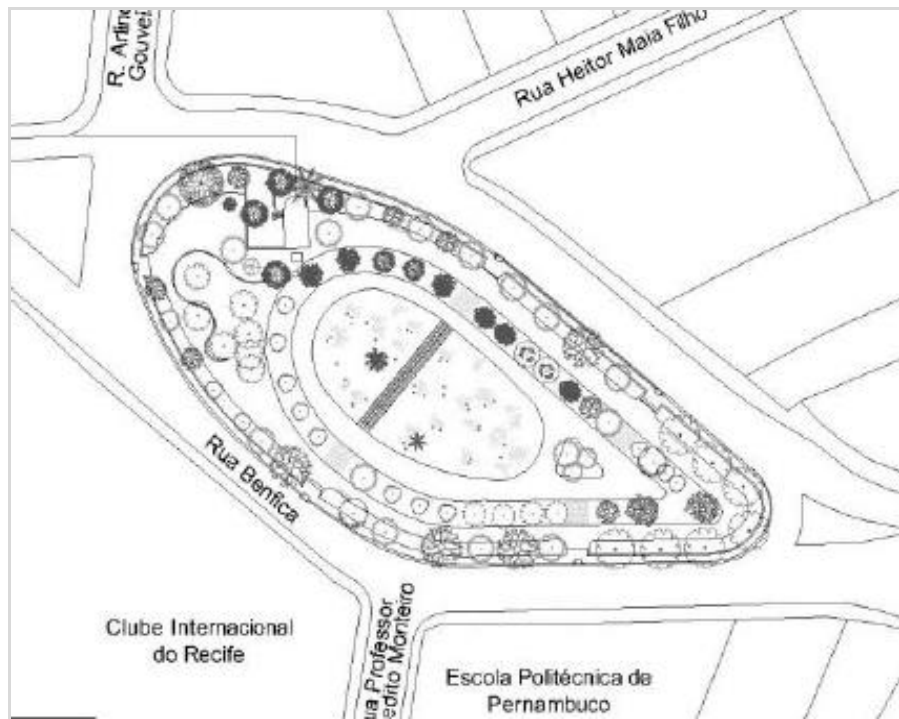
pois estes espaços foram tombados nas definições e parâmetros definidos pela “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros” (2010).

Após um longo trabalho desenvolvido sob coordenação da Profa. Dra. Ana Rita de Sá Carneiro⁴¹, seis jardins de autoria de Roberto Burle Marx, localizados na cidade de Recife, foram tombados pelo IPHAN. Os jardins que compreendem esse tombamento são: Praça Euclides da Cunha, Praça de Casa Forte, Praça da República e Jardim Campo das Princesas, Praça do Derby, Praça Ministro Salgado Filho e Praça Faria Neves (IPHAN, 2015, on-line).

A Praça Euclides da Cunha (fig. 21) foi um dos primeiros jardins realizados por Roberto Burle Marx em Recife, entre 1934 a 1937, com destaque para a relação das espécies vegetais utilizadas do ecossistema da Caatinga. Segundo Sá Carneiro (2009, p. 212), o jardim das cactáceas, é um jardim temático, de 1935,

(...) como um gesto inovador e inspirado na vegetação da Caatinga característica da região do sertão do Nordeste brasileiro, região da seca e do clima semi-árido. Burle Marx expôs essas plantas decorativas originárias de uma região distante em um ambiente urbano do litoral, respondendo prioritariamente às funções: educativa e ecológica, que resistiu durante 45 anos.

Figura 21 - Planta da Praça Euclides da Cunha, projeto de Roberto Burle Marx (1934-37) desenhado pelo Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE



Fonte: Diário Oficial de Recife (2016, p. 10).

⁴¹ Coordenadora do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Pernambuco (UFPE), e membro do ICOMOS/IFLA/Brasil.

Em 2001, iniciaram-se as discussões sobre a necessidade de restauro e recuperação desse espaço (fig. 22). Foram realizadas pesquisas detalhadas em relação às espécies vegetais da caatinga inseridas no projeto, juntamente com um estudo minucioso em relação aos desenhos de Roberto Burle Marx para a praça, além de levantamentos iconográficos e estudos *in loco*. Como relata Sá Carneiro (2009, p. 226), a intervenção se baseou em uma interpretação detalhada de todos os materiais encontrados, e também complementados “(...) pelos vestígios dos canteiros gramados com exemplares da caatinga, a escultura do vaqueiro, as pedras que compunham os canteiros centrais onde ficavam as cactáceas (...)”.

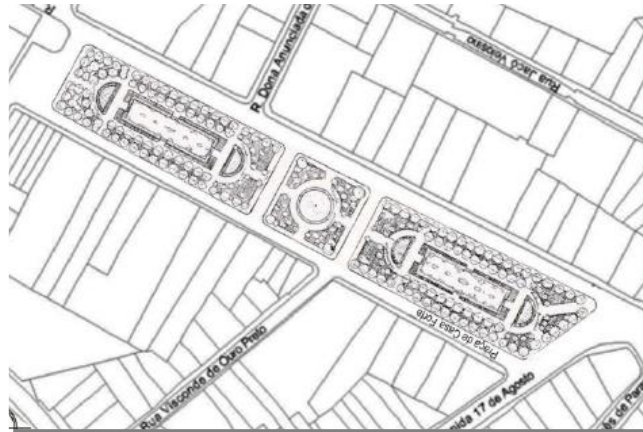
Figura 22 - Foto da Praça Euclides da Cunha (direita), e desenho em pena nanquim sobre papel, de Roberto Burle Marx, de 1935 (esquerda).



Fonte: <https://euclidesite.wordpress.com/imagens/paisagens-e-construcoes-2/pracaeuclides2/> e MARX, 1987 apud PESSOA, et. al, 2003.

Outro jardim idealizado por Roberto Burle Marx no mesmo período da Praça Euclides da Cunha (1934-1937), foi a Praça da Casa Forte. Este jardim (fig. 23) foi inspirado nos jardins ingleses do *Kew Gardens* onde foi proposto “(...) um jardim aquático compreendido em três partes, sendo duas com lagos retangulares nos extremos e uma quadra com lago em forma de circunferência no centro” (RECIFE, 2016, p. 5).

Figura 23 - Planta da Praça Casa Forte, projeto de Roberto Burle Marx (1934-37). Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE



Fonte: Recife (2016, p. 7).

Nesta praça (fig. 24) o paisagista buscou contemplar 3 ecossistemas distintos: próximo a Avenida 17 de Agosto, idealizou a concepção de um jardim com a flora americana, com pau-rei (*Basiloxylon brasiliensis*) e cassia-grande (*Cassia grandis*); na porção central reproduziu a flora amazônica, destacando as vitórias regias (*Victoria amazonica*); e na porção próxima à Igreja de Casa Forte inseriu-se espécies exóticas, como o flamboyant (*Delonix regia*) e o resedá (*Lagerstroemia speciosa*) (RECIFE, 2016, p. 5-6).

Figura 24 - Foto da Praça de Casa do Forte (direita), e desenho em pena nanquim sobre papel, de Roberto Burle Marx, de 1935 (esquerda)

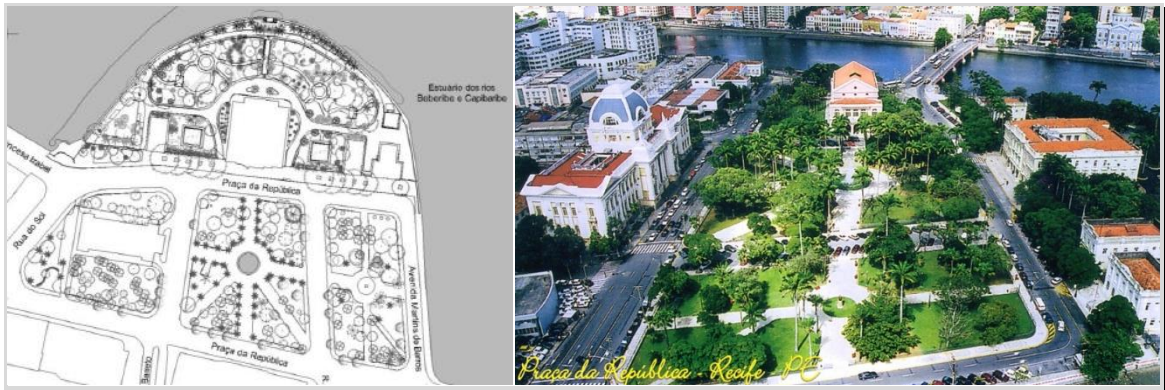


Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/fotosdorecife/pracas.html> e MARX, 1987 apud PESSOA, et. al, 2003.

A Praça da República e o Jardim Campos das Princesas passou por diversas transformações ao longo dos anos, até que em 1937, Burle Marx realiza o projeto do local (fig.

25). Articula os três palácios, o do Governo, o das Artes (Teatro de Santa Isabel) e da Justiça, valorizando os elementos da paisagem e os elementos naturais (RECIFE, 2016, p. 11).

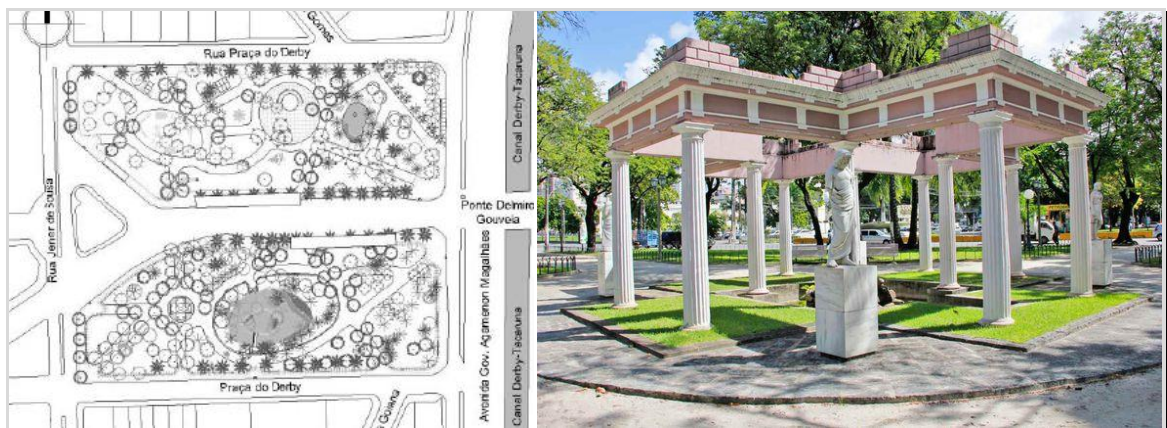
Figura 25 - Planta da Praça da República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas. Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (esquerda), e foto aérea (direita)



Fonte: Recife (2016, p. 14) e <http://www.luizberto.com/coluna/cronicas-do-padre-quincas/page/4>

Já a Praça do Derby (fig. 26) ocupa o lugar do antigo clube de hipismo denominado de “Sociedade Esportiva Derby Clube de Pernambuco”. Após inúmeros acontecimentos ocorridos no local, no ano de 1936 Burle Marx mantém a essência do lugar e “(...) acentua o caráter romântico com a suavização dos caminhos e acréscimos de árvores em arranjos livres. Também introduz grupos de diversas palmeiras e desenha novos percursos sinuosos e canteiros de espécies nativas e exóticas de grande plasticidade” (RECIFE, 2016, p. 15).

Figura 26 - Planta da Praça do Derby, desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (esquerda) e o coreto (direita).

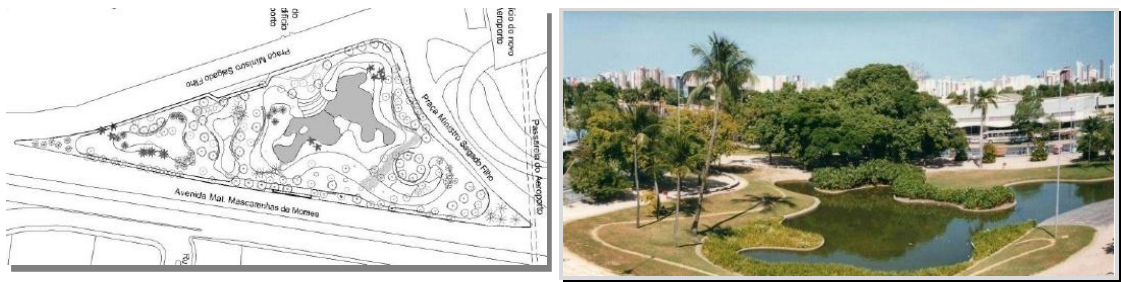


Fonte: Recife (2016, p. 18) e

http://www.apontador.com.br/local/pe/recife/parques/C41172201C015Q0151/praca_do_derby.html

Na Praça Ministro Salgado Filho concebida em 1957, Burle Marx buscou inserir as espécies vegetais presente na cidade de Pernambuco, para servir de “hall de entrada” da cidade, já que este espaço se localizava em frente do aeroporto (fig. 27) (RECIFE, 2016, p. 18). O repertório foi o destaque do projeto, utilizando aninga-açu (*Montrichardia linifera*), ipê roxo (*Tabebuia so.*), pau-brasil (*Cesalpina echinata*), entre outras (Idem, p. 19).

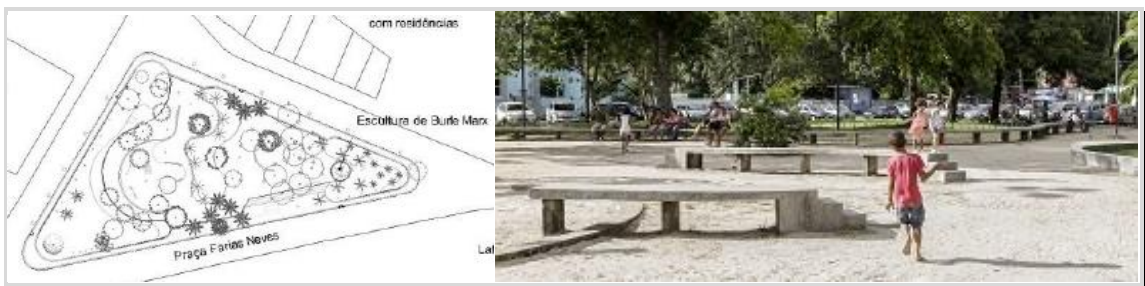
Figura 27 - Praça Ministro Salgado Filho, projeto de Roberto Burle Marx. Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (acima) e o lago (abaixo).



Fonte: Recife (2016, p. 21) e <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.126/3887>

A Praça Faria Neves (fig. 28) foi projetada por Burle Marx um ano após a Praça Ministro Salgado Filho, em 1958, com o intuito de “(...) promover um ambiente de lazer, convívio social e o desfrute da beleza cênica do maciço vegetal composto pela floresta remanescente da Mata Atlântica (...)” (RECIFE, 2016, p. 22). Esta praça foi a primeira com um brinquedo lúdico proposto em concreto para as crianças (Idem).

Figura 28 - Planta da Praça Faria Neves, projeto de Roberto Burle Marx (1934-37). Desenho do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (direita), área dos brinquedos em concreto armado (esquerda)



Fonte: Recife (2016, p. 24) e <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2358/conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural-volta-a-se-reunir-em-brasilia>

Esses exemplos demonstram a importância destes espaços no contexto histórico das cidades, evidenciando como os jardins ao longo dos anos foram ganhando destaque nas discussões e se fazendo presente nos tombamentos.

3. O jardim histórico como Paisagem Cultural

A paisagem cultural é um termo relativamente novo, cunhado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1992, através das “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial”. A finalidade deste capítulo é traçar um percurso histórico das instituições e seus respectivos documentos, afim de averiguar como o jardim histórico é inserido na definição da paisagem cultural, dando continuidade a mesma metodologia dos capítulos anteriores.

Como foi visto anteriormente, o jardim histórico passou por uma evolução de conceitos e definições. Na Carta de Atenas (1931) estes eram vistos como ornamentos do monumento histórico, e na Carta de Veneza (1964) como complementos dos mesmos, e a partir da Carta de Florença (1981), estes passam a ser considerados monumentos. Após a publicação da 16ª Convenção da UNESCO em 1992, o jardim histórico se insere na categoria de paisagem cultural, considerado patrimônio cultural. Segundo Magalhães (2015, p. 68) “(...) são nas discussões da paisagem cultural que estes bens receberam atribuições e significados patrimoniais, no final do século XX”, elevando o jardim histórico de monumento à patrimônio cultural.

3.1. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): a inserção da categoria Paisagem Cultural (1992)

A conferência das Organizações Nações Unidas (ONU) realizada na cidade de Paris entre os dias 01 e 16 de novembro de 1945, tinha o intuito de criar uma organização voltada para a cultura e educação, visando a "solidariedade intelectual e moral da humanidade" (UNESCO, s.d.). Assim, em 4 de novembro de 1946⁴², criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁴³ oficialmente. Esta nova organização, substituiu o antigo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI-1926/1946) (vide fig. 1), recebendo todos os arquivos do IICI (DAIFUKU, 1998, p. 8).

O período da criação da UNESCO foi marcado pelo fim da segunda Guerra Mundial, com a sociedade necessitando de auxílio nas mais distintas áreas. Deste modo em seus primeiros anos, a UNESCO direcionou seus esforços para reconstruir escolas, bibliotecas e

⁴² Os representantes de 37 países reúnem-se em Londres para assinar o Ato Constitutivo da UNESCO, que entra em vigor no dia 4 de novembro de 1946 após ratificação por 20 países signatários. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>.

⁴³ Em inglês: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

museus (UNESCO, s.d.). Já na década de 1960, verificando que os templos da Núbia, Egito e Sudão estavam correndo perigo de destruição, começa a auxiliar na proteção e salvaguarda destes lugares. Tal ato, serviu de base para a criação do Programa do Patrimônio Mundial, dedicado à salvaguarda dos sítios de valor universal excepcional (Idem).

No ano de 1972, entre os dias 17 de outubro e 21 de novembro, na cidade de Paris, realizou-se a Conferência Geral da UNESCO, redigindo-se a “Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural”, na qual se verificou que o patrimônio cultural e natural estava cada vez mais ameaçado de destruição pelos desgastes naturais, bem como pela ação humana (UNESCO, 1972, p. 1). Para gerenciar esses bens a serem protegidos pela UNESCO, criou-se, em 1976, o Comitê do Patrimônio Mundial. Em 1978 foi inscrito o primeiro sítio inscrito na lista do patrimônio mundial a Ilha de Galápagos. Na Convenção de 1972, o artigo nº 1 considera patrimônio cultural, os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse, assim especificados:

Os monumentos – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CONVENÇÃO..., 1972, p. 2).

E patrimônio natural, no artigo nº 2:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. (CONVENÇÃO..., 1972, p. 2).

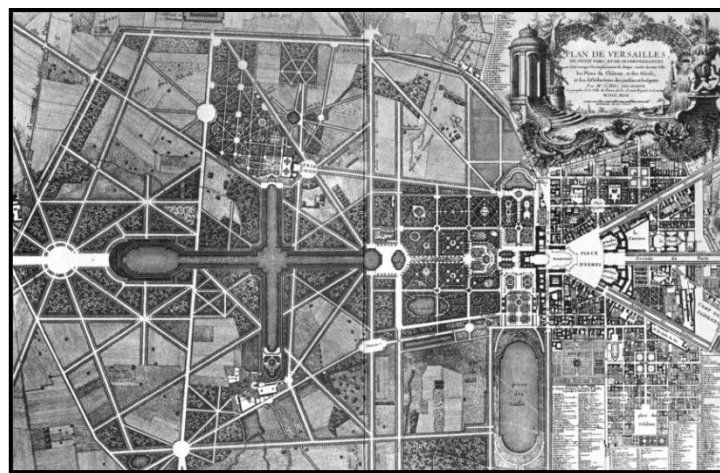
Neste contexto, o jardim histórico pode ser inserido como um patrimônio cultural, inserido no artigo nº 1, nos “locais de interesse”. O jardim não entra na categoria de patrimônio

natural, pois esses são locais naturais sem a intervenção humana, como por exemplo as matas ou florestas.

Em 1978, foi divulgada a primeira Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, e em 1979, o conjunto formado pelo Palácio e Parque de Versalhes foi o primeiro bem inscrito com um jardim histórico⁴⁴, sendo considerado o maior bem salvaguardado da França e conhecido mundialmente. A importância desse bem inscrito é inestimável, como ressalta Panzini (2013, p. 310), pois se trata de “(...) uma exibição de autoridade de dimensão inigualável (...)”, que através do domínio da paisagem, com os jardins e edificações, se tornou o sinônimo do poderio de um governo soberano, com um projeto de dimensões até então nunca visto. Este projeto idealizado inicialmente por Luís XIV, marcou seu poder em relação a sua corte, construindo seu “próprio teatro fantástico” (PANZINI, 2013, p. 310).

Os projetos dos jardins ficaram a cargo de André Le Nôtre (1613-1700) a partir de 1662, que abrangiam a pequena cidade de Versalhes, o palácio e o parque, sendo todo o conjunto considerado uma unidade inseparável. O ponto focal de todo o projeto do parque é o Grand Canal, com “1.650 m de comprimento, 62 m de largura média, de implantação cruciforme” (PANZINI, 2013, p. 317). Pelas dimensões e pelo grande valor, todo complexo de Versalhes foi “um laboratório experimental de novas máquinas e técnicas” (PANZINI, 2013, p. 318) (fig. 29 e 30).

Figura 29 - Planta do Parque de Versalhes, desenhado pelo abade Delagrive (1746), geógrafo da cidade de Paris



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_de_Versalhes

⁴⁴ Em 30 de novembro de 1979, esse bem foi inscrito sob o número N48 48 18 E2 7 10 (WORLD..., s.d.).

Figura 30 - Pierre Patél pai, Vista do Palácio de Versalhes, óleo sobre tela, 1668



Fonte: <http://hubpages.com/travel/France-Vacations-The-5-Best-Day-Trips-from-Paris-1-The-Palace-of-Versailles>.

No novo documento publicado em 1992 pela UNESCO denominado de “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial”, o conceito de paisagem cultural foi inserido e definido como uma categoria de bens patrimoniais na lista da herança mundial pela UNESCO. Foram reafirmaram as mesmas definições dispostas na Convenção de 1972, para patrimônio cultural e natural, sendo substituído, no artigo 1º, ‘Os locais de interesse’ por ‘Os Sítios’, mas continuando com a mesma descrição. Assim são considerados patrimônio cultural

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um Valor Universal Excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 2011, p. 11).

Além dessa pequena alteração, no documento de 1992 foram acrescentados mais dois termos: o “patrimônio misto cultural e natural” e a “paisagem cultural”, assim definidos:

São considerados «património misto cultural e natural» os bens que respondem a uma parte ou à totalidade das definições de património cultural e natural que constam dos artigos 1º e 2º da Convenção.

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 2011, p. 11).

A paisagem cultural foi dividida em 3 categorias, a intencionalmente concebida e criada pelo homem, a paisagem essencialmente evolutiva e a paisagem cultural associativa, foram assim definidas respectivamente:

i. A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, **intencionalmente concebida e criada pelo homem**, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

ii. A segunda categoria é a **paisagem essencialmente evolutiva**. Resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: - uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis; - uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

iii. A última categoria compreende a **paisagem cultural associativa**. A inscrição destas paisagens na Lista do Património Mundial justifica-se pela força da associação dos fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes. (ORIENTAÇÕES..., 2011, p. 70)

Segundo El-Jaick (2008, p. 34), a primeira categoria, a paisagem claramente definida e intencionalmente concebida e criada pelo homem, engloba os jardins históricos, pois são “(...) implantados por razões estéticas, sociais e recreativas, que são frequentemente associados a conjuntos edificados monumentais”. A partir das publicações sobre a paisagem

cultural, o jardim histórico é considerado patrimônio, sendo para Magalhães (2015, p. 71-72) “(...) uma forma de ordenamento da paisagem, unindo sensibilidade, técnica e arte, (...) que acompanha o homem há tempos imemoriais e é, ainda um código de leitura e representação de uma época e de uma sociedade”.

Para Torelly (2008), “(...) o conceito é por demais abrangente, com delimitações indicativas sem contornos claramente definidos, permitindo avaliações com elevada subjetividade e sua utilização em um espectro de situações muito amplo”. Mas apesar das divergências, os jardins estão inseridos na paisagem cultural na primeira categoria (i), que se destina à paisagem definida pelo homem. Nesse contexto, após a convenção de 1992, tem-se a inscrição de dois jardins considerados paisagens culturais, o Jardim Clássico de Suzhou (China) e o Jardim e Palácio de Kromeriz (República Checa).

O primeiro jardim inscrito, em 1997, foi o Jardim Clássico de Suzhou, sob o número N31 19 0 E120 270 (WORLD..., s.d.), considerado como paisagem cultural. Estes jardins construídos em meados do século XI, englobando os Jardim do Administrador Humilde, o Parque Liuyuan, o Parque Wangshi e o Jardim Huanxiu, os mais famosos de Suzhou (Idem). Esses espaços envolviam espécies específicas (fig. 31), como flores de lótus e a peônia. Segundo Panzini (2013, p. 394)

Os jardins eram vistos como uma extensão da pintura de paisagem, frequentemente monocromáticas, e por isso baseavam-se em um número intencionalmente reduzido de cores: o branco dos muros perimetrais e dos edifícios, o cinza das rochas, o vermelho das balaustradas, o verde da vegetação.

Figura 31 - Vista do Jardim Clássico Suzhou com uma das residências (esquerda) e um dos lagos (direita)



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/813/gallery/> (esquerda) e <http://whc.unesco.org/en/list/813/gallery/> Direita)

O próximo jardim inscrito como paisagem cultural, foi o Jardim e Palácio de Kromeriz (fig. 32), em 1998, sob o número N49 17 60 22 38 E17 (WORLD..., s.d.). Esses jardins são exemplos excepcionais das características barrocas, presente na cidade de Kromeriz. Esta cidade presidiu o 4º simpósio do ICOMOS/IFLA, no ano de 1977, como descrito anteriormente.

Figura 32 - Vista aérea dos jardins e do Palácio Kromeriz.



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/860/>

O jardim foi construído, entre 1665 e 1675, pelo Bispo Karel de Liechtenstein, sendo o projeto original desenhado por Filiberto Lucchese, no estilo maneirista, e completado por Giovanni Pietro Tencalla (JELLICOE. et al, 1986, p. 317). O Formato ortogonal do jardim (fig. 33) cercado por altos muros, é composto por uma casa de verão em formato octogonal ao centro, com belas decorações escultóricas principalmente em seu interior, com a presença de uma fonte barroca, restaurada em 1954 (Idem).

Figura 33 - Um dos canteiros do jardim, ao fundo o Palácio Kromeriz.



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/860/>

Esses exemplares foram apresentados afim de demonstrar a evolução dos jardins históricos dentro do contexto patrimonial mundial que, a partir da publicação das “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial” em 1992, o jardim histórico além de ser definido como monumento, pela Carta de Florença (1981), passa a ser considerado paisagem cultural, e assim, considerado um patrimônio cultural. É interessante observar também, após esses exemplos, que o jardim histórico pode ser considerado uma paisagem cultural, mas nem toda a paisagem cultural é um jardim histórico.

Para Torelly (2008) essa interação natureza e homem demonstra “(...) o caráter evolucionista da presença humana, seus testemunhos e a sinergia entre os ambientes naturais, construídos e os modos de produção”. Essa inserção da paisagem cultural como categoria dentro do patrimônio cultural mundial, confere ao jardim histórico uma maior relevância no contexto histórico e social, demonstrando seu valor patrimonial. Assim Magalhães (2015, p. 69-69) coloca que as paisagens

(...) podem, assim, fornecer informação acerca das relações que se estabeleceram ao longo do tempo entre as sociedades e o meio rural, podendo como tal contribuir para a compreensão da história, da ciência da antropologia da técnica, da literatura, etc. É nesta perspectiva que faz sentido designar paisagens como patrimônio cultural, na medida em que se trata de bens em constante evolução que se herdam, se utilizam e se legam às gerações vindouras” (Apud GONÇALVES, 2008, p. 34)

3.2. A “Ficha Integral de inventário e registro para Paisagens Culturais” – ICOMOS/IFLA (2006)

Antes de abordar sobre a ficha do ICOMOS/IFLA, documento destinado ao inventário das paisagens culturais, se faz necessário falar sobre Carmen Añón Feliu (fig. 34), que, segundo Berjman⁴⁵ (2014, p. 103) é considerada a “*maestra y madre*”, referente ao tema dos jardins históricos e das paisagens culturais nos organismos internacionais, como ICOMOS, ICOMOS-IFLA e UNESCO⁴⁶. Añón-Feliú esteve engajada nos assuntos relacionados à reabilitação dos jardins históricos desde a década de 1970 com René Pechère, e nas concepções da criação do ICOMOS-IFLA.

Após se formar na primeira turma de paisagismo da Escola de Castillo de Batres, Madrid, Espanha, começou a lecionar na Escola Superior de Arquitetura de Madrid, e ocupou o título de “*professor encargado de cátedra*” (idem, p. 37).

Figura 34 - Carmen Añón Feliu, em 2012.



Fonte: LABORDE, BRUQUETAS, 2012, p. 38.

A referida autora também participou de muitos projetos de restauração, dentre eles, o *Parque del Retiro* e a *Alameda de Osuna*, apontados por Añón-Feliú como os grandes destaques em sua carreira (LABORDE, BRUQUETAS, 2012, p. 41). A autora sempre esteve engajada estudando e aplicando conceitos sobre os jardins históricos, e sempre propondo que a

⁴⁵ Sonia Berjman, Membro de Honra do Comitê Científico Internacional “Paisagens Culturais” ICOMOS-IFLA, relembra que “os documentos internacionais fazem sempre expressa referência à necessidade de se contar com inventários científicos e atualizados dos sítios a preservar”. Também ressalta que uma ficha para inventário de jardins históricos com validade universal foi inicialmente discutida por Peter Goodchild (Grã Bretanha). Posteriormente, em Buenos Aires, no ano de 1997, Berjman comenta que elaboraram uma ficha específica para seu país e posteriormente, com a ampliação dos conceitos, foi elaborada a “Ficha para Paisagens Culturais”, aprovada pelo ICOMOS-IFLA em Verbania (Itália), em 2006 (BERJMAN, 2014, p. 106).

⁴⁶ Entre os anos de 1984-1988 foi presidente do ICOMOS-IFLA, depois entre os anos de 1992-1997 presidente do ICOMOS, e atualmente é presidente honorária do ICOMOS-IFLA (CURRICULUM, 2006, p. 5 e 11).

“(…) *reflexión y la serenidade deben ser la base del trabajo de rehabilitación*” (AÑÓN-FELIU, 2005, p. 7). Para Añón-Feliu (2003, p. 20)

Nous ne devons pas oublier le fait que nous sommes en train de restaurer un jardin avec des qualités exceptionnelles, une véritable oeuvre d’art. Ce jardin a eu son moment d’apogée, désiré par son créateur, et retrouver cette première intention créatrice doit être l’objectif premier du restaurateur. Être, dans la mesure du possible, fidèle à l’origine du jardin, afin de pouvoir renforcer pleinement la personnalité de celui-ci ainsi que l’esprit et le style de son créateur.

O “espírito de seu criador” ou a “ideia do paisagista” no jardim executado, juntamente com a vegetação, imprime certa complexidade, pois

En el jardín, auténtico jardín, la naturaleza, la vegetación, no ha sido más que un elemento utilizado para transmitir una idea, un sentimiento o provocar una sensación. Formaba parte de un programa, acentuada una perspectiva, enfatizaba una arquitectura, matizaba un contraste, sugería una relación. Ideas que estaban latentes en un proyecto, con unidad e intención.

Toda una cultura ambiental, sociológica o tradicional, la fuerza personal de un genio, la armonía de un espíritu equilibrado, el buen hacer de un experto profesional, la sabia tradición de un Pueblo conocedor y amante de las plantas, las mil y una funciones que a lo largo de los siglos ha desempeñado el jardín, tienen su expresión de una forma más compleja que la que a primera vista puede parecernos (AÑÓN-FELIU, 1989, p. 313).

O jardim histórico é algo único, e segundo Berjman (apud SILVA, et al. 2014, p. 2) é “(…) uma obra de arte+ciência+técnica (...) mas o natural não se esgota no verde. Inclui também relações e significados que fazem a essência do ser humano”. Devido a esta complexidade que envolve os jardins históricos Añón-Feliu propôs uma nova metodologia para inventariar esses espaços, buscando investigar as questões científicas, botânicas e históricas, e que respeitasse as questões da concepção da ideia do artista.

No ano de 1989, no simpósio do ICOMOS-IFLA, realizado em Barcelona, Añón-Feliu apresentou o texto ‘*El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación*’. O documento é um “guia” para inventariar os jardins históricos (ANEXO VIII), que posteriormente será utilizado para compor a “Ficha integral de registro e inventário de paisagens culturais”, publicada no ano de 2006, pelo ICOMOS-IFLA.

Logo no início de seu texto, amplia à definição de jardim histórico presente na Carta de Florença (1981):

(…) un jardín es una creación espacial en la que elementos arquitectónicos y elementos vegetales forman una unidad inseparable, constituyendo un importante documento histórico, una forma de gran valor estético, una expresión de características indudablemente espirituales.

Se incluirán dentro de la jardinería histórica siempre que reúnan valores históricos, artísticos o tradicionales, parques, jardines, botánicos, claustros, cementerios, entornos de monumentos aislados, todos los espacios verdes inclinados dentro de las ciudades declaradas monumentos históricos, huertos significativos de una determinada forma de vida, etc. (AÑÓN-FELIU, 1989, p. 312).

Destaca também sua função:

“La función de un jardín histórico debe ser la de testimoniar el paso de la historia, en una continuidad viva e ininterrumpida, así como la de mostrar su belleza intrínseca, para disfrute espiritual; en estos dos cometidos estriba la verdadera e importante función social del jardín histórico” (AÑÓN-FELIU, 1989, p. 312).

Para Añón-Feliu (1989, p. 313) o jardim histórico precisa ser enquadrado em duas características: em primeiro, “*Reconocer en un jardín artístico su valor como monumento cultural(...)*”. A segunda característica seria, “*(...) identificado con la verdadera ‘obra de arte’ en esse aliento inexplicable (...)*” (Idem), ou seja, uma obra de arte autêntica e original.

Ainda segundo Añón (1989, p. 312) o material de estudo, o jardim histórico, é algo vulnerável e mutável, com sua história particular, desde seu nascimento, evolução, mutações e degradações, tornando-o um conjunto singular. A compreensão dessa evolução é feita através de um inventário, analisando a relação desenho/vegetação e os elementos arquitetônicos, para que estes dados forneçam soluções mais adequadas para o restauro, reconstituição, conservação e preservação (AÑÓN, 1989, p. 312). Ou seja, o inventário vem para auxiliar na identificação dos jardins históricos. Segundo Berjman (2014, p. 106),

“... constituya per se un paso en la reafirmación de nuestra memoria social, no constituye un fin en sí mismo sino que debe ser concebido como una herramienta de intervención en la realidad, como un instrumento de políticas de protección, preservación, revitalización, revaloración, de los bienes comunes a una sociedad para la que se constituyen en hitos fundamentales en la construcción de su identidad.”⁴⁷

Para o desenvolvimento deste estudo Añón-Feliú, propôs 4 fases: 1- Análises da documentação, 2- Critérios, 3- Projeto e 4- Ações complementares. Na primeira fase - Análise da documentação, procura estabelecer uma relação entre o presente e o passado do bem, compreendendo como esse se encontra na atualidade e as possibilidades de resgatar o espírito do lugar, com base nas pesquisas e levantamentos histórico e físico.

Em relação aos Critérios, que compõe a segunda fase, estes visam dar orientação e suporte aos trabalhos de restauração, subsidiando o projeto, que compõe a terceira fase. As ações complementares, presente na quarta fase, visam dar segurança ao bem, estabelecendo as

⁴⁷ “(...) constitui por si só um passo na nossa memória social o reafirmando, não como um fim em si mesmo, mas deve ser concebido como um instrumento de intervenção na realidade, como um instrumento de política de proteção, preservação, revalorização dos bens, reavaliação, comuns a uma sociedade para que se constituam em marcos fundamentais na construção de sua identidade.”

políticas corretas para a preservação e proteção, para que a imagem final desse jardim condiga com a do projeto original.

No mesmo documento Añón-Feliú (1989, p.315-324) detalha essas 4 fases:

“1. Análisis histórico (1.1. Descripción del jardín, 1.2. Antecedentes históricos, 1.3. Material gráfico histórico, 1.4. Archivos, 1.5. Planos de restauración de las épocas más representativas del jardín),

2. Estado actual (2.1. Plano de situación, 2.2. Plano de zonificación, 2.3. Planos topográficos del estado actual, 2.3.1. Plano topográfico general, 2.3.2. Plano topográfico de zonas específicas, 2.4. Planos de arq. Mayor y menor, 2.5. Estudio botánico, 2.6. Estudio fitopatológico, 2.7. Estudio edafológico, 2.8. Estudio de la fauna, 2.9. Estudio de las comunicaciones, 2.10. Infraestructura, 2.11. Documentación gráfica, 2.12. Estudio de las instalaciones, dependencias y obligaciones, 2.13. Estudio ambiental y sociológico),

3. Estudio paisajístico (3.1. Zonificación, 3.2. Circulación, 3.3. Perspectivas y puntos de interés, 3.4. Estudio de la vegetación, 3.5. Estudio analítico histórico-artístico, 3.6. Estudio botánico-histórico, 3.7. Aspectos y situación legal del jardín, 3.8. Estudio del uso y función del jardín) e

4. Criterios de restauración (4.1. Criterios generales, 4.2. Criterios específicos, 4.3. Criterios puntuales, 4.4. Función del jardín, 4.5. Consideraciones generales)”(ANEXO XIX).

Após 8 anos desta publicação, em 1997, na cidade de Buenos Aires, Argentina, realizou-se um Seminário para a discussão sobre o tema, originando uma ficha de inventário particular para o país, baseado nas informações dispostas por Añón-Feliú. Essa ficha, segundo Berjman, com o passar do tempo e a ampliação dos conceitos inseridos, foi aprovada como “Ficha integral de inventário e registro para Paisagens Culturais”⁴⁸ (ANEXO XIX), durante reunião em 2006, em Verbania, na Itália (BERMAN, 2014, p. 105-106).

A ficha é composta por 10 itens:

“1.0. Nombre/ubicación/accesibilidad; 2.0. Cuestiones Legales; 3.0. Categoría/tipología del Paisaje Cultural; 4.0. Historia; 5.0. Descripción General; 6.0. Características; 7.0. Criterios de selección y valorización; 8.0. Adjuntos; 9.0. Información sobre el entrevistador e 10.0. Fecha de confección de la ficha” (ANEXO XXII).

O Comitê que elaborou a ficha descreve que esse inventário seria a primeira fase de uma sequência de estudos para

“- descubrir un patrimonio oculto,

⁴⁸ Em espanhol: “Ficha integral de inventario y registro para Paisajes Culturales” e em inglês: “Worldwide basic inventory/register card for Cultural Landscapes”

- promover recursos humanos
- establecer organismos competentes en la materia
- promover tareas múltiples
- establecer planes de acción, difusión, protección
- establecer programas de restauración y rehabilitación
- estudiar y reglamentar códigos urbanísticos y paisajísticos de acuerdo a la valoración dada a los distintos paisajes culturales inventariados [...]” (BERJMAN, 2014, p. 107)

Segundo Berjman (2014, p. 106), é muito difícil geral um documento geral universal, que sirva para as paisagens culturais do mundo, pois cada um possui uma singularidade. A autora coloca que

“La pretensión [de elaborar] una ficha de inventario con carácter universal para los paisajes culturales, es posiblemente una utopía. La complejidad del tema comienza con el propio término de “paisaje cultural”, (que se define) como una obra en la que se “combinan el trabajo del hombre u la naturaleza”. Ahí radica el enorme problema de nuestro trabajo porque cómo inventariar la interacción del hombre y el medio ambiente?”⁴⁹

Comparando ambos os conteúdos do texto de Añón-Feliú (1989) e da Ficha (2006), observa-se que ambos se complementam. No texto de Añón (1989), alguns itens não estão presentes na Ficha (2006): “*Material gráfico histórico*”, que se refere a pinturas, quadros ou artes que possam trazer a história do jardim; “*Planos de restauración de las épocas más representativas del jardín*”, ou seja, qual projeto possui maior representatividade histórica e estética; “*Estudio fitopatológico*”, análise sobre o estado de conservação das espécies vegetais presente no projeto; “*Estudio botánico-histórico*”, análise de todos os aspectos que envolvem a vegetação, desde as espécies do banco de sementes.

Já em relação à Ficha (2006), há alguns acréscimos, como alguns dados sobre o bem de valor histórico e o proprietário. Mas o que merece destaque se encontra no item 3, 6 e 7 (ANEXO XX). No item 3, a ficha traz uma categorização para a paisagem cultural, enquadrando o bem em: “*Un Paisaje diseñado y creado intencionalmente por el hombre*”, onde estão inseridos o “jardín”, o “parque” ou os “*Jardines relacionados a construcciones monumentales y/o conjuntos*”; “*Paisajes orgánicos evolutivos*”, definidos como “*Paisajes relicto*” e “*Paisajes evolutivos*”; e “*Paisaje cultural asociado*”. Os itens autenticidade,

⁴⁹“A pretensão de elaborar uma ficha de inventário com carácter universal para as paisagens culturais é possivelmente uma utopia. A complexidade do tema começa com o próprio termo “paisagem cultural”, que se define como uma obra na qual se “combinam o trabalho do homem e a natureza”. Aí está o enorme problema do nosso trabalho, porque como inventariar a interação do homem e o meio ambiente? (...)”

universalidade e critérios de seleção e valorização, estão presentes nos itens 6 e 7, de fundamental importância para definir os parâmetros de um espaço livre como jardim histórico.

O inventariamento de um jardim histórico é complexo, e a inserção de conteúdos irá ocorrer caso a caso. A primeira proposta realizada por Carmem Añón Feliu, em 1989, criou uma nova maneira de levantar e analisar esses espaços. A ficha organizada pelo ICOMOS/IFLA, em 2006, trouxe uma sistematização para o levantamento. Mas em ambas as fichas, tanto na proposta por Añón-Feliú (1989) como na do ICOMOS/IFLA (2006), ficou clara a necessidade de um inventário minucioso, com a necessidade de se analisar as diversas “camadas” históricas e sociais para não descaracterizar o bem, ou dar maior valor a uma determinada época, por interpretações erradas, ou por falta delas.

3.3. A “Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” (2009)

A “Chancela da Paisagem Cultural Brasileira”, publicada em 2009, é uma espécie de “selo de qualidade”, que reconhece o “(...) valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente” (DEPAM/IPHAN, 2009, p.18). O IPHAN é o órgão fiscalizador, que regulamenta tal Chancela, como instrumento de preservação do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro pela Portaria nº 127, 30 de abril de 2009.

A UNESCO é a responsável por avaliar e inserir tais bens selecionados para compor a listagem da Paisagem Cultural de importância mundial. A publicação deste documento, apesar de não ser destinado especificamente para o jardim histórico, contempla também esses espaços, auxiliando a evidenciar mais sua importância no contexto histórico e sociocultural.

Outra informação contida na Chancela consiste na reafirmação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre o patrimônio cultural brasileiro, onde estes bens

(...) de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2009, p. 17).

No ano de 2012, a UNESCO reconheceu uma parte da área urbana do Rio de Janeiro como a primeira a receber a “Chancela da Paisagem Cultural Brasileira”. Inserem-se nessa designação o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim

Botânico, a praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara, o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo (PAISAGEM CULTURAL, on-line).

4. Conclusões da Parte 1: sobre a definição de jardim histórico nas cartas patrimoniais e seus parâmetros

As questões específicas sobre o jardim histórico, em âmbito internacional, somente foram abordadas na “Carta de Florença” de 1981. Anterior a esta carta patrimonial, o jardim era visto de maneira secundária ou complementar. Na “Carta de Atenas” (1931), a primeira carta patrimonial, o jardim era visto como um ornamento. Já na “Carta de Veneza” (1964) o jardim passa a ser visto como um elemento constituinte do monumento, considerado como parte do todo, não podendo ser desvinculado do mesmo. Essa pequena, mas significativa mudança, já começa a expressar como os jardins vão ganhando evidência, juntamente com a evolução das discussões nos órgãos destinados à preservação do patrimônio.

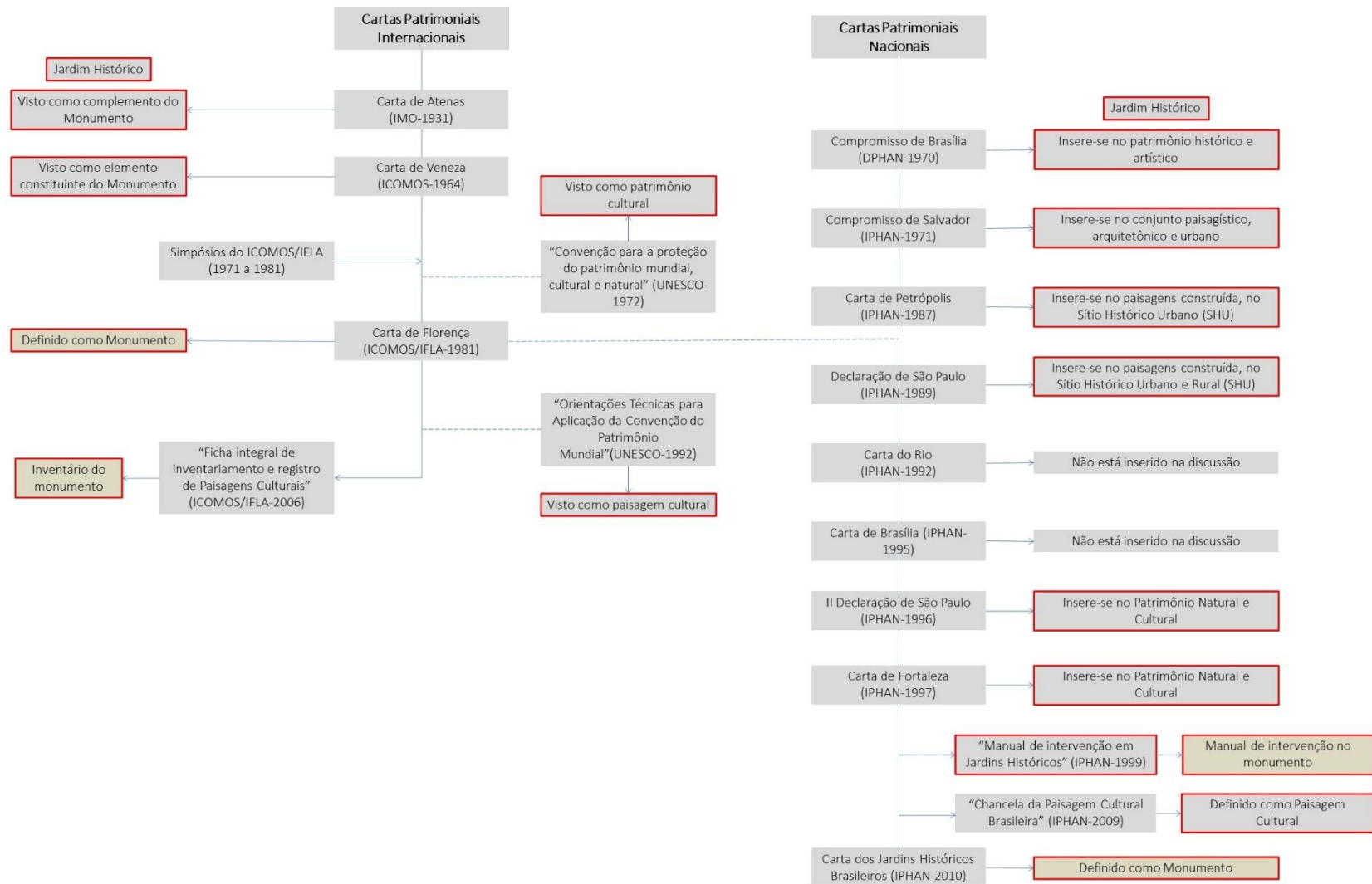
Com a criação do ICOMOS/IFLA (1970), as discussões sobre o jardim histórico se sobressaem e, em 1971, o arquiteto paisagista René Pechère expõe a primeira definição de jardim histórico, considerando-o como “(...) um conjunto de regras de composição que formam a gramática da profissão” e, portanto, são “(...) considerados monumentos vivos” (PECHÈRE, 1971, p. 29). Na sequência, a “Carta de Florença” (1981) reafirma a definição dada por Pechère (1971), considerando-o como um monumento, e complementando a definição que tais espaços são “(...) uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, precíval e renovável” (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 01).

As discussões em âmbito nacional se desenvolveram no mesmo sentido, e somente no ano de 1999 tem-se o primeiro documento destinado aos jardins históricos, o “Manual de intervenção em jardins históricos”, que tem como objetivo fornecer parâmetros para a intervenção desses espaços já tombados. É importante destacar que um pouco antes da publicação do Manual do IPHAN, em 1992, o jardim histórico, além de ser considerado monumento histórico na esfera internacional, estes passam a integrar a categoria de paisagem cultural, sendo considerados patrimônio cultural pela UNESCO.

No ano seguinte, em 2010, a publicação da “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros”, que veio traduzir a Carta de Florença para a realidade brasileira, se utiliza da mesma definição dada na carta patrimonial internacional. Tal definição é complementada no caso brasileiro citando que esses espaços podem ser locais de encontro ou convívio, com importância simbólica e afetiva (BRASIL, 2010, p. 01-02). A ampliação de diferentes tipologias, também foi abordada na carta brasileira, englobando os sítios e paisagens agenciados pelo homem, de jardins a vias arborizadas.

O percurso histórico contido na parte 1 da dissertação possibilitou a elaboração um esquema comparativo (fig. 35), onde se evidenciou a evolução das definições do jardim histórico nas cartas patrimoniais e documentos internacional e nacional, e também algumas diferenças. A primeira seria em relação ao momento em que o jardim histórico é considerado monumento histórico. No caso internacional, primeiro o jardim histórico é considerado monumento na Carta de Florença (1981), e logo após é desenvolvida uma ficha para seu inventariamento, onde o bem já é entendido como paisagem cultural, a “Ficha integral de inventário e registro para Paisagens Culturais” (2006), seguindo uma linearidade nas discussões. Já no caso nacional, primeiro é constituído um documento, o Manual (1999), para realizar intervenções nos jardins históricos já tombados, e só posteriormente é publicada a carta nacional (2010), definindo esses espaços como monumento.

Figura 35 - Esquema ilustrativo das cartas patrimoniais internacionais e nacionais sob a perspectiva do jardim histórico.



Fonte: Elaboração própria.

Outra diferença seria em relação à definição desses espaços como paisagem cultural. O jardim histórico é considerado paisagem cultural (1992) em âmbito internacional, logo após a publicação da Carta de Florença (1981), ou seja, primeiro considerado como monumento, e depois paisagem cultural, uma das categorias do patrimônio cultural. Em relação ao Brasil, primeiro esses espaços são incluídos como paisagens culturais, através da “Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” (2009), e depois são considerados como monumentos através da “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros” (2010), observando uma inversão nas designações.

Assim, com base nas documentações analisadas, pode se concluir que todo o jardim histórico é um monumento pelas cartas patrimoniais e uma paisagem cultural, de acordo com Ficha do ICOMOS/IFLA e pela Convenção de 1992 da UNESCO. Mas nem toda a paisagem cultural é um jardim histórico. Isso porque um jardim histórico precisa possuir as definições e parâmetros contidos nas cartas patrimoniais, definindo-o como monumento, e possivelmente uma paisagem cultural. Uma paisagem cultural pode envolver sistemas naturais mais amplos, como por exemplo, a área litorânea do Rio de Janeiro, que abrange desde o Pão de Açúcar até o Parque do Flamengo, mas não significa que toda essa área seja jardim histórico. O termo paisagem cultural, como se vê, é amplo, fugindo do escopo deste estudo, que procurar averiguar a definição e os parâmetros que constituem um jardim histórico. Mas afinal, o que caracterizaria um jardim como histórico?

Com base nas definições e parâmetros analisados nas cartas patrimoniais internacional e nacional, acredita-se que podem ser elencados 3 parâmetros fundamentais para a definição de um jardim histórico.

Para Delphim (2002 apud DE ANGELIS, et al., 2004, p. 37) a autenticidade e integridade são fundamentais para definir um jardim histórico.

Diz-se que um bem é íntegro se há uma relação equilibrada e harmoniosa entre os diferentes elementos de um sistema. Quanto à autenticidade, tem a ver com o grau de originalidade dos elementos. Sobretudo em um jardim, em que sucessivas alterações vão se processando ao longo de sua história, é necessário, primeiro verificar quão íntegro ele se encontra e, em seguida, quão autêntico. Estas condições são importantes para justificar medidas para preservação de todo bem cultural, inclusive os jardins históricos, e constituem a premissa de qualquer trabalho, inclusive de tombamento e de outras formas de acautelamento legal (DELPHIM, 2002 apud DE ANGELIS, et al., 2004, p. 37)

Salientando que a autenticidade é por demais complexa quando se trata do repertório vegetal, devido ao seu ciclo de vida. Pode-se identificar a espécie utilizada na época, mas será inserido um mesmo exemplar, gerando questionamentos em relação a sua autenticidade. Em relação a integridade, esta é discutida apenas no Manual e na carta

patrimonial nacional, se referindo “(...) ao quanto do bem é completo e ao quanto preserva do equilíbrio entre os diversos elementos componentes” (IPHAN, 2010, p. 4).

Em relação aos valores atribuídos aos jardins históricos, estes estarão presentes somente no Manual e na carta patrimoniais nacional, envolvendo tanto seu significado imaterial quanto material. Mas como discorrer sobre os valores presentes nesses espaços se tornam por vezes “subjetivo”, o mais adequado seria identifica-los através de seus atributos, pois segundo Carsalade (2005, p. 6) falar do valor de uma maneira concreta é “(...) uma coisa à qual se incorporariam, em amálgama, atributos associados a esses valores”.

Segundo Sá Carneiro e Silva (2012, p. 151) é possível dividir os atributos em 3 categorias, a física, biológica e antrópica:

- a) Física: nesta categoria encontra-se as características do solo e relevo, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- b) Biológica: esta categoria é composta pela cobertura vegetal e fauna características do objeto em questão; inclui o homem, como parte da natureza;
- c) Antrópica: compreende os elementos resultantes da ação humana, portanto, relacionados aos aspectos econômicos, sociais, culturais, históricos e políticos, como o traçado, as fachadas, as vias, as edificações, os jardins, os espaços livres, o casario, as árvores e o mobiliário urbano – bancos, postes, abrigos, placas, etc.

No trabalho desenvolvido pelo Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sobre os jardins de Roberto Burle Marx e sob a coordenação da Prof^a Dr^a Ana Rita de Sá Carneiro, com já citado anteriormente; estes foram cadastrados com base em seus atributos, sendo divididos em Histórico-culturais, Compositivos e Botânicos (RECIFE, 2016, p. 4):

- a) Atributos Histórico-culturais (histórico do espaço público e apropriação cultural)
- b) Atributos Botânicos (massa vegetal)
- c) Atributos Compositivos (topografia, traçado equipamentos, mobiliário, materiais e inserção urbana)

Pode-se dizer que atributos histórico-culturais estão relacionados com a categoria antrópica; os atributos botânicos com a categoria biológica, e o compositivo com a categoria física.

Portanto, conclui-se que a autenticidade, a integridade e os atributos histórico-culturais, compositivos e botânicos, são os parâmetros que definem um jardim histórico. Na sequência desta pesquisa, parte 2, se utilizará como estudo de caso, as praças e jardins do Oeste

Paulista, levantamento feito pelo Projeto Temático FAPESP, para aferir quais possuem indicativos de jardim histórico.

Parte 2 – Estudo de caso: jardins do oeste paulista

5. A pesquisa “Praças e Jardins do Oeste Paulista. A configuração e reconfiguração do espaço público com a introdução da ferrovia”

O Projeto Temático FAPESP “*Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. Estado de São Paulo, séculos XIX e XX*”, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani, do Departamento de História da Unicamp, foi desenvolvido entre os anos 2006 a 2011 e envolveu quatro instituições de ensino: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Bauru), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) e *Università Iuav di Venezia* (IUAV-Veneza). À equipe da UNESP-Bauru, coordenada pelo Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior, coube desenvolver o subtema 3, “*Saberes técnicos e teóricos na configuração e reconfiguração das cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no Oeste do Estado de São Paulo*”.

No caso específico do grupo da Unesp de Bauru,

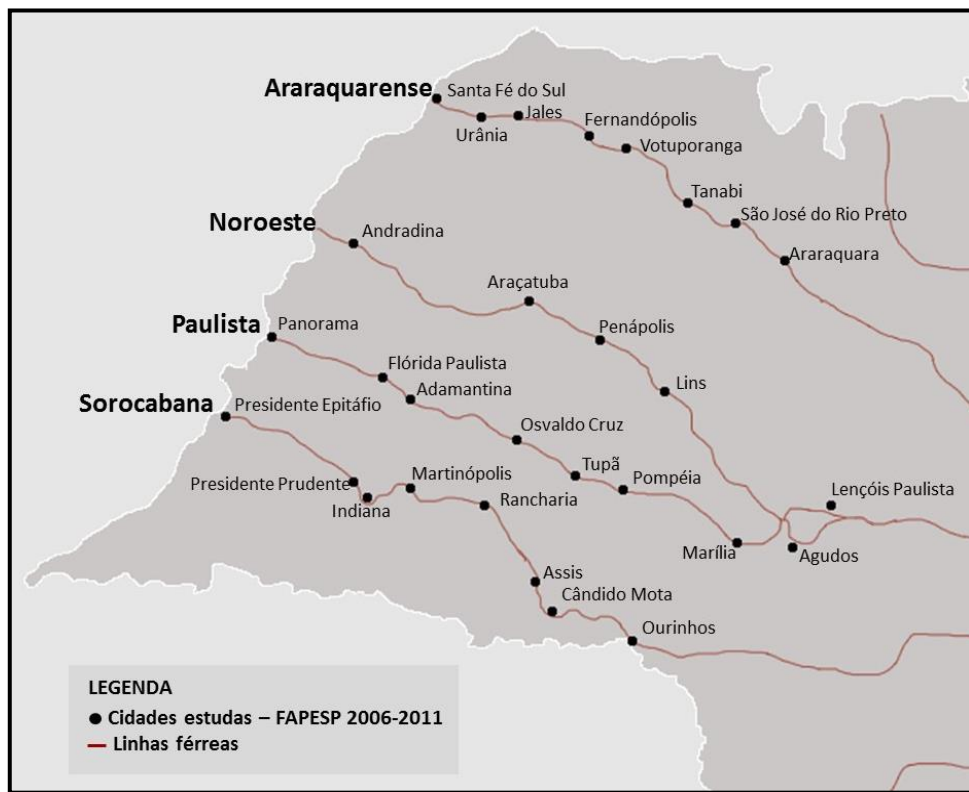
(...) a pesquisa foi desenvolvida seguindo dois movimentos paralelos que, superpostos, alimentaram pesquisas específicas. Na primeira etapa foram levantados os processos de configuração e reconfiguração das cidades localizadas nas chamadas “zonas pioneiras” (MOMBEIG, 1984), abertas com a implantação das quatro linhas ferroviárias que correm paralelas no oeste do estado de São Paulo (Araraquarense, Paulista, Noroeste e Sorocabana). Paralelamente a este levantamento, foram selecionados personagens, manuais, guias de viagem, para alimentar as pesquisas específicas a partir do material levantado como, por exemplo, a pesquisa “Permanências da estrutura agrária na formação do tecido urbano das cidades do Oeste Paulista”, desenvolvida pela Profª Drª Norma Regina Truppel Constantino, e “Saberes técnicos e teóricos sobre a cidade, entre Europa e as Américas: profissionais, ideias e técnicas na consolidação de uma cultura urbana no Estado de São Paulo”, desenvolvidos pelos Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior e a Profª Drª Marta Enokibara, inseridas no sub-tema 3 (Projeto Temático, subtema 3).

As cidades foram selecionadas (fig. 36) por dois processos: “primeiro pela importância que assumiram como nós de articulação do tronco principal com os ramais ferroviários ou como expressivas na articulação urbano-regional, baseadas no estudo pioneiro realizado pelo geógrafo francês Pierre Mombeig (1952-1984)” (Projeto Temático, subtema 3)⁵⁰. O arco temporal da pesquisa compreendeu o final do século XIX até a década de 1950, “quando foi clara a opção pelo rodoviarismo”, sendo as cidades organizadas por época de fundação e

⁵⁰ A pesquisadora Dra. Heliana Angotti foi quem primeiramente retomou a pesquisa de Monbeig, organizando seu arquivo no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Esta pesquisa foi publicada no livro: ANGOTTI, Heliana Salgueiro (org). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

por diferentes décadas. A título de exemplo: para cada ramal seria escolhida uma cidade fundada na década de 1900; na sequência, cada ramal com uma cidade fundada na década de 1920 e assim sucessivamente. A última cidade do extremo oeste de cada linha localizada na divisa do estado de São Paulo com o Mato Grosso sempre foi selecionada (Idem). Neste contexto foram selecionadas 29 cidades para estudo: Araraquara, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga, Fernandópolis, Jales, Urânia e Santa Fé do Sul (linha Araraquarense); Lins, Penápolis, Araçatuba e Andradina (linha Noroeste); Lençóis Paulista, Agudos, Marília, Penápolis, Tupã, Osvaldo Cruz, Adamantina, Flórida Paulista e Panorama (linha Paulista); e Ourinhos, Cândido Mota, Assis, Rancharia, Martinópolis, Indiana, Presidente Prudente e Presidente Epitácio (linha Sorocabana).

Figura 36 - Cidades estudadas entre os anos de 2006 a 2011



Fonte: Elaborada pela autora.

Os quatro professores envolvidos na pesquisa tiveram o apoio de vários bolsistas de iniciação científica que estudaram, conjuntamente, as mesmas cidades com diferentes temáticas. Ao Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior coube o tema “*Formação e Transformação das Cidades do Oeste Paulista: O avanço da Frente Pioneira*”; a Prof^a. Dr^a. Marta Enokibara ficou responsável por “*Praças e Jardins do Oeste Paulista. A configuração e*

reconfiguração do espaço público com a introdução da ferrovia”; a Prof^a. Dr^a. Norma Regina Truppel Constantino por “*Conformação da estrutura agrária na formação do tecido urbano das cidades do Oeste Paulista*”; e o Prof. Dr. Célio Losnak ficou responsável pelo o tema “*Saberes e representações sociais da cidade no oeste paulista: publicação e circulação de materiais impressos a beira da ferrovia*” (Projeto Temático, subtema 3).

A pesquisa dá continuidade ao estudo pioneiro na década de 1940 do geógrafo francês Pierre Monbeig à porção oeste do estado de São Paulo, que foi caracterizada por um processo singular de ocupação. O termo “zona pioneira”, que caracteriza o título da pesquisa da Equipe Unesp-Bauru, foi utilizado por Pierre Monbeig para caracterizar as zonas que foram sendo pioneiramente abertas pelas ferrovias.

Dispostas paralelamente umas às outras, as ferrovias, e conseqüentemente os núcleos de povoamento e áreas plantadas, foram se assentando nos espigões das bacias fluviais. A Araraquarense dispôs-se no espigão entre os rios Grande e São José dos Dourados; a Noroeste, no espigão entre os rios Tietê e Aguapeí; a Paulista, no espigão entre os rios Aguapeí e do Peixe e a Sorocabana, no espigão entre os rios do Peixe e Paranapanema (LANGENBUCH, 2011 apud ENOKIBARA, 2016).

O traçado adotado para o desenho da maioria das cidades também foi singular: a quadrícula regular. Dispostas ao longo dos ramais ferroviários, as cidades, e conseqüentemente as praças e jardins, formam um conjunto que, no todo, caracterizam o processo de ocupação nesta porção do estado de São Paulo, propiciado principalmente pelo plantio do café e a ferrovia.

Nesta segunda parte da dissertação serão analisadas particularmente as praças e jardins da pesquisa supracitada. O objetivo é aferir, à luz da discussão abordada na parte 1, se estas praças e jardins possuem os atributos que as caracterizariam como jardim histórico. Não adentraremos na discussão sobre as diferenciações entre praças e jardins, que foge ao escopo desta pesquisa⁵¹, mas a denominação está sendo utilizada em função da nomenclatura encontrada no Oeste Paulista. Devido as constantes transformações ocorridas nestes espaços, não se pode utilizar as definições de praça e jardim, dadas por exemplo, por MARX (1980, p. 43-71) onde este definiu que, as praças eram lugares de encontro, geralmente posicionado a frente da Matriz, sem vegetação, e o jardim, formado por áreas ajardinadas destinadas ao deleite e contemplação.

⁵¹ Sabe-se que um estudo mais detalhado sobre as denominações de praças e jardins foi desenvolvido por Aline de Figueirôa Silva, inicialmente abordada em sua dissertação: SILVA, Aline F. Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil. Companhia Editora de Pernambuco: Recife, 2010, e posteriormente detalhada em tese: SILVA, Aline F. Entre a implantação e a aclimação: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. 2016. 410 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

5.1. O levantamento das praças e jardins ao longo das quatro linhas ferroviárias

5.1.1. Metodologia da Pesquisa

A Profa. Marta, responsável pela pesquisa sobre as praças e jardins, visando criar um universo comparativo, selecionou para levantamento e análise apenas as praças e jardins inseridos no patrimônio original⁵² ou no traçado urbano inicial. Nesta área existiam praças que foram originalmente definidas no projeto inicial do traçado urbano e outras que foram posteriormente inseridas (ENOKIBARA, 2016, p.4). Ambas foram analisadas e identificadas suas origens (definidas ou pertencentes). Foram poucos os desenhos originais destas praças e jardins encontrados. Assim foi feito um trabalho de reconstrução dos desenhos a partir de mapas, fotos e visita *in loco*. Os dados foram coletados junto a museus, prefeituras, bibliotecas, cartórios e memorialistas dessas cidades. Esta pesquisa envolveu 7 bolsistas⁵³ Os dados levantados em cada praça e jardim foram sintetizados em “fichas de catalogação”(fig. 37), contemplando os seguintes itens: o desenho da praça; sua localização na planta da cidade; origem (definida ou pertencente ao patrimônio original ou traçado urbano inicial); data de inauguração; autoria do projeto; metragem quadrada; dimensões da quadrícula; localização; vegetação existente; programa e equipamentos; edifícios do entorno; outras observações; autoria da elaboração da ficha e fotos da praça e seus equipamentos (Idem).

⁵² O termo patrimônio, mais especificamente patrimônio religioso, “era uma porção de terra rural, não cultivada, doada por uma ou mais pessoas à Igreja Católica por devoção a um santo ou por uma graça alcançada, para a constituição de um povoado. (...) Essa tradição ficou por tanto tempo arraigada, que mesmo com a Lei de Terras (1850) e o advento da República (1889), as doações de patrimônios à Igreja continuaram” (ENOKIBARA, 2016, p.3). Também em função desta tradição, como aponta Ghirardello (2010, p.85), o termo “patrimônio” continuou sendo utilizado mesmo não sendo terra doada à Igreja Católica.

⁵³ Projetos de Iniciação Científica orientados pela Profa. Dra. Marta Enokibara relacionados ao levantamento das praças e jardins do oeste paulista, inseridos no Projeto Temático supracitado: **Processo FAPESP nº 2008/53279-4** – Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – ramal da Alta Paulista. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Juliana Diehl, 2008-2009; **Processo FAPESP nº 2008/53278-8** – Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – ramal da Alta Araraquarense. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: João Felipe Almeida Lança; **Processo FAPESP nº 2008/53276-5** - Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – ramal da Alta Sorocabana. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Rafael Tadeu Simabuko, 2008-2009; **Processo FAPESP nº 2006/58398-6** - Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – ramal da Alta Paulista Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Giovanna Carraro Maia Machado, 2006-2007; **Processo FAPESP nº 2006/58399-2** - Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – ramal da Alta Araraquarense. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Aline Silva Santos, 2006-2007; **Processo FAPESP nº 2006/58400-0** - Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – linha Noroeste. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Ana Beatriz Gasparotto, 2006-2007; **Processo FAPESP nº 2006/58399-2** - Projeto: Praças e Jardins do Oeste Paulista: a conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia – ramal da Alta Sorocabana. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Rafael Tadeu Simabuko, 2006-2007.

Figura 37 - Ficha Catalográfica – Linha Alta Paulista, cidade de Osvaldo Cruz.



Fonte: SANTOS, 2009.

5.1.2. Relação de praças e jardins por linha

Nas 29 cidades estudadas foram identificadas 64 praças e jardins. Infelizmente, dentre os levantamentos, 3 praças não foi possível encontrar material suficiente para reconstruir seus desenhos: na linha Araraquarense, em Santa Fé do Sul, a Praça Salles Filho; na linha Paulista, em Flórida Paulista, a Praça Presidente Kennedy e, em Osvaldo Cruz, a Praça Osvaldo Martins e Dr. Jayme de Ulhoa Cintra. Portanto, no total, foram levantadas 61 praças e jardins (tab. 9).

Tabela 9 - Relação das linhas férreas, cidades e quantidade de praças estudadas







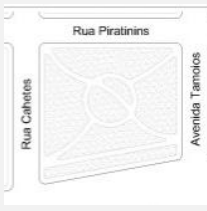

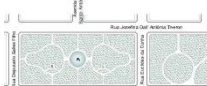

Ramal ferroviário	Cidades	Quantidade de Praças e Jardins inseridos no Patrimônio original
Linha Alta Sorocabana	8	17
Linha Alta Araraquarense	8	17
Linha Noroeste	4	5
Linha Alta Paulista	9	22

Total	29	61
-------	----	----

Fonte: elaboração própria

Nas tabelas abaixo (tab. 10, 11, 12 e 13) estão dispostas as 61 praças e jardins, separadas por linhas, contendo em cada tabela: o nome da cidade; a denominação das praças e jardins e ano de formulação; o desenho de reconstrução do projeto; a autoria e a imagem aérea com o estado atual em relação ao traçado “original”.

Tabela 10 - Praças e Jardins – Linha da Alta Paulista.

Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Marília	Praça Maria Izabel / Dec. 1930		Germano Zímber	Descaracterizado
	Praça Santo Antônio / Dec. 1950		Eng. Miguel Argollo Ferrão	
Tupã	Praça da Bandeira / Dec. 1940		Luiz de Souza Leão	Descaracterizado
	Praça Dom Bosco / Dec. 1950		Ladeira Netto	
	Praça Rui Barbosa / 1949		Não encontrado	
Adamantina	Praça da Estação / Dec. 1950		Não encontrado	


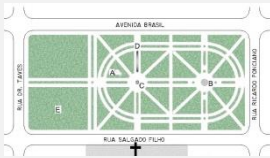







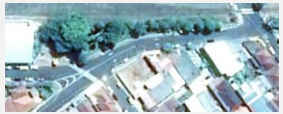
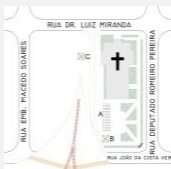
Praça Marry Júnior / 1955



Eng. Lucídio Jordão de Oliveira






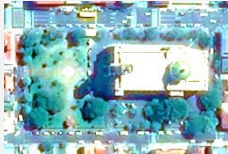
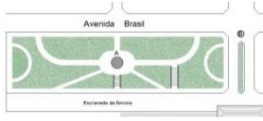
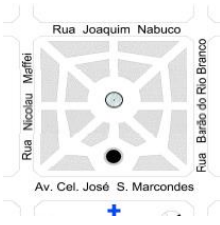




Descaracterizado

Panorama	Praça Jerônimo Matias / 1958		Não encontrado	
	Praça da Matriz / Sem data		Não encontrado	
	Praça da Estação da Rodoviária / Sem data		Não encontrado	
	Praça do Povo / Dec. 1990		Não encontrado	
	Praça Coronel Delfino Machado / Década 1940		Não encontrado	
Agudos	Praça Santo Antônio / 1905		Não encontrado	

	<p>Praça Tiradentes / Década 1930</p>		<p>Não encontrado</p>	<p>Descaracterizado</p>
Oswaldo Cruz	<p>Praça Lucas Nogueira Garcez / 1953</p>		<p>Engenheiro Orlando Bergamaschi</p>	
	<p>Praça Dr. Mario Ribeiro da Silva / 1941</p>		<p>Não encontrado</p>	
Piratininga	<p>Praça Coronel Cardoso Franco / 1918</p>		<p>Não encontrado</p>	
	<p>Praça Virgem Imaculada / 1895</p>		<p>Não encontrado</p>	<p>Descaracterizado</p>
	<p>Praça das Cerejeiras / 1958</p>		<p>Não encontrado</p>	
Pompéia	<p>Praça Rui Barbosa / 1930</p>		<p>Não encontrado</p>	<p>Descaracterizado</p>

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de MAIA (2007) e DIEHL (2009). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

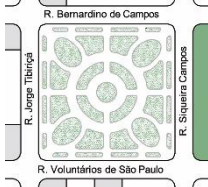

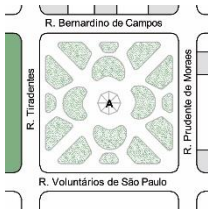

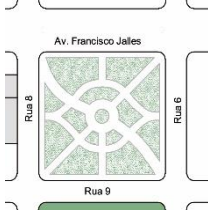
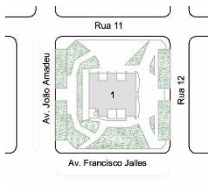

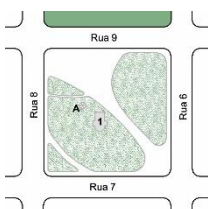
Tabela 11 - Praças e Jardins - Linha da Alta Sorocabana.

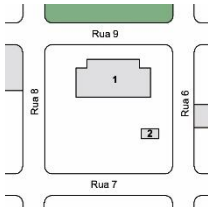
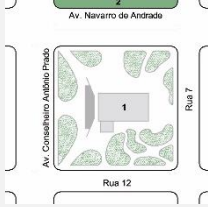



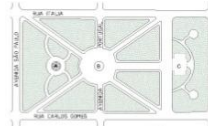




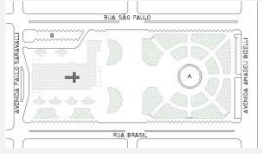

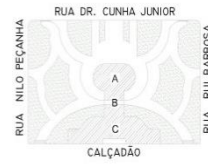

Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Ourinhos	Praça Mello Peixoto / Dec. 1920		Não encontrada	Descaracterizado
	Praça Prefeito Camargo / Dec. 1950		Não encontrada	
Assis	Praça Arlindo Luz / Dec. 1930		Não encontrado	Descaracterizado
	Praça Dom Pedro II / 1928		Padre David Corso	
Presidente Prudente	Praça da Bandeira / 1930		Não encontrado	Descaracterizado
	Praça 9 de Julho / 1950		Não encontrado	Descaracterizado
	Praça Monsenhor Sarrion / Dec. 1940		Não encontrado	
Presidente Epitácio	Praça Antônio Marinho / 1956		Não encontrado	



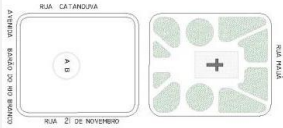

	Praça 7 de Setembro / 1973		Não encontrado	
Candido Mota	Praça Monsenhor David / Década 1940		Padre David Corso	
	Praça João XXIII / Dec. 1960		Não encontrado	Descaracterizado
Indiana	Praça da Matriz N. Senhora do Rosário / Fim Déc. 1960		Não encontrado	
	Praça 9 de Julho / Dec. 1930		Não encontrado	Descaracterizado
Rancharia	Praça Eupídio Marchiani / Dec. 1970		Não encontrado	Descaracterizado
	Jardim Getúlio Vargas / Dec. 1930		Não encontrado	Descaracterizado
Martinópolis	Praça José Antônio Cordeiro / Dec. 1950		Padre Jorge Summerer	
	Praça São Benedito / Dec. 1950		Padre Matheus Herkommer	

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de SIMABUKO (2007) e SIMABUKO (2009). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

Tabela 12 - Praças e Jardins – Linha Alta Araraquarense



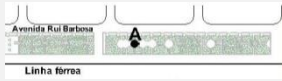

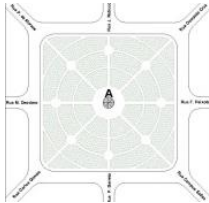


Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
São José do Rio Preto	Jardim de Cima Década 1920		Não encontrado	Descaracterizado
	Largo da Igreja / Década 1930		Não encontrado	Descaracterizado
	Jardim Velho / Década 1920		Não encontrado	Descaracterizado
Votuporanga	Praça da Matriz / 1962		Renzo Fongaro	Descaracterizado
Jales	Praça dos Bandeirantes / Dec. 1950		Não encontrado	Descaracterizado
	Praça da Catedral / Dec. 1950		Não encontrado	
	Praça Central / Dec. 1950		Não encontrado	Descaracterizado

	Grupo Escolar / Dec. 1950		Não encontrado	Descaracterizado
Santa Fé do Sul	Praça da Matriz / Dec. 1970		Não encontrado	
	Jardim da Independência / 1899		Engenheiro Belarmino Grossi	
Araraquara	Praça da República / Dec. 1950		Eng. Alexandre Ribeiro Marcondes Machado / João Dierberger	Descaracterizado
	Praça da Matriz / 1918		Engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado	
Fernandópolis	Praça de Vila Brasilândia / Dec. 1960		Não encontrado	
	Praça de Vila Pereira / Dec. 1940		Manoel Ferreira de Melo / Antônio Augusto Fernandes	
Tanabi	Praça da Matriz / 1952		Prestes Maia	

	Praça Stélio Machado Loureiro / Dec. 1950		Não encontrado	
Urania	Praça da Matriz / Dec. 1980		Não encontrado	

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de SANTOS (2007) e LANÇA (2009). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

Tabela 13 - Praças e Jardins – Linha Noroeste

Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Lins	Praça Coronel Joaquim Toledo Piza / 1910		Não encontrado	
Penápolis	Jardim Público / Década 1910		Não encontrado	Descaracterizado
	Praça dos Capuchinhos / Década 1930		Dierberger & Cia.	Descaracterizado
Araçatuba	Praça Rui Barbosa / Década 1920		Antenor Vasconcellos ou Adolpho Hecht	Descaracterizado
Andradina	Praça Antônio J. de Moura Andrade / Final 1930		Não encontrado	

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de GASPAROTO (2007). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

5.2. Parâmetros para estudo de jardins históricos no Oeste Paulista

5.2.1. *A autenticidade e a Integridade*

A autenticidade e integridade, como abordado anteriormente, são dois itens fundamentais para a identificação e avaliação do jardim histórico. Ambos conceitos aparecem no Manual (1999) e na Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010) (item 2.5.). De acordo com a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, vêm assim expressos:

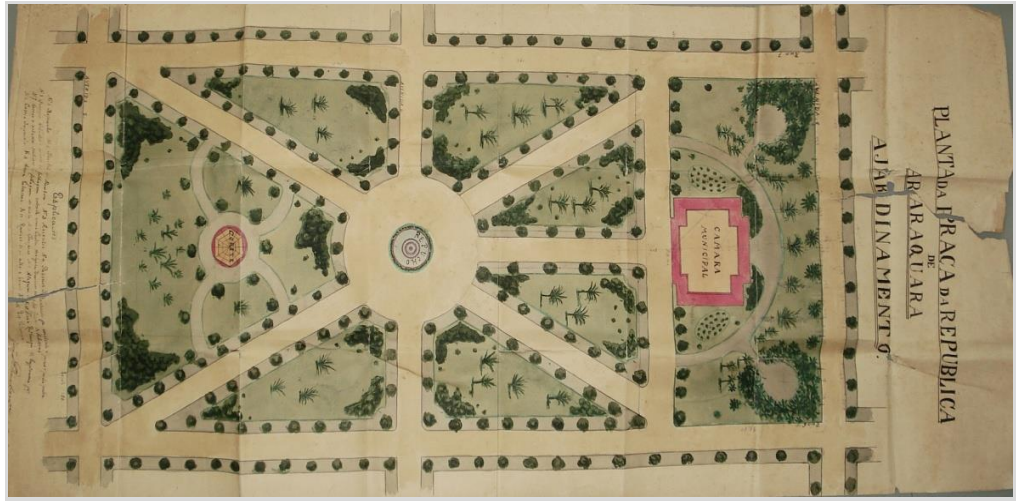
A autenticidade é um aspecto fundamental na avaliação dos jardins históricos, assim como de qualquer bem cultural. Esta se refere ao grau de originalidade dos diferentes elementos de um mesmo sistema. A autenticidade de um jardim histórico, como em qualquer outro bem cultural, **depende de quanto seus materiais são originais ou genuínos**, levando-se em conta quando e como foi construído, considerando-se o envelhecimento e mudanças que o afetaram ao longo do tempo. A maioria dos bens históricos é alterada pela ação da natureza e pelo modo como são utilizados, sendo as mudanças consideradas como parte da estratificação histórica do bem.

(...) a integridade depende do grau de equilíbrio que os elementos que o compõem mantêm entre si. O conjunto de elementos que configuram um sítio histórico forma uma unidade básica. A partir dessa compreensão, pode-se descrever cada elemento, cada parte, tendo por base a intenção original. **A integridade se refere ao quando o bem é completo e ao quanto preserva do equilíbrio entre os diversos elementos componentes**. Suas qualidades intrínsecas estão relacionadas à qualidade dos materiais, a sua construção, desenho e localização (BRASL, 2010, p. 4, grifo nosso).

A autenticidade e a integridade dos jardins compreendem, portanto, a autoria do projeto, o projeto em si, a evolução do jardim na história e o quanto está preservado. No caso das praças e jardins do Oeste Paulista, o projeto original foi encontrado em apenas dois casos: a Praça da República, na cidade de Araraquara, linha Alta Araraquarense, com projeto paisagístico de João Dierberger, do final do século XIX (fig. 38) e o Jardim da Independência, projeto do Engenheiro Belarmino Grossi. A Praça da República infelizmente foi completamente descaracterizada. Os demais desenhos, como apresentado nas tabelas anteriores, foram reconstituídos a partir de documentação iconográfica, cartográfica e bibliográfica. Mas, como salienta a coordenadora da pesquisa,

(...) no nosso entender isso não invalida a qualidade dos espaços pois a amostragem significativa das 61 praças demonstrou que existe uma tipologia, onde a grelha, elemento utilizado para a ocupação extensiva do território, é que define o espaço da praça, em formato de quadrícula” (ENOKIBARA, 2016).

Figura 38 - Projeto paisagístico de João Dierberger, para a Praça da República da cidade de Araraquara, na Linha Alta Araraquarense.



Fonte: LANÇA, 2009, p. 55.





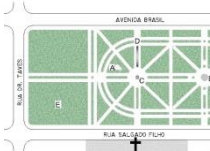

Já a autoria do desenho foi possível detectar em alguns casos: na Linha Alta Paulista - Marília (Praça Maria Izabel, Germano Zímber; Praça Santo Antônio, Engenheiro Miguela Argollo Ferrão), Tupã (Praça da Bandeira, Luiz de Souza Leão; Praça Dom Bosco, Ladeira Netto), Adamantina (Praça Marry Júnior, Engenheiro Lucídio Jordão de Oliveira) e Osvaldo Cruz (Praça Lucas Nogueira Garcez, Engenheiro orlando Bergamaschi); na Linnha Alta Sorocabana – Assis (Praça Dom Pedro II, Padre David Corso), Candido Mota (Praça Monsenhor David, Padre David Corso), Martinópolis (Praça São Benedito, Padre Matheus Herkommer; Praça José Antônio Cordeiro, Padre Jorge Summer); Linha Alta Araraquarense – Votuporanga (Praça da Matriz, Renzo Fongaro; Araraquara (Praça da Matriz, Engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado; Jardim da Independência, Engenheiro Belarmino Grossi; Praça da República, Engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado / João Dierberger); Fernandópolis (Praça de Vila Pereira, Manoel Ferreira de Melo / Antônio Augusto Fernandes); Tanabi (Praça da Matriz, Prestes Maia) e Linha Noroeste – Penápolis (Praça dos Capuchinhos, Dierberger & Cia), Araçatuba (Praça Rui Barbosa, Antenor Vasconcellos ou Adolpho Hecht).

Quanto à integridade, ou seja, o quão integro esses espaços se encontram na atualidade, utilizamos de imagens disponibilizadas no Google Maps (como aparecem nas tab. 11, 12, 13 e 14). Não se trata, naturalmente, de documento válido em sua totalidade para aferir a integridade do jardim. Mas a intenção nesta dissertação não é definir quais jardins são históricos, mas verificar se estes contêm parâmetros para serem considerados jardins históricos e, assim, chegar a um indicativo para posterior inventário. O inventário, como apontado na parte

1 desta dissertação é um instrumento fundamental de análise e referendado nas cartas, manuais e fichas patrimoniais internacionais e nacionais.


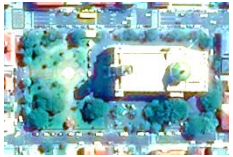


A partir destas colocações e com as informações sobre a autoria dos projetos e a “integridade” do jardim, chegou-se em um grupo de praças e jardins que possuem ambos os parâmetros (tab. 14, 15, 16 e 17).



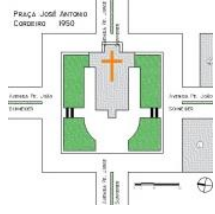

Tabela 14 - Grupo de praças e jardins da Linha Alta Paulista quanto ao quesito “autenticidade e integridade”

Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Marília	Praça Santo Antônio / Dec. 1950		Eng. Miguel Argollo Ferrão	
Tupã	Praça Dom Bosco / Dec. 1950		Ladeira Netto	
Oswaldo Cruz	Praça Lucas Nogueira Garcez / 1953		Engenheiro Orlando Bergamaschi	

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de MAIA (2007) e DIEHL (2009). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).





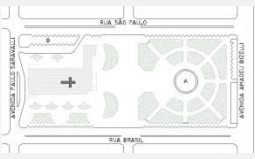

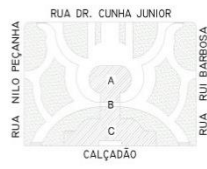

Tabela 15 - Grupo de praças e jardins da Linha Alta Sorocabana quanto ao quesito “autenticidade e integridade”

Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Assis	Praça Dom Pedro II / 1928		Padre David Corso	
Candido Mota	Praça Monsenhor David / Década 1940		Padre David Corso	

Martinópolis	Praça São Benedito / Dec. 1950		Padre Matheus Herkommer	
	Praça José Antônio Cordeiro / Dec. 1950		Padre Jorge Summerer	

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de SIMABUKO (2007) e SIMABUKO (2009). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

Tabela 16 - Grupo de praças e jardins da Linha Alta Araraquarense quanto ao quesito “autenticidade e integridade”

Cidade	Nome / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Araraquara	Jardim da Independência / 1899		Engenheiro Belarmino Grossi	
	Praça da Matriz / 1918		Engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado	
Fernandópolis	Praça de Vila Pereira / Dec. 1940		Manoel Ferreira de Melo / Antônio Augusto Fernandes	
Tanabi	Praça da Matriz / 1952		Prestes Maia	

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de SANTOS (2007) e LANÇA (2009). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

Tabela 17 - Grupo de praças e jardins da Linha Noroeste quanto ao quesito “autenticidade e integridade”

Cidade	Praças ou Jardins no Patrimônio original / Ano	Projeto Original	Autoria	Estado Atual
Andradina	Praça Antônio J. de Moura Andrade / Final 1930		Não encontrado (*)	

(*) Jardim mais preservado dentre os existentes neste ramal.

Fonte: Quadro comparativo elaborado pela autora. Realizado com base nas informações e desenhos de GASPAROTO (2007). Imagens atuais GOOGLE MAPS (2016).

Das 61 praças e jardins, somente 11 exemplares foram possíveis identificar a autoria e se encontram quase ou totalmente preservados. A exceção dentre as selecionadas foi a Praça Antônio J. de Moura Andrade, na cidade de Andradina na linha Noroeste. Apesar de não ter se encontrado a autoria do projeto, este jardim é o mais preservado dentre as demais existente neste ramal, e acredita-se que com uma pesquisa mais detalhada possa se encontrar a autoria da mesma.

5.2.2. Atributos Histórico-Culturais

O processo de ocupação do oeste paulista foi marcado pela inserção da ferrovia, e pela criação das cidades ao longo dos ramais ferroviários – Paulista, Araraquarense, Sorocabana e Noroeste, adotando o desenho da grelha para a concepção de seu traçado. Estas cidades, ou esses “núcleos urbanos” tiveram origens variadas, segundo Enokibara (2016, p. 3)






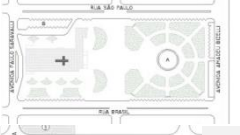




A maioria das cidades paulistas fundadas a partir da segunda metade do século XIX provinha de “patrimônios religiosos”. O patrimônio religioso era uma porção de terra rural, não cultivada, doada por uma ou mais pessoas à Igreja Católica por devoção a um santo ou por uma graça alcançada, para a constituição de um povoado. Na verdade, a terra não era doada, pois cabia à Igreja apenas zelar por esse “patrimônio”, erigindo uma capela e agenciando lotes aos futuros fiéis. Estes também não tinham direito à posse, apenas o direito de uso e gozo e desde que fosse paga uma taxa anual à Igreja. Essa tradição ficou por tanto tempo arraigada, que mesmo com a Lei de Terras (1850) e o advento da República (1889), as doações de patrimônios à Igreja continuaram. Das cidades estudadas, as que tiveram origem como patrimônios religiosos foram Araraquara, São José do Rio Preto e Tanabi, servidas pela linha Araraquarense; Agudos, Piratininga e Marília servidas pela linha Paulista; Penápolis servida pela Noroeste e Assis pela linha Sorocabana.

Mas apesar desta distinção de origem fundiária, quase todas as cidades – salvo algumas exceções, como Panorama (linha Alta Paulista) e Rancharia (linha Alta Sorocabana), que possuíam traçados urbanos irregulares – eram concebidas na forma de grelha. Este traçado deu origem à maioria das praças e jardins do oeste paulista: uma quadrícula regular possuindo geralmente ligação direta com a Igreja e seu entorno, com presença dos principais edifícios da cidade, como as Câmaras e Prefeituras Municipais, e as residências dos grandes produtores de café.

5.2.3. Atributos Compositivos

O traçado em grelha regular definiu o formato da maioria das praças e jardins. O elemento arquitetônico presente na maioria das praças e jardins foi o coreto. Inicialmente em ferro fundido e posteriormente em alvenaria e concreto. Demais elementos como as fontes, luminárias, bancos, também faziam parte da composição do jardim. Assim, após a reconstrução 61 praças e jardins presentes nas 29 cidades levantadas, se identificou 10 tipologias (tab. 18), sendo que a maioria destas, são formadas pela quadrícula regular, 35 praças, variando de 80x80 a 107x107 m.

Tabela 18 - Tipologia das praças levantadas

Tipo	Descrição (quantidade)	Medidas (m)	Exemplo
	Uma quadrícula (35)	80x80, 83x82, 84x84, 85x85, 88x88, 80x90, 80x105, 92x92, 98x98, 100x100, 107x107	 Praça dos Capuchinhos Cidade: Penápolis Dimensão: 88x88m
	Duas quadrículas (2)	2(100x105), 2(78x93)	 Praça Maria Izabel Cidade: Marília Dimensão: 2 (100x105)
	Junção de duas quadrículas (3)	82x196, 91x182	 Praça Vila Pereira Cidade: Fernandópolis Dimensão: 82x196m
	Praça ocupando meia quadrícula (2)	40x80, 44x88	 Praça Dom Pedro II Cidade: Assis Dimensão: 40x80m
	Meia quadrícula (6)	25x110, 44x88, 30x92, 38x81, 43x80	 Praça Coronel Cardoso Franco Cidade: Piratininga Dimensão: 25x110m

	Duas meias-quadrículas (2)	2(30x72), 2(40x80)		Praça do Povo Cidade: Panorama Dimensão: 2(30x72m)
	Duas meias-quadrículas juntas (1)	44x176, 45x141		Praça da Bandeira Cidade: Presidente Prudente Dimensão: 44x176
	Jardins ao longo da ferrovia (2)	23x463, 40x215		Jardim Público Cidade: Penápolis Dimensão: 23x463m
Formatos variados	Em função do traçado urbano (4)			Praça da Matriz Cidade: Panorama
Formatos variados	Decorrentes do traçado urbano (3)			Praça Arlindo Luz Cidade: Assis

Fonte: ENOKIBARA, 2016, p. 8.

Os jardins ao longo da ferrovia, com dimensões mais alongadas, se destinavam quase que exclusivamente às proximidades com as estações ferroviárias; um exemplo é o Jardim Getúlio Vargas na cidade de Martinópolis (linha Alta Sorocabana), com dimensões de 215 m x 40 metros (fig. 39). Dentre essas, existe uma exceção, a Praça Virgem Imaculada, na cidade de Piratininga (linha Alta Paulista), que se localiza dentro da malha urbana e afastada da estação ferroviária.

Figura 39 - Exemplar de Jardim Linear, o Jardim Getúlio Vargas, cidade de Martinópolis, Linha Alta Sorocabana. Ao fundo o coreto em argamassa armada, e a direita a casa do chefe da estação. Foto de 1940



Fonte: SIMABUKO (2008, p. 136).

Quanto ao desenho, foram identificadas quatro tipologias: o desenho simétrico com foco central (fig. 40); o desenho simétrico com um eixo dominante (geralmente enfatizando a Igreja) (fig. 41); o desenho simétrico linear, que acompanhava a esplanada da linha férrea e estação ferroviária (fig. 42) e o desenho mais sinuoso e assimétrico (fig. 43).

Figura 40 - Desenho simétrico com o foco central.



Marília - Praça Maria Izabel / Década 1930 – Linha Alta Paulista.

Ourinhos - Praça Mello Peixoto / Década 1920 – Linha Alta Sorocabana.

São José do Rio Preto - Jardim de Cima / Década 1920 – Linha Alta Araraquense.

Penápolis - Praça dos Capuchinhos / Década 1930 – Linha Noroeste

Fonte: MAIA, 2007; SIMABUKO, 2007; SANTOS, 2007; GASPAROTO, 2007

Figura 41 - Desenho simétrico com o eixo central dominante.



Tupã - Praça da Bandeira / Década 1940 – Linha Alta Paulista.

Presidente Epitácio - Praça Antônio Marinho / 1956 – Linha Sorocabana.

Urânia - Praça da Matriz / Década 1980 – Linha Araraquense.

Andradina - Praça Antônio J. de Moura Andrade / Final 1930 – Linha Noroeste

Fonte: MAIA, 2007; SIMABUKO, 2009; DIEHL, 2009 e GASPAROTO, 2007.

Figura 42 - Desenho linear simétrico.



Martinópolis -Jardim Getúlio Vargas / Década 1930 – Linha Alta Sorocabana.

Penápolis -Jardim Público / Década 1910 – Linha Noroeste

Fonte: SIMABUKO, 2009 e GASPAROTO, 2007.

Figura 43 - Desenho Sinuoso e assimétrico.



Santa Fé do Sul - Praça da Matriz / Década
1970 – Linha Alta Araraquarense.

Lins - Praça Coronel Joaquim Toledo
Piza / 1910 – Linha Noroeste

Fonte: SANTOS, 2007 e GASPAROTO, 2007.

A presença de elementos decorativos e arquitetônicos, como as fontes (fig. 44) e os coretos (fig. 45), davam destaque nos projetos. Segundo Enokibara (2014, p. 1005),

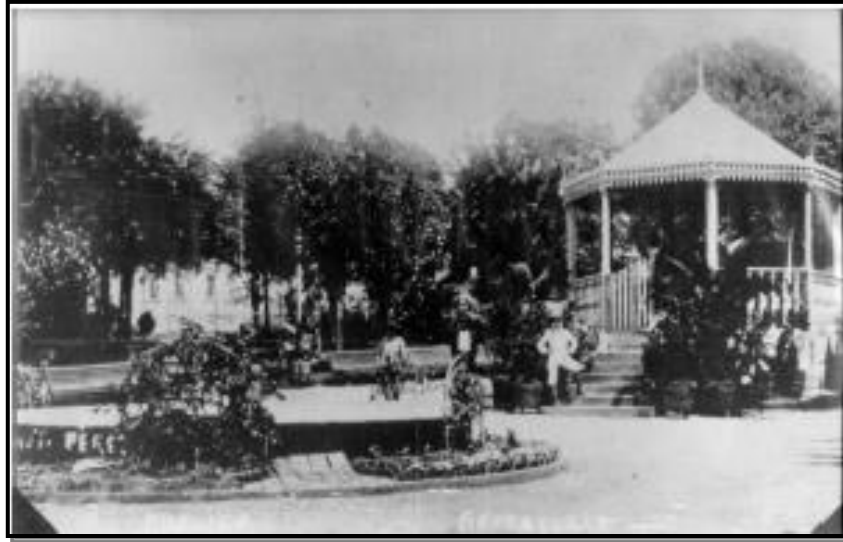
Os desenhos destas praças geralmente convergiam seus caminhos para um ponto central, tendo como foco um coreto (praça de Araçatuba) ou uma fonte (praça de Marília), ou convergiam seu desenho para um eixo principal que conduz à igreja. Os caminhos articulavam todos os extremos e laterais do quadrilátero propiciando, assim, sua articulação aos edifícios do entorno, onde geralmente se concentravam os principais edifícios públicos, a igreja ou as residências da elite cafeeira

Figura 44 - Espelho D'água com fonte ao centro. Praça Mello Peixoto, cidade de Ourinhos, Linha Alta Sorocabana. Foto sem data.



Fonte: SIMABUKO (2008, p. 41)

Figura 45 - Coreto em madeira e alvenaria. Jardim Público, cidade de Araraquara, Linha Alta Araraquarense. Foto do início do século XX.



Fonte: LANÇA (2009, p. 50)

Um dos coretos que mais chamou a atenção foi o encontrado na cidade de Penápolis, na linha Noroeste. Originalmente esse coreto com base de alvenaria e estrutura de ferro fundido (fig. 46), estava instalado no Jardim Público, nas proximidades da estação. Após a construção do Mercado Municipal no espaço que compreendia o Jardim Público, este coreto foi removido e instalado em outra localidade da cidade. Esta estrutura de ferro fundido que compreende o parapeito e a estrutura que suporta a cobertura foi fabricada pela Oficinas Lidgerwood, que na época comercializou itens para a construção de jardins para São Paulo e região, e também forneciam equipamentos para a separação de grãos de café (MONBEIG, 1997, p. 100).

Figura 46 - Coreto com as ferragens da “Construtora” Oficinas Lidgerwood. No detalhe placa da construtora.



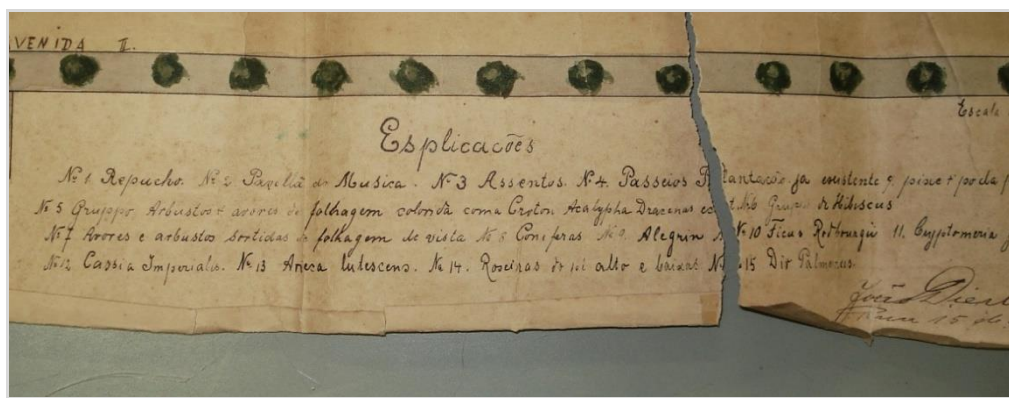
Fonte: GASPAROTO (2007, p. 57).

5.2.4. Atributos botânicos

Dentre os projetos de praças e jardins analisados, apenas um projeto foi encontrado, a Praça da República da cidade de Araraquara, linha Alta Araraquarense, projeto de João Dierberger (fig. 47). Nesta praça foram citadas as seguintes espécies:

Nº 5 – “Gruppo arbustos + árvores de folhagem colorida com a *Acalypha Dracenas* ect.”; Nº 6 – “Gruppo R. *Hibiscus*”; Nº 7 – “Arvores e arbustos sortidas de folhagem de vista”; Nº 8 – “Coníferas”; Nº 9 – “Alegrin”; Nº 10 – “*Ficus* (item não identificado)”; Nº 11 – “*Cryptomeria*”; Nº 12 – “*Cassia Imperialis*”; Nº 13 – “*Ariera Lutescens*”; Nº 14 – “Roseiras do pé alto e baixas”; Nº 15 – Dir Palmeiras (LANÇA, 2009, p. 56).

Figura 47 - Listagem dos equipamentos e das espécies vegetais do projeto original de João Dierberger para a Praça da República



Fonte: LANÇA, 2009, p. 56.

O repertório vegetal que chegou ao Oeste Paulista foi pesquisado por outras bolsistas que se debruçaram no material referente ao “Serviço de Distribuição de Mudas e Sementes” (SDMS), criado pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo em 1897,

(...) tendo o Instituto Agrônômico do Estado (na cidade de Campinas) e o Horto Botânico de São Paulo (na capital) como os responsáveis pela produção e distribuição de mudas e sementes. O SDMS atendia os solicitantes através das “Cartas de Envio”, onde era especificado o nome do solicitante, a cidade, as espécies e suas quantidades (ENOKIBARA et al, 2016, p. 410).

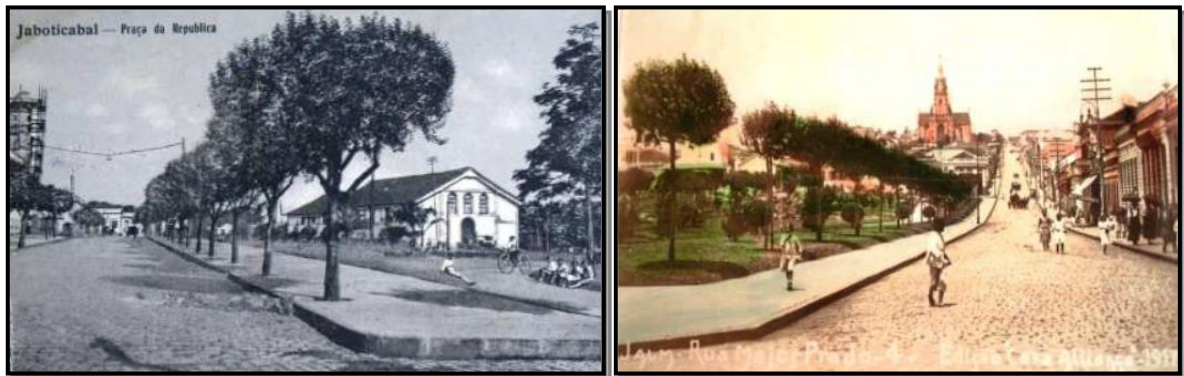
As bolsistas pesquisaram o material referente ao Instituto Agrônômico de Campinas, analisando o período de 1909 a 1912. As solicitações foram separadas entre requerentes públicos e privados⁵⁴. Em relação aos requerentes públicos, o “SDMS atendeu 467

⁵⁴ **Processo FAPESP nº 2007/55605-3** – Projeto: O Instituto Agrônômico do Estado e o repertório vegetal nas cidades do Oeste Paulista no início do século XX. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Bruna Panigassi Zechinato, 2007-2008; **Processo FAPESP nº 2010/16872-**

solicitações (...), enviando 60.543 mudas de 96 espécies diferentes. Das 137 cidades que solicitaram mudas, 21 eram do oeste paulista” (ENOKIBARA et al, 2016, p. 410). Em relação ao oeste paulista, as cidades que mais solicitaram mudas foram “Jaboticabal (9 solicitações), seguida de Agudos, Jahu e Orlandia (todas com 4 solicitações)” (Idem). As espécies mais solicitadas foram: “o Alfeneiro do Japão (*Ligustrum japonicum*), o Eucalipto (*Eucalyptus sp*), a Magnólia amarela (*Michelia champaca*), o Cedro Nacional (*Cedrela brasiliensis*) e a Grevilea (*Grevillea robusta*). O destaque do período foi o Alfeneiro do Japão, com 12.224 mudas distribuídas” (ENOKIBARA et al, 2016, p. 411).

Para verificar se as mudas de fato foram utilizadas nos projetos de praças e jardins, a bolsista Bruna Zechinato analisou as praças e jardins de Jaboticabal e Jahu, no período em que houve a solicitação ao SDMS e constatou que as mesmas foram de fato utilizadas (fig. 48). Em uma pesquisa posterior, para análise do repertório vegetal das demais cidades do oeste paulista, este material pesquisado junto ao SDMS pode ser utilizado como referência.

Figura 48 - A esquerda, Praça da República em Jaboticabal, Alfeneiro do Japão (*Ligustrum japonicum*) ao centro, e na direita o cedro (*Cedrela fissilis*). Na direita, Praça da República em Jahu, Alfeneiro do Japão (*Ligustrum japonicum*) ao redor da praça.



Fonte: ZECHINATO, 2008.

9 - Projeto: O Estado e a iniciativa privada na divulgação de um repertório vegetal no Oeste Paulista: o papel do Instituto Agrônômico do Estado. Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Juliana Yendo, 2010-2011; **Processo FAPESP n° 2011/07625-0** – Projeto: O Estado e a iniciativa privada na divulgação de um repertório vegetal no Oeste Paulista: o papel do Instituto Agrônômico do Estado (1910 a 1911). Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Laís Bim Romero, 2011-2012; **Processo FAPESP n° 2011/07700-2** – Projeto: O Estado e a iniciativa privada na divulgação de um repertório vegetal no Oeste Paulista: o papel do Instituto Agrônômico do Estado (1911 a 1912). Orientação de Bolsa de Iniciação Científica: Ana Paula Santiago Modesto, 2011-2012.

6. Conclusão da parte 2: Seleção de jardins do oeste paulista a serem considerados como jardins históricos

Após analisar as definições e parâmetros sobre o jardim histórico (Parte 1) e o conteúdo pesquisado no Projeto Temático FAPESP sobre as praças e jardins do oeste paulista (Parte 2), foi possível realizar uma seleção de jardins presentes no oeste paulista, que contém indicativos de jardins históricos. Dentre os espaços estudados, foram selecionados 4 exemplares, 1 de cada linha. Trata-se aqui de um indicativo para estudos futuros, que requerem, necessariamente, um inventário (tab. 19).

Tabela 19 - Praças e/ou jardins que possuem indicativos de jardins históricos.

Ramal Ferroviário	Cidades	Praça e/ou Jardins e ano do projeto	Autoria
Linha Alta Paulista	Osvaldo Cruz	Praça Lucas Nogueira Garcez / 1953	Engenheiro Orlando Bergamaschi
Linha Sorocabana	Assis	Praça Dom Pedro II / 1928	Padre David Corso
Linha Alta Araraquara	Araraquara	Praça da Matriz / 1928	Engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado
Linha Noroeste	Andradina	Praça Antônio João de Moura Andrade / Final 1930	Não encontrado (*)

Fonte: elaboração própria

Estes exemplares foram selecionados baseados nos parâmetros: autenticidade, integridade e atributos histórico-culturais, compositivos e botânicos. A autenticidade e integridade estão relacionadas ao projeto, à autoria e ao estado de conservação. Os exemplos selecionados contêm a autoria dos projetos, exceto a Praça Antônio João de Moura Andrade, linha Noroeste. Este foi selecionado pois é o exemplar mais conservado dentre as demais estudadas no ramal da Noroeste. Com pesquisas futuras mais detalhadas, pode ser que se encontre o autor do projeto.

Os atributos histórico-culturais estão contemplados em relação à forma peculiar de ocupação do oeste paulista, caracterizada, por Pierre Monbeig, como “zonas pioneiras”. O traçado em grelha, que gerou o desenho da maioria das cidades, acabou por definir as tipologias das praças e jardins que, juntamente com os equipamentos, como os coretos e chafarizes,

conferiu-lhes atributos compositivos característicos desta porção do estado. E por fim os atributos botânicos, que apesar de não ter sido encontrada a especificação da vegetação nos projetos paisagísticos desses espaços, a pesquisa sobre o Serviço de Distribuição e Mudas e Sementes possibilita uma base de pesquisa inicial, onde já foi comprovada a utilização de algumas espécies solicitadas.

Na sequência, os exemplares selecionados serão expostos, constando: Identificação; Atributos Histórico-culturais; Atributos Compositivos e Atributos Botânicos. Todas as informações foram baseadas nas pesquisas de iniciação científica já citadas anteriormente, salientando que tais informações formam um “pré-inventário”, sendo necessário pesquisas posteriores, afim de realizar um inventário mais minucioso e completo.

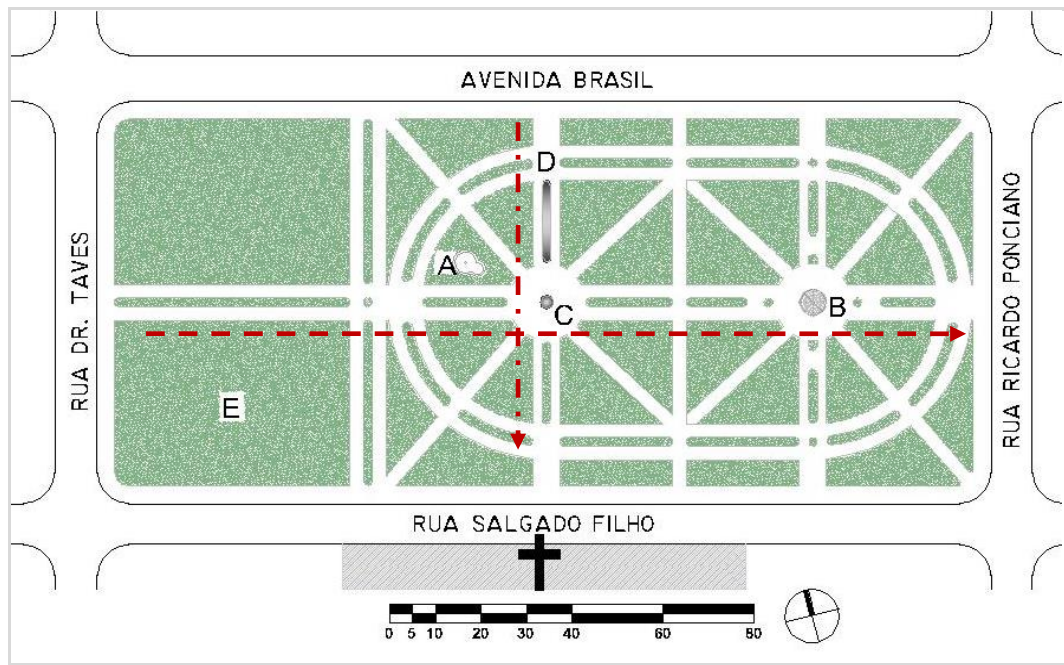
6.1. Alta Paulista: Osvaldo Cruz - Praça Lucas Nogueira Garcez

- a) **Identificação:** Localizada no quadrilátero formado pela Avenida Brasil, Rua Ricardo Ponciano, Rua Salgado Filho e Rua Dr. Taves. Com área de 17.820,00 m², e tamanho da quadricula de 198 x 90 m, em formato retangular. O projeto foi idealizado pelo Engenheiro Orlando Bergamaschi, no ano de 1953.
- b) **Atributos Histórico-culturais:** Esta praça está diretamente ligada as atividades religiosas da cidade de Osvaldo Cruz. Inicialmente este espaço, localizado logo à frente da primeira capela da cidade construída em 1941, onde ocorriam as quermesses em prol da construção da igreja matriz (DIEHL, 2009, p. 114). Esta primeira igreja, construída em madeira, foi derrubado por um vendaval em 1944, e no ano de 1946, foi fundada a Paróquia de São José de Osvaldo Cruz, mas novamente foi destruída por outro vendaval. No ano de 1949, com a chegada da ferrovia a cidade, ocorreram transformações nos espaços livres da cidade, até então, vistos como descampados. Assim no mandato do Prefeito Orlando Bergamaschi, entre os anos de 1948-1951, a nova Igreja Matriz começa a ser construída, juntamente com a jardim da Matriz, com o projeto do prefeito em exercício (Idem, p. 116). Em 1953, na Edição d'O Trabalho comemorativa do 12º aniversário da fundação da cidade, consta um artigo em que destaca diversos edifícios sendo construídos no entorno da praça, com destaque para o imponente Posto de Puericultura, projeto de Oscar Niemeyer, e uma nota sobre a vegetação da praça que “ (...) foi especialmente estudada e disposta pelos técnicos do Departamento de Jardins e Arborização de Serviço Florestal do Estado, que enviaram à cidade Osvaldo Cruz, uma

minuciosa nomenclatura de espécies vegetais a serem implantadas no projeto” (Idem, p. 115). Em 6 de junho de 1953 foi inaugurada, sendo nomeada de Praça Lucas Nogueira Garcez, homenageando o Governador do Estado (Idem).

- c) **Atributos compositivos:** A praça está localizada em uma área plana, com a junção de duas quadras compondo a área de implantação. O projeto é simétrico, possuindo linhas curvas e retilíneas, com dois eixos marcantes, um direcionado na horizontal e um na vertical, enfatizando a Igreja Matriz. Os caminhos, feitos de pedra portuguesa, proporcionam diversas áreas gramadas, e em várias partes, esses caminhos são duplos, conferindo uma certa singularidade (fig. 49, 50 e 51). Os equipamentos compreendem: bancos, fonte luminosa (fig. 52), obelisco, memorial 50 anos da imigração japonesa, coreto (fig. 53) e parque infantil. No entorno se encontram a Igreja Matriz, residências e comércios.

Figura 49 - Projeto da Praça Lucas Nogueira Garcez, recriado por Diehl (2009). (A) Fonte luminosa, (B) Coreto, (C) Obelisco, (D) Memorial 50 anos de imigração japonesa e (E) Parque infantil. Nas setas em vermelho, demarcando os eixos principais



Fonte: DIEHL, 2009.

Figura 50 - Vista aérea, foto de 1960



Fonte: DIEHL, 2009.

Figura 51 - Caminhos curvilíneos e duplicados. Fotos de 2009



Fonte: DIEHL, 2009, p. 119-120.

Figura 52 - Coreto em alvenaria e concreto e a fonte luminosa. Fotos de 2009.



Fonte: DIEHL, 2009, p. 119-120.

d) Atributos Botânicos: Como as fotos analisadas são da década de 1960, é muito difícil identificar com precisão as espécies utilizadas, não apenas neste exemplar, como nos demais que irão ser apresentados. Assim é possível identificar as espécies por similaridades, verificando a volumetria e a forma, e suas aplicações. No caso dos canteiros, é possível identificar uma espécie vegetal utilizada como bordadura nos canteiros juntamente com a gramínea, que poderia ser a bela-emília (*Plumbago auriculata* Lam.), por exemplo, devido a suas características, e aceita poda⁵⁵. Em relação a vegetação arbórea, as arvores com topiaria quadrada poderia ser o ligustro (*Ligustrum japonicum* Thunb.). Outra espécie que pode estar presente devido a sua forma e volumetria seria o carvalho vermelho (*Quercus pedunculata* L.). A palmeira imperial (*Roystonea oleracea* (Jacq.) F. Cook.) é a mais fácil de se identificar no projeto, presente nos canteiros centrais dos caminhos duplos.

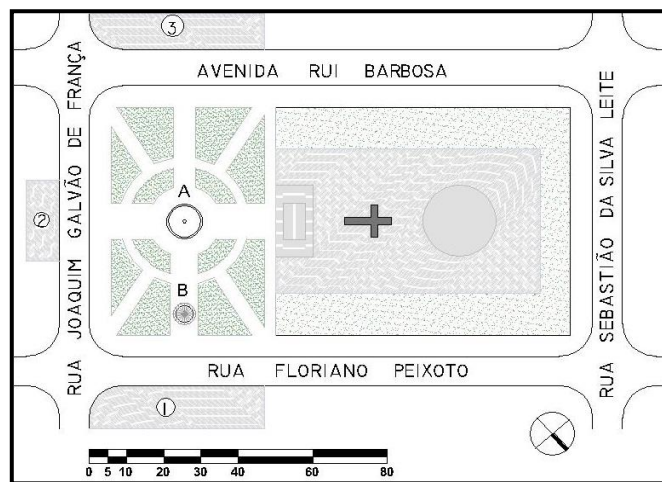
6.2. Alta Sorocabana: Presidente Prudente - Praça Dom Pedro II

a) Identificação: Conhecida também como largo da Capela do Santíssimo Coração de Jesus, se localiza no quadrilátero formado pela Avenida Rui Barbosa, Rua Joaquim Gastão de França, Rua Sebastião da Silva Leite e Rua Floriano Peixoto. Com área de 10.125,00 m² e tamanho da quadrícula de 80 x 80 m, em formato quadrado. O projeto ficou sob a responsabilidade do Padre italiano David Corso em 1928.

⁵⁵ As fotos foram analisadas pelo Biólogo Murilo Cruciol Barbosa.

- b) Atributos Histórico-culturais:** Com a chegada da ferrovia em 1917 e por esta ser ponto de trilhos por muito tempo, entre 1920 a 1950, trouxe a cidade grandes benefícios como calçamento, água encanada e luz (SIMABUKO, 2007, p. 53). Com esse impulso nas melhorias para a cidade, em 1928, foi proposto o ajardinamento da praça, por sugestão do prefeito Lycurgo de Castro, registrado na Ata da Câmara Municipal em 1930 (Idem, p. 53). Este ajardinamento deu mais ênfase à frente da Igreja matriz, recebendo sua torre em estilo neogótico, em 1938 (Idem, p. 58). Em 1952, após uma reestruturação, a praça recebeu bancos, postes de iluminação, calçamento e a instalação dos banheiros em baixo do coreto e na década de 1960 a igreja dá lugar a construção da Catedral do Santíssimo Coração de Jesus (Idem, p. 58).
- c) Atributos compositivos:** A topografia da praça é plana, sem desníveis em seu interior. O projeto é simétrico, com foco central, enfatizando a Catedral do Santíssimo Coração de Jesus localizada na mesma quadra que a praça (fig. 53 e 54). Os caminhos que delimitam as áreas verdes são compostos de concreto. No entorno da praça estão dispostos o Fórum, a Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia e Cadeia, e a residências da elite da cidade. Os equipamentos são: bancos, postes de iluminação, fonte central (fig. 55), coreto em alvenaria (fig. 56). Na figura 55 é possível identificar a fonte no centro da praça, e em seu entorno, nota-se a presença de 4 pergolados, sem vegetação. Atualmente esses elementos arquitetônicos não se encontram no local, e no lugar da fonte se encontra um desenho no piso demarcando sua antiga localização.

Figura 53 - Projeto da Praça dom Pedro II, recriado por Simabuko, 2007. Na imagem da direita (A) Fonte, (B) Coreto em alvenaria, (1) Delegacia de Polícia e cadeia, (2) Prefeitura Municipal e (3) Fórum



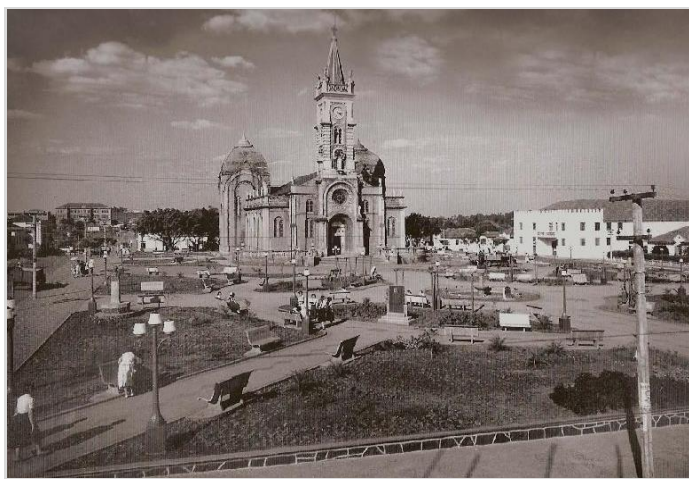
Fonte: SIMABUKO, 2007.

Figura 54 - Foto aérea de 1960.



Fonte: SIMABUKO, 2007.

Figura 55 - Foto de 1952, ao fundo a Igreja de 1938, e o jardim já com os equipamentos arquitetônicos implantados, em destaque a fonte e as pérgulas.



Fonte: SIMABUKO, 2007, p. 60.

Figura 56 - Coreto em 2007, e ao fundo o prédio do Batalha da Polícia Militar de Assis na atualidade.



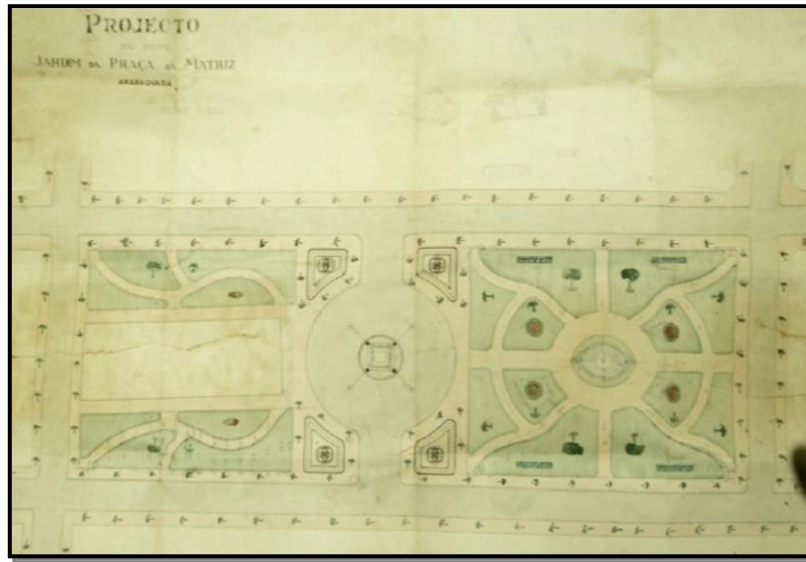
Fonte: SIMABUKO, 2007, p. 61.

d) Atributos Vegetais: Basicamente todos os canteiros são compostos por gramíneas, e através das fotos da época, foi possível apenas relacionar algumas espécies por similaridade, devido à falta de informação. As espécies em topiaria poderia ser o buxinho (*Buxus sempervirens*) ou a murta (*Murraya paniculata*), pois ambos aceitam topiaria. Outra espécie que também foi distribuído pelo IAC para o oeste paulista, e que poderia ser utilizado na topiaria seria o cipreste (*Cupressus sempervirens* L.), podendo ser moldados com alturas diferentes.

6.3. Alta Araraquarense: Araraquara – Praça da Matriz

a) Identificação: Também conhecida como Largo de São Bento, é formada pelo quadrilátero da Avenida Brasil, Rua São Bento, Avenida São Paulo e o edifício da Igreja. Com uma área de 6.345 m², com dimensões de 45 x 141 m, em formato retangular. O projeto é de autoria do engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, datado de 2 de abril de 1918 (fig. 57). É possível identificar que este espaço também foi denominado de Jardim da Igreja Matriz no projeto, e que a futura Igreja Matriz já possui sua localização.

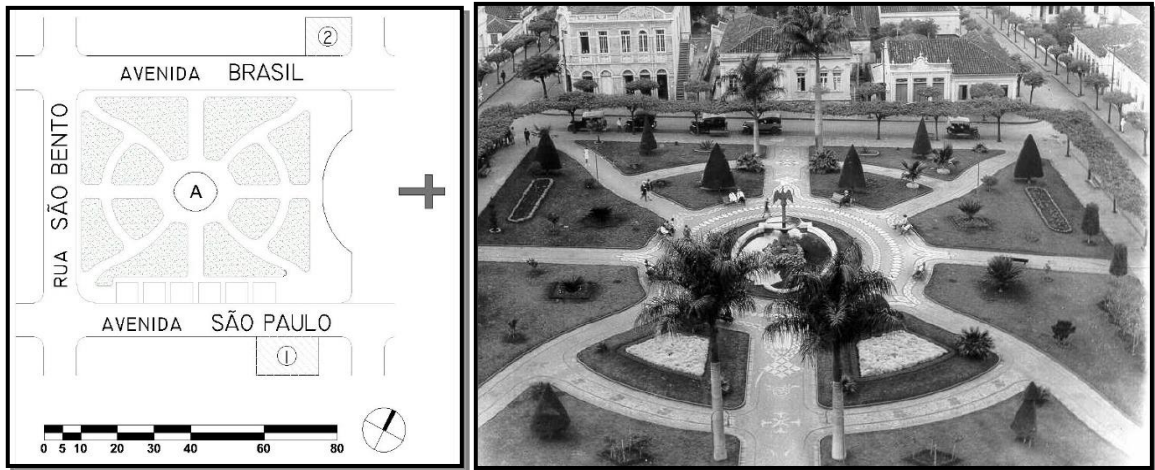
Figura 57 - Planta original do primeiro traçado da Praça da Matriz.



Fonte: LANÇA, 2009, p. 45.

- b) Atributos Histórico-Culturais:** Esta praça foi o centro radiador de toda a malha urbana da cidade, foi nessa área que se ergueu a primeira capela. Após a primeira igreja (1822-1917), foram construídas mais 3, até a atual Igreja Matriz, que teve o início de suas obras em 12 de novembro de 1958 (LANÇA, 2009, p. 41-44). Em 1903, abre concorrência para o ajardinamento do largo da Matriz, mas somente em 1918, que o engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado apresenta o projeto (Idem, p. 45). O projeto condiz com o período de grande desenvolvimento urbano, com preocupações estético-sanitarista, gerando áreas semelhantes aos centros europeus (Idem, p. 46). Em 1925, através de registros fotográficos é possível visualizar o projeto finalizado, tal qual, projetado pelo engenheiro Alexandre Machado. Atualmente a praça se encontra quase que inalterada, apenas foram incluídas vagas de estacionamento ao seu redor (Idem, p. 47).
- c) Atributos Compositivos:** A praça se encontra em um mesmo plano, sem desníveis em seu interior. O projeto da praça é simétrico com o foco central, através do imponente chafariz com a água (fig. 58). Todos os caminhos são formados em pedras portuguesas formando os desenhos variados, e ao redor da quadra, foi colocado uma espécie de ladrilho cerâmico marrom. No entorno se encontram residências da elite, Câmara Municipal e Caixa Econômica Federal. Os equipamentos são: bancos, postes de iluminação e chafariz com a água em bronze (fig. 59).

Figura 58 - Projeto da Praça da Matriz, recriado por Lança, 2009. Na imagem da direita (A) Fonte central, (1) Câmara Municipal e (2) caixa Econômica Federal. Na esquerda vista aérea, foto de 1925.



Fonte: LANÇA, 2009.

Figura 59 - Foto de 2008, chafariz com a águia, ao fundo a Igreja Matriz de São Bento.



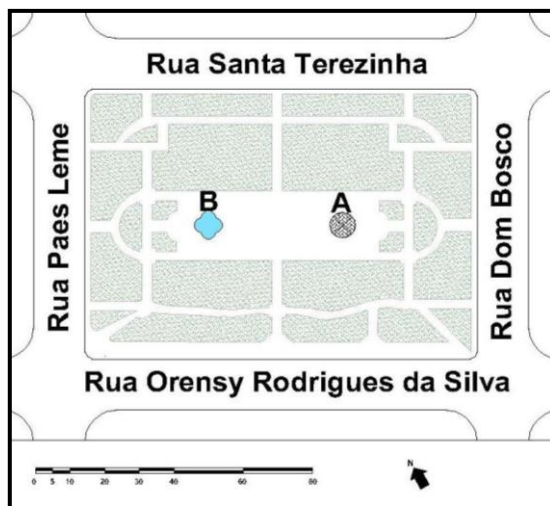
Fonte: LANÇA, 2009, p. 47.

d) Atributos Vegetais: Basicamente todos os canteiros são compostos por gramíneas, e a espécies vegetais tanto arbustivas quanto arbóreas se encontram em fase de crescimento avançado. É possível identificar neste projeto com mais precisão, a palmeira imperial (*Roystonea oleracea* (Jacq.).F.Cook.), a palmeira leque-da-china (*Livistona chinensis*) e a fênix (*Phoenix canariensis* Chabaud), sendo esta última espécie, também presente na tabela do IAC. Um elemento muito marcante nas fotos da época, seria presença de uma espécie arbórea que realizam a moldura da praça, com uma topiaria no topo, nivelando todas elas, que poderia ser o ligustro (*Ligustrum japonicum* Thunb.), pelas características e por aceitar poda.

6.4. Noroeste: Andradina – Praça Antônio João de Moura Andrade

- a) **Identificação:** Também chamada de Praça da Bandeira, localizada no quadrilátero da Rua Orensy Rodrigues da Silva, Rua Dom Bosco, Rua Santa Terezinha e Rua Paes Leme. Com uma área de 9.200 m², e dimensões de 115 x 80 m, em formato retangular. Sua autoria não foi encontrada, mas provavelmente foi construída entre o final da década de 1930 e início da década de 1940 (GASPAROTTO, 2007, p. 90).
- b) **Atributos Histórico-culturais:** Esta praça é a principal da cidade, localizada à duas quadras da estação ferroviária, e ganhou maior atenção após a chegada da ferrovia em 1937 (GASPAROTTO, 2007, p. 90-91). Com o embelezamento da praça, e a inserção do coreto e a fonte, vários prédios de importância para a cidade começam a se estabelecer no entorno do local, como Fórum, cinema, hotel e banco (Idem, p. 92). Esta praça era muito utilizada pela população, e se tornou palco e cartão de visitas da cidade, devido ao seu posicionamento nas proximidades da estação. Atualmente a praça se encontra em bom estado de conservação, infelizmente a fonte e o coreto, que eram o foco do projeto original foram retirados, no local é possível identificar o contorno onde a fonte e o coreto se encontravam.
- c) **Atributos Compositivos:** A topografia desta praça é plana, todo o projeto se encontra em um mesmo nível. O projeto é simétrico com linhas retilíneas e curvas (fig. 60 e 61), possuindo uma grande área central pavimentada com pedra portuguesa, com o coreto em alvenaria (fig. 62) e a fonte em formato de rosácea. No entorno estão localizados o Fórum, banco, hotel e cinema. Os equipamentos são: bancos, postes de iluminação e atualmente, se encontra um palco em alvenaria.

Figura 60 - Projeto da Antônio João de Moura Andrade, recriado por Gasparotto, 2007 (direita). Na imagem (A) coreto e (B) fonte



Fonte: GASPAROTTO, 2007, p. 90.

Figura 61 - Vista aérea, foto sem data



Fonte: GASPAROTTO, 2007, p. 93.

Figura 62 - Imagem do coreto, foto sem data



Fonte: GASPAROTTO, 2007, p. 92.

- d) Atributos Botânicos:** Este projeto possui poucas áreas gramadas, o elemento marcante deste projeto é a grande área central com pedra portuguesa com duas cores (preto e branco), mais o coreto e a fonte. É possível identificar a palmeira imperial (*Roystonea oleracea* (Jacq.) F. Cook.) em alguns pontos da praça, e um pinus (?). No contorno a presença do oiti (*Licania tomentosa*) e tipuana (*Tipuana tipu* (Benth.) Kuntze). A topiaria foi utilizada de forma mais reduzida nesta praça, e por similaridade, poderia ser indicado o cipreste (*Cupressus sempervirens* L.) ou a thuya (?) em alguns pontos.

Conclusões Finais

A primeira e única carta patrimonial internacional sobre jardins históricos, até o momento, é a Carta de Florença (1981). Nesta, o jardim histórico é definido como “(...) uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento”. Esta definição é a base para qualquer discussão em torno do assunto, onde complementações ocorreram em função da particularidade de cada país. Anterior a esta carta patrimonial, o jardim era visto de maneira secundária ou complementar. Na “Carta de Atenas” (1931), a primeira carta patrimonial, o jardim era visto como um ornamento. Já na “Carta de Veneza” (1964) o jardim passa a ser visto como um elemento constituinte do monumento, considerado como parte do todo, não podendo ser desvinculado do mesmo.

A nível nacional, o primeiro documento destinado aos jardins históricos foi o “Manual de Intervenção em Jardins Históricos” (1999), elaborado pelo arquiteto paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim, onde este define que “um jardim é um bem cultural que apresenta valores culturais, sócio-econômicos e ambientais que, ao longo de diferentes fases de evolução foram sofrendo transformações e adquirindo novos e dinâmicos significados” (DELPHIM, 1999, p. 17). Este é o primeiro documento nacional foi destinado aos jardins históricos já tombados, com o objetivo fornecer parâmetros para a intervenção nesses espaços. Observasse, porém, que até aquele momento nenhum jardim histórico havia sido tombado pelo IPHAN, mas muitos jardins de interesse histórico, estavam presentes nos tombamentos, complementando uma edificação tombada, ou inserido em um conjunto arquitetônico e paisagístico.

É importante destacar que um pouco antes da publicação do Manual do IPHAN, em 1992, o jardim histórico, além de ser considerado monumento histórico na esfera internacional, estes passam a integrar a categoria de paisagem cultural pela UNESCO, conferindo ao jardim histórico ser definido como monumento e paisagem cultural, a nível internacional. Salientasse que uma paisagem cultural pode envolver sistemas naturais mais amplos, como visto anteriormente, no exemplo da área litorânea do Rio de Janeiro, mas não significa que toda essa área seja jardim histórico.

Na sequência, em nível internacional, em 2006, foi formulado “Ficha integral de inventário e registro para Paisagens Culturais”, que vem para inventariar não apenas os jardins históricos, mas também a paisagem cultural, ampliando ainda mais as discussões sobre o assunto. Em nível nacional, após 4 anos, a “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros” (2010) foi publicada pelo IPHAN, cunhando o termo jardim histórico para a realidade brasileira, onde

estes “(...) equivalem aos jardins históricos em importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles” (CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS, 2010, p. 1).

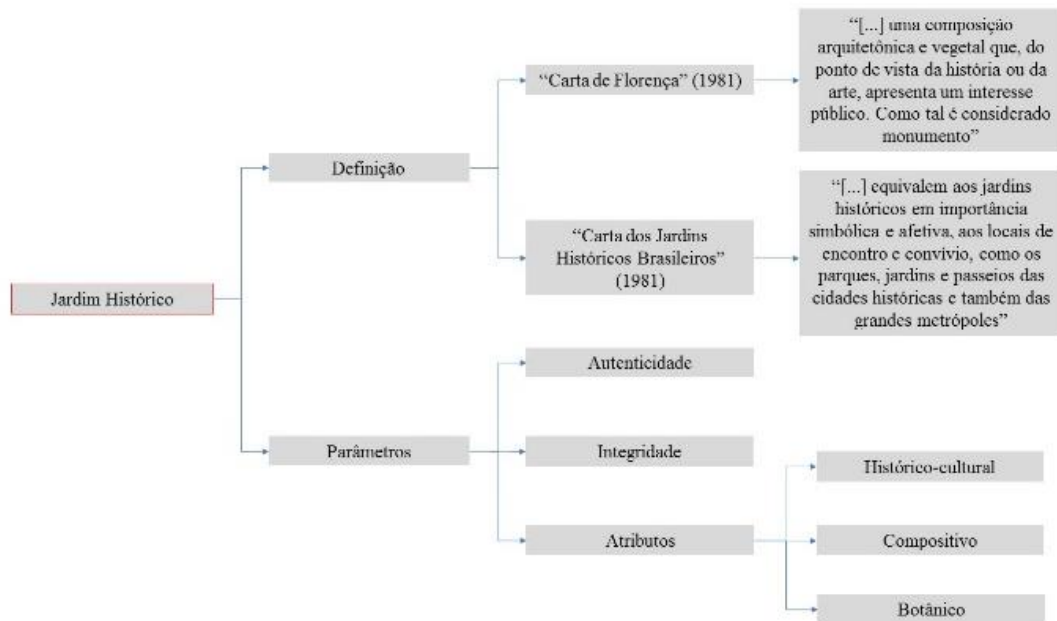
A busca pela definição dos jardins históricos nas cartas patrimoniais e documentos internacionais e nacionais sobre o tema, auxiliaram na compreensão da definição base, abrindo o caminho para responder as questões que motivaram esta dissertação: O inventariamento, por si, já define o jardim como histórico? O que define um jardim como histórico? Quais são os parâmetros? As praças e jardins levantados na pesquisa do Projeto Temático são jardins históricos?

Com base no percurso histórico e documental realizado na parte 1, e com o estudo de caso proposto na parte 2, acredita-se ter chegado à algumas explicações. Quanto ao inventário, este é um instrumento indispensável para a identificação de um jardim histórico, já que visa realizar um levantamento detalhado do bem, com o objetivo de analisar todos os aspectos históricos e físicos do espaço a ser estudado.

Para se caracterizar um jardim como um jardim histórico, além da definição base, é necessário conhecer os parâmetros que os compõe. Este pode ser dividido em 3: autenticidade, integridade e seus atributos. A autenticidade “(...) depende de quanto seus materiais são originais ou genuínos, levando-se em conta quando e como foi construído (...)” (CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS, 2010, p. 3), abordando também a questão da concepção do projetual e a autoria. A integridade se refere ao quanto deste bem se encontra preservado, e quanto “(...) preserva do equilíbrio entre os diversos elementos componentes” (Idem, p. 4).

Analisando estes 2 primeiros parâmetros, obtidos através do inventário, a averiguação do último parâmetro, os atributos: histórico-cultural (histórico do espaço público e apropriação cultural), compositivo (topografia, traçado equipamentos, mobiliário, materiais e inserção urbana) e botânico (massa vegetal) (fig. 65), é o próximo passo para se identificar um jardim histórico. É importante frisar, que somente após um inventário minucioso e complexo é possível afirmar categoricamente que um jardim pode ser definido como jardim histórico, pois qualquer lacuna histórica ou física, será sanada, confirmando tal definição.

Figura 63 - Esquema ilustrativo das definições e parâmetros do jardim histórico.



Fonte: elaboração própria

Assim com base nos dados apresentados, sobre a definição e os parâmetros do jardim, buscou-se através das 64 praças e jardins, estudadas nas pesquisas do Oeste Paulista, quais destes poderiam ser considerados como jardins históricos. Após a análise, foram selecionados 4 jardins, 1 exemplar em cada ramal ferroviário – Alta Paulista, Alta Araraquarense, Alta Sorocabana e Noroeste, e concluiu-se que estes jardins presentes no Oeste Paulista, são possuidores dos parâmetros a serem considerados jardins históricos, requerendo, como próxima etapa, um inventário detalhado e minucioso destes bens.

Bibliografia

Referências bibliográficas – Capítulo 1

AMOR, J. Menéndez. Aplicación de modernas técnicas de la ciencia paleobotánica a la restauración de los antiguos jardines mediante la recogida de muestras de tierra. Granada, 1973. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 88-90.

ANDRADE, Inês El-Jaick. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. In: **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. São Paulo, EESC-USP, 2008. p. 138.

AÑON-FELIU, Carmen. El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación. 1989. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993.

_____. Historiographie de la Charte de Florence. In: **Quels projets aujourd'hui pour les jardins anciens?** Actes du séminaire de Barbirey-sur-Ouche. Bourgogne: Ministère de la Culture et de la Communication, 2004, p. 15-21.

_____. La restauración de los jardines históricos. In: **Seminario: La doctrina de la restauración a través de las cartas internacionales**. Master Copa, Valencia, febrero 2005, p. 1-9.

ASBECK, Jan van. Restauration du Palais HETLOO. Holanda, 1975. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 122-124.

BARCELONA. Instituto da Cultura. **Forestier a Montjuïc El jardín como obra de arte**. Disponível em: <<http://ajuntament.barcelona.cat/castelldemontjuic/es/activitats/exposicions/forestier-montjuic-el-jardin-como-obra-de-arte>>. Acessado em: 7 agosto 2016.

BARSALI, Isa Belli. Per uma carta del restauro dei Giardini storici. Florença, 1981. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 182-186.

BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturais la labor de ICOMOS. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. **Arqueologia na Paisagem: olhares sobre o jardim histórico**. Rio Books: Rio de Janeiro, 2014.

CAROL, Luis Ruidor. Plantes employées dans les jardins historiques de l'Islam. Granada, 1973. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 91-99.

CARTA DE ATENAS. Atenas, Outubro de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acessado em: 16 julho 2015.

CARTA DE FLORENÇA. Florença, Maio de 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pd>>. Acessado em: 16 julho 2015.

CASTRO. João P. M. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2009.

CEBRIÁN, Juan González. Le jardin historique de la Alameda de Osuna. Holanda, 1975. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 135-130.

CELEBRAÇÃO do 70º aniversário da UNESCO. UNESCO. 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>>. Acessado em: 24 novembro 2015.

CRUZ, Henrique V. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/3519747/Era_uma_vez_h%C3%A1_60_anos_atr%C3%A1s..._O_Brasil_e_a_cria%C3%A7%C3%A3o_do_Conselho_Internacional_de_Museus>. Acessado em: 24 de julho 2015.

Curriculum Vitae. Carmen Añón Feliú 2006. Disponível em: <<http://www.citerea.es/es/statics/img/uploads/files/CV-Carmen-Anyon.pdf>>. Acessado em: 27 jun 2016.

DAIFUKU, Hiroshi. **Museums and monuments: UNESCO's pioneering role**. Museum International, UNESCO, Paris, Vol. 50, nº 197, 1998.

EBBERS, C. S. Oldenburger; HENIGER, J. Ornamental plants in 16th and 17th century gardens. Holanda, 1975. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 107-121.

ENCYCLOPAEDIA Britannica, on line. Disponível em: <<http://www.britannica.com/biography>>. Acessado em: 04 maio 2016.

ENOKIBARA, Marta, MACHADO, Giovanna M. M. **Das instituições às cartas patrimoniais: percurso histórico**. 2014. In: PASCHOARELLI, L. C., SALCEDO, R. F. B. Interação: panorama, das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo. Bauru, SP: Canal 6 Editora, 2015.

EVANGELISTA, Ely G. S. **A UNESCO e o mundo da Cultura**. CAMPINAS, SP: UNESCO, 1999.

GHIRARDELLO, Nilson. Terra rural e urbana, regularidade e descompasso. In: **Seminário de História da Cidade e Urbanismo**, SHCU, 1990. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/981>>. Acessado em: 09 agosto 2016.

GOITIA, F. Chueca. Rápidas consideraciones sobre los jardines huertos en la espana muçulmana. Granada, 1973. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 81-87.

GOLLWITZER, Gerda. L'Inventaire des jardins historiques. Fontainebleau, 1971. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 31-32.

JOIN IFLA. Disponível em: <<http://iflaonline.org/about/join-ifla/>>. Acesso em: 24 julho 2015.

HISTÓRIA. ICOMOS. s.d. Disponível em: <<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>>. Acessado em: 22 novembro 2015.

KARG, D. Problems of restoration and preservation of landscape gardens. Estocolmo, 1981. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 189-195.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a Teoria da Restauração. São Paulo, 2007. In: **Revistas USP**, Pós n. 21, São Paulo, 2007, p. 198-211. Disponível em: <www.revistas.usp.br/posfau/article/download/43516/47138>. Acessado em: 1 jun 2016.

LABORDE, Ana; BRUQUETAS, Rocío. Entrevista a Carmen Añón Feliu. In: **Grupo Español de Conservación**, nº 3, 2012, p. 38-42.

LUMMEN, Annie van Marcke de. La memoria de la Historia. In: **Seminario Internacional Los jardines históricos: aproximación multidisciplinaria**. Buenos Aires: ICOMOS-Argentina, 17 a 20 octubre de 2001, p. 1 a 7.

_____. **Present at the Creation**. Disponível em: <ip.51.icomos.org/landscapes/external_contributions.htm>. Acessado em: 06 jun 2016.

MARTINS, Luciana de Lima. **História, Literatura e Memória: Reflexões sobre a Grande Guerra (1914-1918)**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MICOULINA; TOCHTAHOJAEVA. Problems of Garden Archaeology in the U.S.S.R. Granada, 1973. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 75-80.

PECHÈRE, René. La restauration des jardins historiques et la philosophie du coloque. Fontainebleau, 1971. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 41-42.

_____. Etude sur les jardins iraniens. Granada, 1973. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, 102-104.

PANZINI, Franco. **Projetar a Natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PAULINE. **Parc du Labyrinthe D’Horta: Un jardin secret pour une parenthèse hors du temps**. 2013. Disponível em :<<http://les-bons-plans-de-barcelone.com/parc-du-labyrinthe-d-horta-un-jardin-secret-pour-une-parenthese-hors-du-temps/#>>. Acessado em: 7 agos 2016.

PELAES, Fátima A. **Conceito básico de patrimônio Histórico Artístico e Cultural**. Disponível em: <www.ceap.br/material/MAT12092009200108.doc>. Acessado em: 22 jun 2016.

RECOMMENDATIONS. 1971. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 41-42.

RECOMMENDATIONS. 1973. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 102-104.

RECOMMENDATIONS. 1977. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 145-146.

RECOMMENDATIONS. 1980. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 159-160.

RÉSOLUTION sur les jardins historiques em danger. 1975. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 131.

RÉSOLUTIONS. 1975. In: In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 131-132.

SILVA, Joelmir; Silva, Aline F.; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. Jardins históricos na América Latina. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Ano XIII, nº 156, maio 2014, p. 1-3.

SILVA, Roland. La Science de la Conervation (La maniere d'ICOMOS). Presentación, 1993. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993, p. 17-22).

SOUZA, Letícia Pumar Alves. **Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

QUEIROZ, M., et al. **M2A1 – Módulo 2 – Aula 1 Cartas Patrimoniais**. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, AERPA, Recife, Vol. 2, 2011.

TORELLY, Luiz Phillippe. **Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate**. Revista Vitruvius Minha Cidade, ano 09, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.100/1869>>. Acessado em: 22 novembro 2015.

Referências bibliográficas – Capítulo 2

BRAGA, Vanuza M. **Viagens ao Passado: Os Intelectuais e a Sacralização de Ouro Preto**. In: A Revista Mosaico, Rio de Janeiro, Ed. nº 3, ano II, 2010.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, setembro de 1946. **Presidência da República**, Casa Civil. Brasília, DF: 1946.

BRASIL. Compromisso de Brasília, abril de 1970. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Brasília, DF: 1970.

BRASIL. Compromisso de Salvador, outubro de 1971. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Salvador, BA: 1971.

BRASIL. Carta de Petrópolis, 1987. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Petrópolis, RJ: 1987.

BRASIL. Declaração de São Paulo, 1989. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. São Paulo, SP: 1989.

BRASIL. Carta do Rio, junho de 1992. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Rio de Janeiro, RJ: 1992.

BRASIL. Carta de Brasília, 1995. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Brasília, DF: 1995.

BRASIL. Declaração de São Paulo II, 1996. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. São Paulo, SP: 1996.

BRASIL. Carta de Fortaleza, 14 de novembro de 1997. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Fortaleza, CE: 1997.

BRASIL. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, V. 01, caderno técnicos 3, 2005.

BRASIL. **Cartas dos Jardins Históricos Brasileiros**. Casa de Rui Barbosa, 2010.

BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturais la labor de ICOMOS. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. **Arqueologia na Paisagem**: olhares sobre o jardim histórico. Rio Books: Rio de Janeiro, 2014.

BRITO, Rosângela M. **A invenção do Patrimônio Histórico Musealizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008**. 2009. 148 f. Mestrado (Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DE ANGELIS, B. L. D.; NETO, G. D. Jardins Históricos – Introduzindo a questão. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 19, p. 31-48, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40218>>. Acessado em: 24 fev 2016.

DELPHIN, Carlos F. M. **Manual de Intervenção em Jardins Históricos**. Brasília: IPHAN, 2005.

DIAS, Vera. **As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://ashistoriasdosmonumentosdorior.blogspot.com.br/2012/07/as-esculturas-do-jardim-do-valongo.html>>. Acesso em: 3 jul 2016.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim SPHAN/próMemória**: um espaço de comunicação do patrimônio cultural. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis, 2010.

IPHAN. Seis Jardins públicos de Burle Marx, em Recife (PE) são tombados. **03 junho 2015**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2359>>. Acessado em: 11 janeiro 2016.

LADEIRA, Leonardo. **Jardins do Valongo**. In: Rio & Cultura, Coluna Patrimônio Histórico, 2012. Disponível em: <http://www.rioecultura.com.br/coluna_patrimonio/coluna_patrimonio.asp?patrim_cod=90>. Acessado em: 11 janeiro 2016.

MAGALHÃES, Aline M. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: **IPHAN, Dicionário do Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>>. Acessado em: 10 fevereiro 2016.

MAGALHÃES, Maria C. **O desenho da história do traço da paisagem:** Patrimônio Paisagístico e Jardins Históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda. 2015. 436 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2015.

MASSUCATE, Yvone A. **O papel do IPHAN na construção da brasilidade.** In: I Simpósio do Laboratório de História Política e Social, Juiz de Fora, 2007.

NETO, Francisco A. N. **A invenção de uma tradição:** a Festa do Senhor do Bonfim em jornais baianos. 2014. 320 f. Tese (Doutorado – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

O IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acessado em: 09 agosto 2015.

PESSOA, A. C., CARNEIRO, A. R. **Burle Marx nas praças do Recife.** 2003. In: *Arquitextos*, n. 042.03, ano 04, novembro 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/638>>. Acessado em: 12 janeiro 2016.

PORTO MARAVILHA. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>>. Acessado em: 11 agosto 2016.

RECIFE. Decreto nº 29.537, de 23 de março de 2016. **Diário Oficial da Prefeitura do Recife,** Recife, PE, 23 mar. 2016, p. 1-51.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RJNET. **A Redenção do Jardim Secreto Jardim suspenso do Valongo.** RJNET, 2013. Disponível em: <<http://www.rjnet.com.br/rjvalongo.php>>. Acessado em: 11 janeiro 2016.

SÁ CARNEIRO, Ana R. S. A paisagem do interior ao exterior do jardim. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. **Arqueologia na Paisagem:** olhares sobre o jardim histórico. Rio Books: Rio de Janeiro, 2014.

SANTUCCI, Jane. O Passeio Público no século XX: “novos” sujeitos, usos e atribuições. In: **Leituras Paisagísticas: teoria e práxis/ (Re) construindo a paisagem do passeio Público** historiografia e práticas projetuais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, n. 1.

SPHAN. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acessado em: 11 janeiro 2016.

TERRA, Carlos. O Passeio Público de Glaziou: a redefinição de objetivos em função de um novo projeto paisagístico. In: **Leituras Paisagísticas: teoria e práxis/ (Re) construindo a paisagem do passeio Público historiografia e práticas projetuais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, n. 1.

TRINDADE, Jeanne. Campo de Santana: o centro do Brasil no Segundo Império. In: **Leituras Paisagísticas: teoria e práxis/ Tradição e Renovação: a contribuição de Glaziou para a memória do paisagismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, n. 2.

VIDA e obra: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). IPHAN, 2013. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%931969>>. Acessado em: 10 fevereiro 2016.

Referências bibliográficas – Capítulo 3 a 4

ANDRADE, Inês El-Jaick. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. In: **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. São Paulo, EESC-USP, 2008. p. 138.

AÑÓN, Carmen. El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación. 1989. In: **Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques**. ICOMOS, 1993.

BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturais la labor de ICOMOS. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. **Arqueologia na Paisagem: olhares sobre o jardim histórico**. Rio Books: Rio de Janeiro, 2014.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CONVENÇÃO para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. UNESCO: 1972.

DAIFUKU, Hiroshi. **Museums and monuments: UNESCO's pioneering role**. Museum International, UNESCO, Paris, Vol. 50, nº 197, 1998.

DE ANGELIS, B. L. D.; NETO, G. D. Jardins Históricos – Introduzindo a questão. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 19, p. 31-48, 2004. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40218>>. Acessado em: 24 fev 2016.

DEPAM/IPHAN. **Paisagem Cultural**. IMK Relações Públicas: Brasília, 2009.

JELLICOE, Geoffrey & Susan, et.al. **The Oxford Companion to Gardens**. Oxford University Press: New York, 1986.

MAGALHÃES, Cristiane M.. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda**. 2015. 436 f. Tese (Doutorado em História, Política, Memória e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2015.

MARX, Murilo. **Cidades Brasileiras**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

ORIENTAÇÕES Técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO: Paris, 2011.

PANZINI, Franco. **Projetar a Natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PELAES, Fátima A. **Conceito básico de patrimônio Histórico Artístico e Cultural**. Disponível em: < www.ceap.br/material/MAT12092009200108.doc>. Acessado em: 22 jun 2016.

TORELLY, Luiz Phillippe. **Paisagem Cultural**: uma contribuição ao debate. Revista Vitruvius Minha Cidade, ano 09, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.100/1869>>. Acessado em: 22 novembro 2015.

WEISSHEIMER, Maria R. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito a prática. In: **Fórum Patrimônio**, v. 5, n. 2, 2012.

WORLD Heritage List. UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acessado em: 22 novembro 2015.

UNESCO. **História**. Disponível em: <<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>>. Acessado em: 22 novembro 2015.

Referências bibliográfias - Capítulo 5 e 6

AMORIM, F. P., TANGARI, V. **Estudo tipológico sobre a forma urbana: conceitos e aplicações**. In: Paisagem Ambiente: ensaios. São Paulo, USP: 2006, n. 22, p. 61-73. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/89805>>. Acessado em: 29 janeiro 2016.

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico**. 2009. 284 f. Tese (Dourado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. USP, 2009.

BRASIL. **Cartas dos Jardins Históricos Brasileiros**. Casa de Rui Barbosa, 2010.

BONI, Débora S. **Praças e Jardins do Oeste Paulista – Praça Maria Izabel**. In: Disciplina Repertório Vegetal e Paisagístico na Construção do Território Paulista. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Bauru, 2016.

CARTA DE FLORENÇA. Florença, Maio de 1981. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%CC%A7a%201981.pdf>>. Acessado em: 16 julho 2015.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. A restauração do jardim das cactáceas de Burlle Marx no Recife, Brasil. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Pérez. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

DELPHIM, Carlos F. M. **Manual de Intervenção em Jardins Históricos**. Monumenta. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acessado em: 9 abril 2009.

DIEHL, J. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: ramal da Alta Paulista. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2008-2009. Orientação: Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara.

ENOKIBARA, M. **Praças e Jardins do Oeste Paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia. In: SALGADO, I.; BERTONI, A (org). Da Construção do Território ao Planejamento das Cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930). Campinas: RiMA, FAPESP, 2010, p. 189-297.

ENOKIBARA, M. et. al. O papel do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo (1909-1912) na divulgação de um repertório vegetal no Oeste Paulista. In: **XII Congresso Internacional de Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado**. A dimensão do cotidiano do patrimônio e os desafios para sua preservação. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. v. 1. p. 407-414.

_____. Praças e jardins da “franja pioneira” do Estado de São Paulo, séculos XIX e XX. Relevância histórica e desafios para a preservação. In: **XII Congresso Internacional de Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado**. A dimensão do cotidiano do patrimônio e os desafios para sua preservação. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. v. 1. p. 1000-1008.

GASPAROTO, A. B. M. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: linha Noroeste. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2006-2007. Orientação: Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara.

GUARALDO, E. **Repertório e Identidade**. Espaços Públicos em São Paulo, 1890-1930. São Paulo, SP: 2002. Apresentada originalmente para obtenção do título de doutora, Universidade de São Paulo, 2002.

LANÇA, J. F. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: ramal da Alta Araraquarense. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2008-2009. Orientação: Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara.

MACHADO, Giovanna C. M. **Praças e jardins do oeste paulista**. Projeto Temático/Sub-tema 3/Equipe Unesp-Bauru. Bolsa de Iniciação Científica, 2006. Orientação: Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara (1).

_____. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: ramal da Alta Paulista. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2006-2007. Orientação: Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara (2).

_____. **Dierberger Arquitetura Paisagística Ltda**. Ensaio de Catalogação. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2008-2009. Orientação: Prof^ª Dr^ª Marta Enokibara (3).

_____. Inventário de um jardim histórico na cidade de Jahu. In: **XII Congresso Internacional de Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado**. A dimensão do

cotidiano do patrimônio e os desafios para sua preservação. Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. v. 1. p. 1015-1023 (4).

MARCONDES, Maria José de A. Modernismo e preservação: Jardins Históricos e valor documental. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Pérez. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

SANTOS, Aline S. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: ramal da Alta Sorocabana. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2006-2007. Orientação: Prof^a Dr^a Marta Enokibara.

SERAFIM, Rafaela M. **Expansão Oeste e Companhia Colonizadora**. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2007. Orientação: Prof^a Dr^a Norma Regina Truppel Constantino.

SIMABUKO, Rafael T. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: ramal da Alta Sorocabana. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2006-2007. Orientação: Prof^a Dr^a Marta Enokibara.

_____. **Praças e jardins do oeste paulista**. A conformação e transformação do espaço público com a introdução da ferrovia: ramal da Alta Sorocabana. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2008-2009. Orientação: Prof^a Dr^a Marta Enokibara.

TRINDADE, Jeanne. A restauração do passeio público do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Pérez. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. Paisagem e arqueologia: por uma convergência teórica, prática e metodologia no estudo dos jardins históricos. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. **Arqueologia na paisagem olhares sobre o jardim histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Rio Book's, 2014.

ZEQUIM, Carolina. **Conformação da estrutura agrária na forma do tecido urbano nas cidades do Oeste Paulista: Linha Araraquarense**. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2007. Orientação: Prof^a Dr^a Norma Regina Truppel Constantino.

ZICHINATO, B. P. **O Instituto Agrônomo do Estado e o repertório vegetal nas cidades do oeste paulista no início do século XX**. Bolsa de Iniciação Científica FAPESP, 2008-2009. Orientação: Prof^a Dr^a Marta Enokibara.

ANEXOS

Anexo I - Relação dos autores e artigos apresentados nos Simpósios ICOMOS-IFLA de 1971 a 1981

Relação dos autores e artigos apresentados nos Simpósios ICOMOS-IFLA de 1971 a 1981, de acordo com a publicação *Jardins et Sites Historiques* (número especial do Jornal Científico do ICOMOS, 1993)

Simpósios	Autor	Texto / Página
1º - 1971 (Fontainebleau)	René Pechère	<i>La restauration des jardins historiques et la philosophie du colloque</i> (p.29 – 30)
	Gerda Gollwitzer	<i>L'inventaire des jardins historiques</i> (p.31-32)
	M. Yokoyama	<i>Special problems connected with the conservation of gardens of historical interest in Japan</i> (p.33-37)
	Piero Gazzola	<i>Closing speech</i> (p.38-40) <i>Recommendations</i> (p. 41-42)
2º - 1973 (Granada)	René Pechère	<i>Etude sur les jardins iraniens</i> (p.45-74)
	Elena Micoulina e Tochtahojieva	<i>Problems of Garden Archaeology in the U.S.S.R.</i> (p.75-80)
	F. Chueca Goitia	<i>Rápidas consideraciones sobre los jardines huertos en la espana muçulmana</i> (p.81-87)
	J. Menéndez Amor	<i>Aplicación de modernas técnicas de la ciência paleobotânica a la restauración de los antigos jardines mediante la recogida de muestras de tierra</i> (p.88-90)
	Luis Ruidor Carol	<i>Plantes employées dans les jardins historiques de l'Islam</i> (p.91-99)
	José Manuel González Valcárcel	<i>Les jardins et les villes historiques</i> (p. 100-101) <i>Recommendations</i> (p. 102-104)
3º - 1975 (Holanda)	C. S. oldenburger-Ebbers	<i>Ornamental plants in 16th and 17th century gardens</i> (p.107-121)
	J. Heniger	
	Jan van Asbeck	<i>Restauration du Palais HETLOO</i> (p. 122-124)
	Juan González Cebrián	<i>Le jardin historique de la Alameda de Osuna</i> (p.125-130)
	-	<i>Résolution sur les jardins historiques em danger</i> (p.131)
-	<i>Résolutions</i> (p.131-132)	
4º - 1977 (Kromeriz e Praga)	Antonín Kurial	<i>Notes on the origin and transformations of palace gardens</i> (p. 135-138)

	Pavol Simkovic	<i>Restoration of Historical Parks with Regard to their dendrological value</i> (p. 139-142)
	Bruno Sisic	<i>Renascence gardens in the Dubrovnik area</i> (p.143-144)
	-	<i>Recommendations</i> (p. 145-146)
5° - 1979 (Bruges e Bruxelas)	-	<i>Recommendations</i> (p. 149-150)
6° - 1979 (Madri e Sevilha)	-	<i>Recomendaciones</i> (p. 153-156)
7° - 1980 (Barcelona)	-	<i>Recommendations</i> (p. 159-160)
8° - 1981 (Florença)	Jean Feray	<i>Petits jardins urbains à Paris au XVIII siècle</i> (p.163-166)
	Carmen Añón	<i>Conservation and value of the Galician Pazo</i> (p.167-174)
	Eugenio Battisti	<i>Il ritiro nel giardino monastic come suicidio politico e culturale. La tragédia dei grandi protagonisti del '500 Romano</i> (p. 175-178)
	Luigi Zangheri	<i>La fortuna dei giardino Medicei in Europa</i> (p. 179-181)
	Isa Belli Barsali	<i>Per una carta del restauro dei Giardini storici</i> (p. 182-186)
9° - 1981	Detlef Karg	<i>Problems of Restoration and Preservation of Landscape Gardens</i> (p. 189-195)
	Sven Anderson	<i>Formal characteristics of the informal garden</i> (p. 196-200)

Anexo II - Carta de Florença

(Tradução disponibilizada pelo IPHAN, acessado em 2 agosto 2016)

DE MAIO DE 1981

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS

Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos – ICOMOS/IFLA

1. *Preâmbulo*

Reunidos em Florença, em 21 de maio de 1981, o Comitê Internacional de Jardins Históricos e ICOMOS/IFLA decidiram elaborar uma carta relativa à proteção dos jardins históricos, que levará o nome desta cidade. Essa carta foi redigida pelo comitê e registrada em 15 de dezembro de 1982 pelo ICOMOS, visando a complementar a Carta de Veneza neste domínio particular.

2. *Definição e objetivos*

Artigo 1º - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Artigo 2º - O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável.

Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações do desenvolvimento e do definhamento da natureza e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado.

Artigo 3º - Por ser monumento, o jardim histórico deve ser salvaguarda, conforme o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como Monumento Vivo, sua salvaguarda requer regras específicas, que são objeto da presente carta.

Artigo 4º - Destacam-se na composição arquitetura do jardim histórico:

- seu plano e os diferentes perfis do seu terreno;

- suas massas vegetais: suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos, suas alturas respectivas;
- seus elementos construídos ou decorativos;
- as águas moventes ou dormentes, reflexo do céu.

Artigo 5º - Expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim toma assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um paraíso no sentido etimológico do termo, mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, eventualmente da originalidade de um criador.

Artigo 6º - A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos.

Artigo 7º - Ligado a um edifício, do qual será parte inseparável ou não, o jardim histórico não pode ser separado de seu próprio meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8º - Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre etc.

Artigo 9º - A proteção dos jardins históricos exige que eles sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas, que são a manutenção, a conservação, a restauração. Pode-se, eventualmente, recomendar a reconstituição. A “autenticidade” diz respeito tanto ao desenho e ao volume de partes quanto ao seu decór ou à escolha de vegetais ou de minerais que os constituem.

3. *Manutenção, conservação, restauração e reconstituição*

Artigo 10º - Qualquer operação de manutenção, de conservação, restauração ou reconstituição de um jardim histórico ou de uma de suas partes deve considerar simultaneamente todos os seus elementos. Separar-lhes os tratamentos alteraria os laços que os unem.

Artigo 11º - A manutenção do jardim histórico é uma operação primordial e necessariamente contínua, sendo vegetal o material principal, é por substituições pontuais e, a longo termo, por

renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado.

Artigo 12º - A escolha de espécies de árvores, arbustos, de plantas ou de flores a serem substituídas periodicamente deve-se efetuar com observância dos usos estabelecidos e reconhecidos para as diferentes zonas botânicas e culturais, em uma vontade de permanente conservação e pesquisa de espécies de origem.

Artigo 13º - Os elementos de arquitetura, de escultura ou de decoração, fixos ou móveis, que fazem parte integrante do jardim histórico, não devem ser retirados ou descolados, senão na medida em que sua conservação ou sua restauração o exijam. A substituição ou restauração o exijam. A substituição ou restauração de elementos em perigo devem ser feitas conforme os princípios da Carta de Veneza e a data de qualquer substituição será indicada.

Artigo 14º - o jardim histórico deve ser conservado em um meio ambiente apropriado. Qualquer modificação do meio físico, que coloque em perigo o equilíbrio ecológico, deve ser proibida. Essas medidas referem-se ao conjunto de infra-estruturas, sejam elas internas ou externas: canalizações, sistemas de irrigação, caminhos, estacionamentos, cercas, dispositivos de vigilância, de exploração etc.

4. *Restauração e reconstituição*

Artigo 15º - Qualquer restauração e, com mais forte razão, qualquer reconstituição de um jardim histórico só serão empreendidas após um estudo aprofundado, que vá desde as escavações até a coleta de todos os documentos referentes ao respectivo jardim e aos jardins análogos, suscetível de assegurar o caráter científico da intervenção. Antes de qualquer execução, esse estudo deverá resultar em um projeto que será submetido a um exame e a uma aprovação de colegiados.

Artigo 16º - A intervenção de restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim. Em princípio, ela não deveria privilegiar uma época à custa de outra, salvo se a degradação ou o definhamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre vestígios ou sobre uma documentação irrecusável. Poderão ser, mais

particularmente, objeto de uma reconstituição eventual as partes do jardim mais próximas do edifício, a fim de fazer ressaltar sua coerência.

Artigo 17º - Quando um jardim houver desaparecido totalmente ou quando só se possuírem elementos conjeturais de seus estados sucessivos, não se poderia empreender uma reconstituição relevante da noção de jardim histórico. Os trabalhos que, nesse caso, se inspirariam em formas tradicionais sobre o terreno de um jardim antigo, ou em lugar onde nenhum jardim tenha previamente existido, constituiriam então noções de evocação ou de criação, excluídas qualquer qualificação de jardim histórico.

5. Utilização

Artigo 18º - Se todo jardim histórico é destinado a ser visto e percorrido, conclui-se que o acesso a ele deve ser moderado, em função de sua extensão e de sua fragilidade, de maneira a preservar sua substancia e sua mensagem cultural.

Artigo 19º - Por natureza e por vocação, o jardim histórico é um lugar tranquilo, que favorece o contato, o silêncio e a escuta da natureza. Essa aproximação cotidiana deve contrastar com o uso excepcional de um jardim histórico como local de acontecimentos festivos. Convém definir, então, as condições de visita aos jardins históricos, de tal sorte que tais acontecimentos, acolhidos excepcionalmente, possam por si mesmos exaltar o espetáculo do jardim e não desnaturá-lo ou degradá-lo.

Artigo 20º - Se, na vida cotidiana, os jardins podem acomodar-se à prática de jogos tranquilos, convém criar, paralelamente aos jardins históricos, terrenos apropriados aos jogos vivos e violentos e aos esportes, de tal maneira que se atenda a essa demanda social sem que ela prejudique a conservação de jardins e dos sítios históricos.

Artigo 21º - A prática da manutenção ou da conservação dos jardins históricos, cuja duração é imposta pela estação, ou das curtas operações que concorrem para lhes restituir a autenticidade, devem sempre ter prioridade sobre as servidões de utilização. A organização de qualquer visita a um jardim histórico deve ser submetida a regras de conveniência adequadas a preservar-lhe o espírito.

Artigo 22º - A retirada dos muros de um jardim cercado não poderia ser empreendida sem levar em conta todas as consequências prejudiciais à modificação de sua ambiência e de sua proteção.

6. *Proteção legal e administrativa*

Artigo 23º - Cabe às autoridades responsáveis adotar, sob a orientação de peritos competentes, as disposições legais e administrativas apropriadas a identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. Essa proteção deve ser integrada aos planos de ocupação dos espaços urbanos e aos documentos do planejamento físico-territorial. Cabe igualmente às autoridades responsáveis assumir, conforme orientação de peritos competentes, as disposições financeiras adequadas a favorecer a manutenção, a conservação, a restauração e, eventualmente, a reconstituição dos jardins históricos.

Artigo 24º - Os jardins históricos constituem um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exige o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma pedagogia adequada assegure a formação dessas pessoas, quer se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos. Deve-se também assegurar a produção regular de vegetais que entram na composição dos jardins históricos.

Artigo 25º - O interesse pelos jardins históricos deverá ser estimulado por todas as ações apropriadas a valorizar esse patrimônio e a torna-lo melhor conhecido e apreciado: promoção de pesquisa científica, intercâmbio internacional e difusão de informação, publicação e divulgação, estímulo à abertura controlada dos jardins ao público, sensibilização para o respeito à natureza e ao patrimônio histórico pela mídia. Os mais eminentes jardins históricos serão propostos para figurar na lista do patrimônio mundial.

Anexo III - Charte de Florence

(Documento original em francês, anexado ao *Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques*, 1993, ICOMOS)

Réuni à Florence le 21 mai 1981, le Comité International des jardins historiques ICOMOS-IFLA a décidé d'élaborer une charte relative à la sauvegarde des jardins historiques qui portera le nom de cette ville. Cette charte a été rédigée par le Comité et enregistrée le 15 décembre 1982 par l'ICOMOS en vue de compléter la Charter de Venise dans ce domaine particulier.

Définitions et objectifs

Art. 1. Un jardin historique est une composition architecture et végétale qui, du point de vue de l'histoire ou de l'art, présente un intérêt public. Comme tel, il est considéré comme un monument.

Art. 2. Le jardin historique est une composition d'architecture dont le matériau est principalement végétal donc vivant, et comme tel périssable et renouvelable.

Son aspect résulte ainsi d'un perpétuel équilibre entre le mouvement cyclique des saisons du développement et du dépérissement de la nature, et la volonté d'art et d'artifice qui tend à en pérenniser l'état.

Art. 3. En tant que monument le jardin historique doit être sauvegardé selon l'esprit de la Charte de Venise. Toutefois, en tant que monument vivant, sa sauvegarde relève de règles spécifiques qui font l'objet de la présente Charte.

Art. 4. Relèvent de la composition architecturale du jardin historique:

- *son plan et les différents profils de son terrain;*
- *ses masses végétales: leurs essences, leurs volumes, leur jeu de couleurs, leurs espacements, leurs hauteurs respectives;*
- *ses éléments construits ou décoratifs;*

- *les eaux mouvantes ou dormantes, reflet du ciel.*

Art. 5. Expression des rapports étroit entre la civilisation et la nature, lieu de délectation, propre à la méditation ou à la rêverie, le jardin prend ainsi le sens cosmique d'une image idéalisée du monde, un "paradis" au sens étymologique du terme, mais qui porte témoignage d'une culture, d'un style, d'une époque, éventuellement de l'originalité d'un créateur.

Art. 6. La dénomination de jardin historique s'applique aussi bien à des jardin modestes qu'aux parcs ordonnancés ou paysagers.

Art. 7. Qu'il soit lié ou non à un édifice, dont il est alors le complément inséparable, le jardin historique ne peut être séparé de son propre environnement urbain ou rural, artificiel ou naturel.

Art. 8. Un site historique est un paysage défini, évocateur d'un fait mémorable : lieu d'un évènement historique majeur, origine d'un mythe illustre ou d'un combat épique, sujet d'un tableau célèbre, etc...

Art. 9. La sauvegarde des jardins historiques exige qu'ils soient identifiés et inventoriés. Elle impose les interventions différenciées que sont l'entretien, la conservation, la restauration. On peut en recommander éventuellement la restitution. L'authenticité d'un jardin historique concerne tout aussi bien le dessin et le volume de ses parties que son décor ou le choix des végétaux ou des minéraux qui les constituent.

Entretien, conservation, restauration, restitution

Art. 10. Toute opération d'entretien, de conservation, restauration ou restitution d'un jardin historique ou d'une de ses parties doit prendre en compte simultanément tous ces éléments. En séparer les traitements altérerait le lien qui les réunit.

Entretien et conservation

Art. 11. L'entretien des jardins historiques est une opération primordiale et nécessairement continue. Le matériau principal étant le végétal, c'est par des remplacements ponctuels et, à

long terme, par des renouvellements cycliques (coupe à blanc et replantation de sujets déjà formés) que l'oeuvre sera maintenue en état.

Art. 12. Le choix des espèces d'arbres, d'arbustes, de plants, de fleurs à remplacer périodiquement doit s'effectuer en tenant compte des usages établis et reconnus pour les différents zones botaniques et culturelles, dans une volonté de maintien et de recherche des espèces d'origine.

Art. 13. Les éléments d'architecture, de sculpture, de décoration fixes ou mobiles qui font partie intégrante du jardin historique ne doivent être enlevés ou déplacés que dans la mesure où leur conservation ou leur restauration l'exige. Le remplacement ou la restauration d'éléments en danger doit se faire selon les principes de la Charte de Venise, et la date de toute substitution sera indiquée.

Art. 14. Le jardin historique doit être conservé dans un environnement approprié. Toute modification du milieu physique mettant en danger l'équilibre écologique doit être proscrite. Ces mesures concernent l'ensemble des infrastructures qu'elles soient internes ou externes (canalisations système d'irrigation, routes, parking, clôtures, dispositifs de gardiennage, d'exploitation, etc.).

Restauration et restitution

Art. 15. Toute restauration et à plus forte raison toute restitution d'un jardin historique ne sera entreprise qu'après une étude approfondie allant de la fouille à la collecte de tous les documents concernant le jardin concerné et les jardins analogues, susceptible d'assurer le caractère scientifique de l'intervention. Avant toute exécution, cette étude devra aboutir à un projet qui sera soumis à un examen et à un accord collégial.

Art. 16. L'intervention de restauration doit respecter l'évolution du jardin concerné. En principe, elle ne saurait privilégier une époque aux dépens d'une autre sauf si la dégradation ou le dépérissement de certaines parties peuvent exceptionnellement être l'occasion d'une restitution fondée sur des vestiges ou une documentation irrécusable. Pourront être plus particulièrement l'objet d'une restitution éventuelle les parties du jardin les plus proches d'un édifice afin de faire ressortir leur cohérence.

Art. 17. Lorsqu'un jardin a totalement disparu ou qu'on ne possède que des éléments conjecturaux de ses états successifs, on ne saurait alors entreprendre une restitution relevant de la notion de jardin historique.

L'ouvrage qui s'inspirerait dans ce cas de formes traditionnelles sur l'emplacement d'un ancien jardin, ou là où aucun jardin n'aurait préalablement existé, relèverait alors des notions d'évocation ou de création, excluant toute qualification de jardin historique.

Utilisation

Art. 18. Si tout jardin historique est destiné à être vu et parcouru, il reste que son accès doit être modéré en fonction de son étendue et de sa fragilité de manière à préserver sa substance et son message culturel.

Art. 19. Par nature et par vocation, le jardin historique est un lieu paisible favorisant le contact, le silence et l'écoute de la nature. Cette approche quotidienne doit contraster avec l'usage exceptionnel du jardin historique comme lieu de fête.

Il convient de définir alors les conditions de visite des jardins historiques de telle sorte que la fête, accueillie exceptionnellement, puisse elle-même magnifier le spectacle du jardin et non de le dénaturer ou le dégrader.

Art. 20. Si, dans, la vie quotidienne, les jardins peuvent s'accommoder de la pratique de jeux paisibles, il convient par contre de créer, parallèlement aux jardins historiques, des terrains appropriés aux jeux vifs et aux sports, de telle sorte qu'il soit répondu à cette demande sociale sans qu'elle nuise à la conservation des jardins et des sites historiques.

Art. 21. La pratique de l'entretien ou de la conservation, dont le temps est imposé par la saison, ou les courtes opérations qui concourent à en restituer l'authenticité doivent toujours avoir la priorité sur la servitudes de l'utilisation. L'organisation de toute visite d'un jardin historique doit être soumise à des règles de convenance propres à en maintenir l'esprit.

Art. 22. Lorsqu'un jardin est clos de murs, on ne saurait l'en priver sans considérer toutes les conséquences préjudiciables à la modification de son ambiance et à sa sauvegarde qui pourraient en résulter.

Protection légale et administrative

Art. 23. Il appartient aux autorités responsables de prendre, sur avis des experts compétents, les dispositions légales et administratives propres à identifier, inventorier et protéger les jardins historiques. Leur sauvegarde doit être intégrée aux plans d'occupation des sols, et dans les documents de planification et d'aménagement du territoire. Il appartient également aux autorités responsables de prendre, sur avis des experts compétents, les dispositions financières propres à favoriser l'entretien, la conservation, la restauration, éventuellement la restitution des jardins historiques.

Art. 24. Le jardin historique est un des éléments du patrimoine dont la survie, en raison de sa nature, exige le plus de soins continus par des personnes qualifiées. Il convient donc qu'une pédagogie appropriée assure la formation de ces personnes, qu'il s'agisse des historiens, des architectes, des paysagistes, des jardiniers, des botaniques.

On devra aussi veiller à assurer la production régulière des végétaux devant entrer dans la composition des jardins historiques.

Art. 25. L'intérêt pour les jardins historiques devra être stimulé par toutes les actions propres à valoriser ce patrimoine et à le faire mieux connaître et apprécier : promotion de la recherche scientifique, échange international et diffusion de l'information, publication et vulgarisation, incitation à l'ouverture contrôlée des jardins au public, sensibilisation au respect de la nature et du patrimoine historique par les mass-media. Les plus éminents des jardins historiques seront proposés pour figurer sur la Liste du Patrimoine mondial.

Nota Bene

Telles sont les recommandations appropriées à l'ensemble des jardins historiques du monde. Cette Charte sera ultérieurement susceptible de compléments spécifiques aux divers types de jardins liés à la description succincte de leur typologie.

Anexo IV - Charter of Historic Gardens “Florence Charter”

(Documento original em inglês, anexado ao *Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques*, publicado em 1993 pelo ICOMOS)

The ICOMOS-IFLA International Committee for Historic Gardens, meeting in Florence on 21 May 1981, decided to draw up a charter on the preservation of historic gardens which would bear the name of that town. The present Charter was drafted by the Committee and registered by ICOMOS on 15 December 1982 as an addendum to the Venice Charter covering the specific field concerned.

A. Definitions and objectives

Art. 1. An historic garden is an architectural and horticultural composition of interest to the public from the historical point of view. As such, it is to be considered as a monument.

Art. 2. The historic garden is an architectural composition whose constituents are primarily vegetal and therefore living, which means that they are perishable and renewable. Thus its appearance reflects the perpetual balance between the cycle of the seasons, the growth and decay of nature and the desire of the artist and craftsman to keep it permanently unchanged.

Art. 3. As monument, the historic garden must be preserved in accordance with the spirit of the Venice Charter. However, since it is a living monument, its preservation must be governed by specific rules which are the subject of the present charter.

Art. 4. The architectural composition of the historic garden includes:

- *its plan and its topography;*
- *its vegetation, including its species, proportions, colour schemes, spacing and respective heights;*
- *its structural and decorative features;*
- *its water, running or still, reflecting the sky.*

Art. 5. As the expression of the direct affinity between civilization and nature, and as a place of enjoyment suited to meditation or repose, the garden thus acquires the cosmic significance of an idealized image of the world, a “paradise” in the etymological sense of the term, and yet a testimony to a culture, a style, an age, and often to the originality of a creative artist.

Art. 6. The term, “historic garden”, is equally applicable to small gardens and to large parks, whether formal or “landscape”.

Art. 7. Whether or not it is associated with a building in which case it is an inseparable complement, the historic garden cannot be isolated from its own particular environment, whether urban or rural, artificial or natural.

Art. 8. An historic site is a specific landscape associated with a memorable act, as, for example, a major historic event; a well-known myth; an epic combat; or subject of a famous picture.

Art. 9. The preservation of historic gardens depends on their identification and listing. They require several kinds of action, namely maintenance, conservation and restoration. In certain cases, reconstruction may be recommended. The authenticity of an historic garden depends as much on the design and scale of its various parts as on its decorative features and on the choice of plant or inorganic materials adopted for each of its parts.

B. Maintenance, conservation, restoration, reconstruction

Art. 10. In any work of maintenance, conservation, restoration or reconstruction of an historic garden, or of any part of it, all its constituent features must be dealt with simultaneously. To isolate the various operations would damage the unity of the whole.

Maintenance and conservation

Art. 11. Continuous maintenance of historic gardens is of paramount importance. Since the principal material is vegetal, the preservation of the garden in an unchanged condition requires both prompt replacements when required and a long-term programme of periodic renewal (clear felling and replanting with mature specimens).

Art. 12. Those species of trees, shrubs, plants and flowers to be replaced periodically must be selected with regard for established and recognized practice in each botanical and horticultural region, and with the aim to determine the species initially grown and to preserve them.

Art. 13. The permanent or movable architectural, sculptural or decorative features which form an integral part of the historic garden must be removed or displaced only insofar as this is essential for their conservation or restoration. The replacement or restoration of any such jeopardized features must be effected in accordance with the principles of the Venice Charter, and the date of any complete replacement must be indicated.

Art. 14. The historic garden must be preserved in appropriate surroundings. Any alteration to the physical environment which will endanger the ecological equilibrium must be prohibited. These applications are applicable to all aspects of the infrastructure, whether internal or external (drainage works, irrigation systems, roads, car parks, fences, caretaking facilities, visitors amenities, etc.).

Restoration and reconstruction

Art. 15. No restoration work and, above all, no reconstruction work on an historic garden shall be undertaken without thorough prior research to ensure that such work is scientifically executed and which involve everything from excavation to the assembling of records relating to the garden in question and to similar gardens. Before any practical work starts, a project must be prepared on the basis of said research and must be submitted to a group of experts for joint examination and approval.

Art. 17. Where a garden has completely disappeared or there exists no more than conjectural evidence of its successive stages a reconstruction could not be considered an historic garden.

C. Use

Art. 18. While any historic garden is designed to be seen and walked about in, access to it must be restricted to the extent demanded by its size and vulnerability, so that its physical fabric and cultural message may be preserved.

Art. 19. By reason of its nature and purpose, an historic garden is a peaceful place conducive to human contacts, silence and awareness of nature. This conception of its everyday use must contrast with its role on those rare occasions when it accommodates a festivity. Thus, the conditions of such occasional use of an historic garden should be clearly defined, in order that any such festivity may itself serve to enhance the visual effect of the garden instead of perverting or damaging it.

Art. 20. While historic gardens may be suitable for quiet games as a daily occurrence, separate areas appropriate for active and lively games and sports should also be laid out adjacent to the historic garden, so that the needs of the public may be satisfied in this respect without prejudice to the conservation of the gardens and landscapes.

Art. 21. The work of maintenance and conservation, the timing of which is determined by season, and brief operations which serve to restore the garden's authenticity, must always take precedence over the requirements of public use. All arrangements for visits to historic gardens must be subjected to regulations that ensure the spirit of the place is preserved.

Art. 22. If a garden is walled, its walls may not be removed without prior examination of all the possible consequences liable to lead to changes in its atmosphere and to affect its preservation.

D. Legal and administrative protection

Art. 23. It is the task of the responsible authorities to adopt, on the advice of qualified experts, the appropriate legal and administrative measures for the identification, listening and protection of historic gardens. The preservation of such gardens must be provided for within the framework of land-use plans and such provision must be duly mentioned in documents relating to regional and local planning. It is also the task of the responsible authorities to adopt, with the advice of qualified experts, the financial measures which will facilitate the maintenance, conservation and restoration, and, where necessary, the reconstruction of historic gardens.

Art. 24. The historic garden is one the features of the patrimony whose survival, by reason of its nature, requires intensive, continuous care by trained experts. Suitable provision should

therefore be made for the training of such persons, whether historians, architects, landscape architects, gardeners or botanists.

Care should also be taken to ensure that there is regular propagation of the plant varieties necessary for maintenance or restoration.

Art. 25. Interest in historic gardens should be stimulated by every kind of activity capable of emphasizing their true value as part of the patrimony and making for improved knowledge and appreciation of them: promotion of scientific research; international exchange and circulation of information; publications, including works designed for the general public; the encouragement of public access under suitable control and use the media to develop awareness of the need for due respect for nature and the historic heritage. The most outstanding of the historic gardens shall be proposed for inclusion in the World Heritage List.

Nota Bene

The above recommendations are applicable to all the historic gardens in the world.

Additional clauses applicable to specific types of gardens may be subsequently appended to the present Charter with brief descriptions of the said.

Anexo V - Carta de los Jardines Históricos “Carta de Florencia”

(Documento original em espanhol, anexado ao *Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques*, publicado em 1993 pelo ICOMOS)

Reunido en Florencia el 31 de mayo de 1981, el Comité Internacional de Jardines Históricos ICOMOS-IFLA ha decidido elaborar una carta relativa a la salvaguardia de los jardines históricos que llevará el nombre de esta ciudad. Esta carta ha sido redactada por el Comité y registrada el 15 de diciembre de 1982 por el ICOMOS con vistas a completar la Carta de Venecia en esta materia específica.

Definición y objetivos

Art. 1. Un jardín histórico es una composición arquitectónica y vegetal que, desde el punto de vista de la historia o del arte, tiene un interés público. Como tal está considerado como un monumento.

Art. 2. El jardín histórico es una composición de arquitectura cuyo material es esencialmente vegetal y, por tanto, vivo, perecedero y renovable. Su aspecto resulta así como un perpetuo equilibrio entre el movimiento cíclico de las estaciones, el desarrollo y el deterioro de la naturaleza, y la voluntad artística y de artificio que tiende a perpetuar su estado.

Art. 3. Dado que es un monumento, el jardín artístico debe estar protegido según el espíritu de la Carta Venecia. No obstante, en tanto y cuanto se trata de un monumento vivo, su protección se atiene a reglas específicas que son el objeto de la presente Carta.

Art. 4. Determinan la composición arquitectónica de un jardín histórico:

- su trazado y los diferentes perfiles del terreno;*
- sus masas vegetales: especies, volúmenes, juegos de colores, distancias, alturas respectivas;*
- las aguas en movimiento o en reposo, reflejo del cielo.*

Art. 5. Expresión de lazos estrechos entre la civilización y la naturaleza, lugar de deleite, propicio a la meditación o el ensueño, el jardín adquiere el sentido cósmico de una imagen

idealizada del mundo, un “paraíso” en el sentido etimológico del término, que da testimonio de una cultura, de un estilo, de una época y, eventualmente, de la originalidad de un creador.

Art. 6. La denominación de jardín histórico se aplica lo mismo a jardines modestos que a grandes parques ordenados paisajistas.

Art. 7. Esté o no unido a un edificio, del cual es complemento inseparable, el jardín histórico no puede estar desligado de su propio entorno urbano o rural, artificial o natural.

Art. 8. Un sitio histórico es un paisaje definido, evocador de un acontecimiento memorable: el emplazamiento de un suceso histórico importante, origen de un mito ilustre o de un combate épico, motivo de un cuadro célebre...

Art. 9. La protección de los jardines históricos exige que estén inventariados o identificados. Impone intervenciones diferenciadas de mantenimiento y restauración. La autenticidad de un jardín histórico afecta lo mismo al diseño y al volumen de sus partes como a su ornamentación o a la elección de los vegetales o materiales que lo componen.

Mantenimiento, conservación, restauración, restitución

Art. 10. Toda operación de mantenimiento, conservación, restauración o restitución de un jardín histórico o de una de sus partes debe tener en cuenta simultáneamente todos sus elementos. Separar los tratamientos alteraría el vínculo que los une.

Mantenimiento y conservación

Art. 11. El mantenimiento, conservación, restauración o restitución de un jardín histórico o de una de sus partes debe tener en cuenta simultáneamente todos sus elementos. Separar los tratamientos alteraría el vínculo que los une.

Art. 12. La elección de árboles, arbustos, plantas, flores que se reemplacen periódicamente debe efectuarse teniendo en cuenta los usos establecidos y reconocidos para las diferentes zonas botánicas y culturales, con una voluntad de mantenimiento y búsqueda de las especies originales.

Art. 13. Los elementos de arquitectura, escultura, decoración, fijos o móviles, que son parte integrante del jardín histórico no deben ser retirados o desplazados más que en la medida que lo exija su conservación o restauración. La sustitución o la restauración de elementos en peligro debe hacerse según los principios de la carta de Venecia y debe indicarse la fecha de toda sustitución.

Art. 14. El jardín debe ser conservado en un entorno apropiado. Debe proibirse toda modificación del medio físico que ponga en peligro el equilibrio ecológico. Estas medidas se refieren al conjunto de la infraestructura, tanto externa como interna (canalización, sistemas de Riego, caminos, parking, tapias, diapositivas de ajardinamiento, explotación, etc.).

Restauración y restitución

Art. 15. Toda restauración y, con mayor razón, toda restitución de un jardín histórico no debe abordarse más que después de un estudio profundo de búsqueda y recopilación de todos los documentos relativos al jardín en cuestión en cuestión y a jardines análogos, capaz de asegurar el carácter científico de la intervención. Antes de cualquier ejecución este estudio deberá plasmarse en un proyecto que estará sometido a un examen y a un acuerdo colegiado.

Art. 16. La intervención de restauración debe la evolución del jardín en estudio. No deberá, en principio, privilegiar una época en detrimento de otra, salvo si la degradación o el deterioro de ciertas partes puedan excepcionalmente dar pie a una restitución fundamentada sobre restos o sobre una documentación irrefutable. Las zonas del jardín más próximas a un edificio podrán ser más particularmente objeto de una eventual restitución con objeto de hacer resaltar su coherencia.

Art. 17. Cuando un jardín haya desaparecido o no se posean más que elementos conjeturales de sus estados sucesivos, no se podrá emprender una restitución que responda al concepto de jardín histórico. En este caso la obra que se inspire en formas tradicionales sobre el emplazamiento de un antiguo jardín o allí donde no hubiese existido otro jardín con anterioridad participaría de la idea de evocación o creación excluyendo la calificación de jardín histórico.

Utilización

Art. 18. Si bien todo jardín histórico está destinado a ser visto y recorrido, su acceso debe ser controlado en función de su extensión y su fragilidad, de forma que se preserven su esencia y su mensaje cultural.

Art. 19. Por naturaleza y por vocación, el jardín histórico es un lugar apacible que favorece el contacto, el silencio y la escucha de la naturaleza. Este contacto cotidiano debe contrastar con el uso excepcional del jardín histórico como lugar de fiestas.

Conviene definir las condiciones de vistas de los jardines históricos de tal manera que una fiesta, excepcionalmente permitida, pueda realizar el espectáculo del jardín y no desnaturalizarlo o degradarlo.

Art. 20. Si en la vida cotidiana de los jardines puede acomodarse la práctica de juegos especiales, conviene crear, paralelamente a los jardines históricos, terreno apropiados a los juegos vivos y violentos y a los deportes, de tal manera que se da respuesta a esta demanda social sin que perjudique a la conservación de los jardines y los sitios históricos.

Art. 21. Las prácticas de mantenimiento o de conservación, cuya ejecución está impuesta por las estaciones, o las pequeñas operaciones que concurren para restituir la autenticidad, deben tener siempre prioridad sobre las servidumbres de utilización. La organización de toda visita de un jardín histórico debe estar sometida a reglas adecuadas y orientadas a mantener su espíritu.

Art. 22. Cuando un jardín este cerrado por muros no deberán suprimirse sin considerar previamente todas las consecuencias perjudiciales que podrían producirse en cuanto a modificación de su ambiente y su protección.

Proyección legal y administrativa

Art. 23. Corresponde a las autoridades responsables tomar, con el consejo de expertos competentes, las disposiciones legales y administrativas apropiadas para identificar, inventariar y proteger los jardines históricos.

Su protección debe integrarse en los planes de ocupación del suelo y en los documentos de ordenación y planificación del territorio. Corresponde igualmente a las autoridades

responsables adoptar, con el consejo de expertos competentes, las disposiciones económicas tendentes a favorecer el mantenimiento, la restauración y, eventualmente, la restitución de los jardines históricos.

Art. 24. El jardín histórico es uno de los elementos del patrimonio cuya supervivencia, en razón de su naturaliza, exige mayores y más continuos cuidados de personas cualificadas. Conviene que una enseñanza apropiada asegure la formación de estas personas, ya se trate de historiadores, arquitectos, paisajistas, jardineros o botánicos.

Debe velarse para asegurar también la producción regular de los vegetales que entran en la composición de los jardines históricos.

Art. 25. El interés por los jardines históricos deberá ser estimulado por medio de las acciones tendentes a revalorizar este patrimonio y a hacerlo conocer y apreciar: promoción de la búsqueda científica, intercambio internacional y difusión de la información, publicación y vulgarización, incitación a la apertura controlada de los jardines al público, sensibilización de las masas respecto a la naturaliza y el patrimonio histórico. Los más eminentes jardines históricos serán propuestos para figurar en la lista del Patrimonio Mundial.

Nota Bene

Tales son las recomendaciones apropiadas al conjunto de jardines históricos del mundo. Esta Carta será ulteriormente susceptible de complementos específicos relativos a los diversos tipos de jardines ligados a la descripción sucinta de su tipología.

Anexo VI - Carta de Florença

(Traduzido por António de Borja Araújo, em dezembro de 2006, disponibilizado pelo ICOMOS, disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-florenca.pdf>>. Acessado em: 06 jul 2016)

PREÂMBULO

O ICOMOS-IFLA International Comitee for Historic Gardens, reunindo em Florença a 21 de Maio de 1981, decidiu emitir uma carta sobre a preservação dos jardins históricos que levaria o nome dessa cidade. A actual Carta de Florença foi preparada pelo Comité e registada pelo ICOMOS a 15 de Dezembro de 1982 como uma adenda à Carta de Veneza cobrindo o campo específico correspondente.

DEFINIÇÕES E OBJECTIVOS

Artigo 1. “Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e hortícola com interesse para o público pelo seu ponto de vista histórico ou artístico”. Como tal, deve ser considerado como sendo um monumento.

Artigo 2. “O jardim histórico é uma composição arquitectónica cujos constituintes são principalmente vegetais e, portanto, vivos, o que significa que eles são perecíveis e renováveis”. Assim, a sua aparência reflecte o perpétuo equilíbrio entre o ciclo das estações, o crescimento e a degradação da natureza e o desejo do artista e do operário em manterem-no permanentemente inalterado.

Artigo 3. Sendo um monumento, o jardim histórico deve ser preservado de acordo com o espírito da Carta de Veneza. No entanto, sendo um monumento vivo, a sua preservação deve ser governada pelas regras específicas que são o objectivo da presente carta.

Artigo 4. A composição arquitectónica do jardim histórico inclui :

- A sua planta e a sua topografia.

- A sua vegetação, incluindo as suas espécies, proporções, esquemas de cores, espaçamentos e alturas respectivas.
- Os seus elementos estruturais e decorativos.
- A sua água, corrente ou parada, reflectindo o céu.

Artigo 5. Como expressão da afinidade directa entre a civilização e a natureza, e como lugar de fruição adequado à meditação ou ao repouso, o jardim adquire assim o significado cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um “paraíso” no sentido etimológico da palavra e, mesmo, um testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época e, frequentemente, da originalidade de um artista criador.

Artigo 6. A expressão “jardim histórico” é igualmente aplicável a pequenos jardins ou a grandes parques, quer sejam formais ou “paisagens”.

Artigo 7. Quer esteja ou não associado a um edifício, caso em que é seu complemento inseparável, o jardim histórico não pode ser isolado da sua envolvente própria, seja ela urbana ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8. Um sítio histórico é uma paisagem específica associada a um facto memorável tal como, por exemplo, um grande acontecimento histórico; um mito bem conhecido; um combate épico; ou o objecto de uma pintura famosa.

Artigo 9. A preservação dos jardins históricos depende da sua identificação e da sua classificação. Exigem diversos tipos de acções, nomeadamente de manutenção, de conservação ou de restauro. Em certos casos, pode ser recomendável a sua reconstrução. A autenticidade de um jardim histórico depende, em igual forma, do desenho e da escala das suas diferentes partes, assim como da escolha das plantas ou dos materiais inorgânicos adoptados para cada uma dessas suas partes.

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURO, RECONSTRUÇÃO

Artigo 10. Em qualquer trabalho de manutenção, conservação, restauro ou reconstrução de um jardim histórico, ou de uma qualquer sua parte, todos os seus elementos constituintes devem ser tratados em simultaneidade. O isolamento das diferentes operações pode danificar a unidade do conjunto.

Artigo 11. A manutenção dos jardins históricos é de enorme importância. Como o material principal é vegetal, a preservação do jardim numa condição inalterada requer substituições imediatas, quando necessárias, e um programa a longo prazo de renovação periódica (podas e replantações com espécimenes maduros).

Artigo 12. Tais espécies de árvores, arbustos, plantas e flores que vão ser periodicamente substituídas, devem ser seleccionadas com respeito pela prática estabelecida e reconhecida em cada região botânica e hortícola, e com o objectivo de se identificarem as espécies originalmente plantadas e de as preservar.

Artigo 13. Os elementos arquitectónicos, escultóricos ou decorativos móveis que fazem parte integral do jardim histórico só devem ser removidos ou deslocados no mínimo essencial para a sua conservação ou para o seu restauro. A substituição ou o restauro de qualquer desses elementos, que esteja em risco, deve ser efectuado de acordo com os princípios da Carta de Veneza, e a data de qualquer substituição total deve ser indicada.

Artigo 14. O jardim histórico deve ser preservado com envolventes apropriadas. Devem ser proibidas todas as alterações ao ambiente físico que ponham em risco o seu equilíbrio ecológico. Estas regras são aplicáveis a todos os aspectos da infra-estrutura, quer internos quer externos (obras de drenagem, sistemas de irrigação, estradas, parques de estacionamento, vedações, instalações de manutenção, apoios para visitantes, etc.).

RESTAURO E RECONSTRUÇÃO

Artigo 15. Não deve ser empreendido nenhum trabalho de restauro nem, acima de tudo, de reconstrução num jardim histórico sem ter sido realizada, previamente, uma investigação profunda que garanta que esse trabalho é cientificamente executado, e que envolva tudo, desde a escavação até à reunião dos registos relacionados com o jardim em questão e com outros jardins semelhantes. Antes que comece qualquer trabalho prático, deve ser preparado um projecto com base na dita investigação, o qual deve ser submetido a um grupo de peritos para exame e aprovação em conjunto.

Artigo 16. O trabalho de restauro deve respeitar as sucessivas fases da evolução do jardim em questão. Em princípio, não se deve dar precedência a nenhum período sobre outro, excepto em

casos excepcionais, quando o grau de destruição e de danos que afectam algumas partes de um jardim sejam tais que seja decidido reconstruírem-se essas partes, com base nos vestígios que sobreviveram ou em evidências documentais indiscutíveis. Esse trabalho de reconstrução pode ser executado, especialmente, nas partes do jardim situadas mais perto do edifício nele contido, para se fazer sobressair o significado dessas partes do conjunto.

Artigo 17. Quando um jardim tiver desaparecido completamente, ou quando não existirem mais do que evidências conjecturais sobre as suas sucessivas fases, não pode ser considerada uma sua reconstrução como sendo um jardim histórico.

USO

Artigo 18. Embora um jardim histórico tenha sido projectado para ser visto e percorrido, o seu acesso deve ser restrito à extensão exigida pelo seu tamanho e pela sua vulnerabilidade, para que possam ser preservadas a sua fábrica física e a sua mensagem cultural.

Artigo 19. Em consequência da sua natureza e do seu objectivo, um jardim histórico é um sítio calmo indutor dos contactos humanos, do silêncio e da fruição da natureza. Esta concepção da sua utilização diária deve contrastar com o seu papel naquelas raras ocasiões em que ele acomoda uma festividade. Assim, devem ser claramente definidas as condições de tais usos ocasionais de um jardim histórico, para que essas festividades possam, por si mesmas, servir a valorização do efeito visual do jardim, em vez de o perverter ou danificar.

Artigo 20. Embora um jardim histórico possa ser adequado para jogos calmos, como ocorrência diária, devem ser preparadas áreas separadas, adjacentes ao jardim histórico, apropriadas para jogos e desportos mais activos e movimentados, para que possam ser satisfeitas as necessidades do público a este respeito sem prejuízo da conservação dos jardins e das paisagens.

Artigo 21. O trabalho de manutenção e de conservação, cujos tempos são determinados pelas estações, e as operações breves que servem para restaurar a autenticidade do jardim, devem ter sempre precedência sobre os requisitos do uso público. Todas as disposições para as visitas aos jardins históricos devem ser sujeitas a regulamentos que garantam que o espírito do sítio é preservado.

Artigo 22. Se um jardim for murado, não podem ser removidas os seus muros sem o exame prévio de todas as possíveis consequências que detenham a probabilidade de conduzirem a alterações na sua atmosfera e de afectarem a sua preservação.

PROTECÇÃO LEGAL A ADMINISTRATIVA

Artigo 23. É tarefa da responsabilidade das autoridades adoptarem, sob o parecer de peritos qualificados, as apropriadas medidas legais e administrativas para a identificação, registo e protecção dos jardins históricos. Deve ser prevista a preservação desses jardins no enquadramento dos planeamentos de utilização do território, e essas previsões devem ser taxativamente mencionadas nos documentos relacionados com o planeamento regional e local. Também é tarefa da responsabilidade das autoridades adoptarem, sob o parecer de peritos qualificados, as medidas financeiras que facilitem a manutenção, a conservação e o restauro, e, quando necessário, a reconstrução dos jardins históricos.

Artigo 24. O jardim histórico é um dos elementos do património cuja sobrevivência, por causa da sua própria natureza, requer uma prestação de cuidados intensiva e contínua por peritos treinados. Deve, portanto, ser adequadamente prevista a formação de tais pessoas, quer sejam historiadores, arquitectos, arquitectos paisagistas, jardineiros ou botânicos. Deve-se ter, também, o cuidado de se garantir que é feita uma regular propagação das variedades de plantas necessárias para a manutenção ou para o restauro.

Artigo 25. O interesse pelos jardins históricos deve ser estimulado por todo o tipo de actividades capazes de enfatizarem o seu real valor como parte do património e devem ser encorajados os seus melhores conhecimento e apreço, através de : promoção de investigação científica; troca e circulação internacional de informação; publicações, incluindo trabalhos destinados ao público em geral; encorajamento do acesso pelo público, sob adequadas condições de controlo, e uso dos media para o desenvolvimento do reconhecimento da necessidade de serem respeitados a natureza e o património histórico. Os mais extraordinários jardins históricos devem ser propostos para inclusão na Lista do Património Mundial.

Reparar bem.

As recomendações anteriores são aplicáveis a todos os jardins históricos do mundo.

Podem ser, subsequentemente, acrescentadas cláusulas adicionais a esta Carta, respeitantes a tipos específicos de jardins, incluindo breves descrições dos ditos tipos.

Anexo VII - Tabelas de bens tombados pelo IPHAN, reorganizado e reclassificado em dezembro de 2015.

Tabela Anexa 1 - Jardins Históricos tombados à nível nacional pelo IPHAN

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1938	0099-T-38 / Belas Artes e Histórico	Rio de Janeiro - RJ	Passeio Público: Chafariz dos jacarés, obeliscos e portão do Mestre Valentim
1940	0202-T-39 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Cachoeira - BA	Hospital São João de Deus: jardim
1965	0744-T-64 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Fortaleza - CE	Área do Passeio Público, Antiga Praça dos Mártires
Homologação 2015	1563 / presente nos 3 livros	Recife - PE	Jardins de Burle Marx na Cidade de Recife
Homologação 2015	1388 / presente nos 3 livros	Rio de Janeiro - RJ	Campo de Santana

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Tabela Anexa 2 - Conjunto Arquitetônico com presença de praça e/ou jardim a nível nacional pelo IPHAN.

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade / Estado	Bem / Inscrição
1938	0099-T-38 / Belas Artes e Histórico	Rio de Janeiro - RJ	Jardim e Morro do Valongo: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
1938	0099-T-38 / Belas Artes e Histórico	Rio de Janeiro- RJ	Quinta da Boa Vista
1938	0092-T-38 / Belas Artes	Rio de Janeiro - RJ	Solar Grandjean de Montigny e jardim
1949	0398-T / Belas Artes e Histórico	Salvador - BA	Quinta do Tanque
1951	0345-T-42 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Goiás - GO	Largo do Chafariz: Conjunto Arquitetônico e urbanístico
1955	0454-T-51 / Belas Artes	São Luiz - MA	Praça João Francisco Lisboa: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
1955	0454-T-51 / Belas Artes	São Luiz - MA	Praça Benedito Leite: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
1955	0454-T-51 / Belas Artes	São Luiz - MA	Praça Gonçalves Dias: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
1964	0739-T-64 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Belém - PA	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, Ex-Largo da Sé; Largo da Sé (Antigo)
1967	0612-T-60 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Petrópolis - RJ	Palácio de Cristal e Praça da Confluência

1973	0880-T-73 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Nova Era - MG	Praça da Matriz: Conjunto Arquitetônico e Museu Municipal de Arte e História: Prédio
1977	0812-T-64 / presente nos 3 livros	Belém - PA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico “Ver-o-Peso” e áreas adjacentes, Praça II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe
1986	1121-T-84 / Belas Artes e Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	São Paulo - SP	Casa modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz, 325, constituído pela casa, o jardim e o bosque que o circundam
1987	1140-T-85 / Belas Artes	Recife - PE	Palacete do Benfica, situado na Rua Benfica, nº 251, compreendendo o terreno de cerca de 6.890 m ² , o palacete, o jardim e demais construções nele existentes, grandes e portões de ferro voltados para a rua mencionada
1998	1348-T 95 / presente nos 3 livros	São Paulo - SP	Conjunto do Ipiranga: Museu Paulista, Monumento à Independência, Casa do Grito e Parque da Independência.
Homologado 2015	1691 / presente nos 3 livros	Juiz de Fora - MA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Tabela Anexa 3 - Conjunto Urbano com a presença de praças e/ou jardins tombadas a nível nacional pelo IPHAN.

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade	Bem / Inscrição
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Ana Nery, fronteira à Igreja de N. Sa. da Palma, no Subdistrito de Santana
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Severino Vieira, fronteira à Igreja de N. Sa. da Saúde, no Subdistrito de Nazaré
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito da Penha, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Euzébio de Matos; b) Ladeira do Bonfim; c) Praça Teodósio Rodrigues de Faria; d) Praça Senhor do Bonfim; e) Rua Professor Santos Reis; f) Trecho da avenida Beira Mar; g) Praça Divina; h) Rua Benjamin Constant; i) Rua Teodósio Costa, até a citada Praça do Senhor do Bonfim
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito de Conceição da Praia, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Marcílio Dias; b) Rua Manoel Vitorino; c) Trecho da rua Visconde de Mauá; d) Rua Dionísio Martins; e) trecho da rua do Sodré; f) Rua Macedo Costa
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos da Sé e do Passo, compreendendo os seguintes logradouros: a) Rua

			Monte Alegre; b) Praça Anchieta; c) Rua Inácio Acióli; d) Trecho da Rua Doze de Outubro; e) Rua Santa Isabel; f) Rua Moniz Barreto; g) Rua Frei Vicente; h) Rua Gregório de Matos; i) Rua Ângelo Ferraz; j) Praça José Alencar; k) Rua Padre Agostinho Gomes; l) Rua Eduardo Carizé; m) Rua João de Brito; n) Praça dos Quinze Mistérios; o) Rua Custódio de Melo; p) Trecho da rua Joaquim Távora; q) Praça Barão do Triunfo; r) Rua Luís Viana; s) Rua Ribeiro dos Santos; t) Trecho da Rua Silva Jardim; u) Rua Alfredo Brito; v) Praça Quinze de Novembro
1959	0464-T-52 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Salvador - BA	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos dos Mares e da Penha, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Adriano Gordilho; b) Rua Rio Araguaçu; c) Rua Rio Almada; d) Faixa Marítima, até a citada Praça Adriano Gordilho
1972	0050 / Arqueológico Etnográfico e Paisagístico	Nova Friburgo - RJ	Praça Getúlio Vargas: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
1980	0973-T- 78 / presente nos 3 livros	Itaparica - BA	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento
1987	1179-T-85 / Belas Artes e Histórico	Manaus - AM	Imóvel denominado Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, compreendendo seus pavilhões e jardins, embarcadouro e trecho correspondente da margem do rio
1990	1213-T-86 / Belas Artes e Histórico	Rio de Janeiro - RJ	Área Central da Praça Quinze de Novembro e imediações
2003	1468-T-2000 / Histórico	Porto Alegre - RJ	Sítio Histórico das Praças da Matriz da Alfandega

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN.

Tabela Anexa 4 - Equipamento e infra-estrutura urbana com a presença de praças e/ou jardins tombadas a nível nacional pelo IPHAN

Data da Inscrição	Nº Processo / Livro do Tombo	Cidade	Bem / Inscrição
1960	0379-T-48 / Belas Artes	Conceição do Mato Dentro - MG	Chafariz da Praça Dom Joaquim

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas pelo IPHAN

Anexo VIII – Las Cuatro Fases da Metodologia de Análisis

(Metodologia formulada por Carmen Añón Feliu no texto “*El jardín histórico: Notas para una metodología previa al proyecto de recuperación*”, disponibilizada no *Journal Scientifique Jardins et Sites Historiques*, publicado em 1993 pelo ICOMOS)

ESTABLECERIAMOS CUATRO GRANDES FASES EN EL DESARROLLO DE ESTE TRABAJO

Fase de análisis y documentación

Tendría por objeto llegar un conocimiento profundo del jardín a través del estudio de su pasado y su presente, estableciendo de esta forma un doble contacto físico y espiritual con el jardín, para tratar de alcanzar su profunda razón de ser, unida a un pleno conocimiento de su estado actual y de sus posibilidades.

Criterios

Con la seguridad que nos darían todas las investigaciones realizadas podríamos establecer los criterios que van a determinar el proyecto y las líneas generales de actuación analizando los puntos conflictivos y buscando las soluciones más adecuadas.

Proyecto

Determinados y aceptados estos criterios se procederá a la relación completa del proyecto, con todos los capítulos necesarios, determinado las fases de realización y los presupuestos parciales y totales.

Actuaciones complementarias

Se establecerá una política de mantenimiento encaminada a obtener la imagen final del jardín y las actuaciones complementarias que se consideren adecuadas en cada caso para potenciarlo, poder desarrollar la misión cultural que le es inherente, y asegurar su conservación.

Estas cuatro fases se pueden programar de forma independiente con una valoración previa de tiempo y de presupuesto, pero resultaría peligroso confundirlas o alterarlas con la excusa de acelerar el proceso o economizar. La seguridad que da un profundo conocimiento del jardín y de sus problemas resulta a la larga mucho más rentable cuando llega el momento de actuar y el tiempo que aparentemente se pierde en la primera fase se recupera luego con creces. Por otra

parte no resultaría correcto hacer análisis parciales en la fase previa de documentación por la casi imposibilidad de fraccionar datos y atentaría contra la unidad espacial y conceptual que debe existir siempre en un jardín. Únicamente puede ser factible en el caso de un jardín dividido en períodos muy determinados o en unidades claramente diferenciadas.

Sí es posible en cambio, una vez redactado el proyecto, prever distintas fases de ejecución, porque concebido éste como una unidad, las sucesivas intervenciones estarán ya condicionadas entre sí.

El paisajista encargado de la restauración debe tener conocimientos serios y profundos sobre la historia del jardín para poder interpretar los datos históricos, las deformaciones de los planos de época, el estilo de los diferentes creadores, la técnica, innovaciones y modas de los diferentes períodos muy distintos en cada región el uso y la manera de emplear las diferentes especies, las formas de podar árboles y arbustos, etc. para poder desarrollar adecuadamente el proyecto.

Análisis y documentación

1. Análisis histórico

1.1. Descripción del jardín

1.2. Antecedentes históricos

1.3. Material gráfico histórico

1.4. Archivos

1.5. Planos de restauración de las épocas más representativas del jardín

2. Estado actual

2.1. Plano de situación

2.2. Plano de zonificación

2.3. Planos topográficos del estado actual

2.3.1. Plano topográfico general

2.3.2. Plano topográfico de zonas específicas

2.4. Planos de arq. Mayor y menor

2.5. Estudio botánico

2.6. Estudio fitopatológico

2.7. Estudio edafológico

2.8. Estudio de la fauna

2.9. Estudio de las comunicaciones

- 2.10. Infraestructura
 - 2.10.1. Red de riego
 - 2.10.2. Drenaje
 - 2.10.3. Iluminación
 - 2.10.4. Equipamiento
- 2.11. Documentación gráfica
- 2.12. Estudio de las instalaciones, dependencias y obligaciones
- 2.13. Estudio ambiental y sociológico

3. *Estudio paisajístico*

- 3.1. Zonificación
- 3.2. Circulación
- 3.3. Perspectivas y puntos de interés
- 3.4. Estudio de la vegetación
- 3.5. Estudio analítico histórico-artístico
- 3.6. Estudio botánico-histórico
- 3.7. Aspectos y situación legal del jardín
- 3.8. Estudio del uso y función del jardín

Durante este período se establece un contacto diario que nos introduce en la imagen real del jardín mientras vamos formando su imagen histórica. De la yuxtaposición de estas dos realidades, espiritual y física, deberá surgir la imagen auténtica del jardín en su proyección histórica y en su proyección real.

Desarrollo del programa: análisis y documentación

1. *Análisis histórico*

1.1. *Descripción del jardín*

Se hará una descripción del jardín, su ubicación y problemática general, los motivos de la restauración y primeras ideas.

1.2. *Antecedentes históricos*

Para ello habrá de recurrir a una seria investigación histórica realizada por el propio paisajista o mejor aún por un historiador competente, preferentemente especialista en historia del jardín. Se investigarán los archivos históricos locales, municipales y generales, familiares, parroquiales, etc., recurriendo siempre que sea posible a las fuentes originales. Guías antiguas,

descripciones de viajeros, literatura de la época, biografías de las personas que lo habitaron o tuvieron que ver con él, revistas, periódicos, etc.

No hay que olvidar que en el caso de un jardín histórico será frecuente muchas veces que el jardín actúe como un museo de sí mismo. Por eso toda esta documentación que empezamos a manejar deberá catalogarse y ordenarse desde el primer momento para ir creando así un fondo cultural que sirva después para el desarrollo de diferentes actividades. La investigación histórica tendrá así dos vertientes: base de apoyo para la realización del proyecto de restauración y catalogación, ordenación y clasificación de esa documentación para la creación de un Centro Documental del propio jardín y posibles publicaciones.

1.3. *Material gráfico-histórico*

Se efectuará una búsqueda y recopilación de cuanto material gráfico pueda ser interesante para la restauración e interpretación del jardín. Planos, mapas, fotografías, cuadros, apuntes, etc., que serán cuidadosamente clasificados.

1.4. *Archivos*

Con el material obtenido se irán formando diferentes archivos:

1.4.1. *Archivos de documentación*

- Clasificación cronológica.
- Clasificación numérica.
- Clasificación temática.
- Clasificación de artistas y artesanos relacionados con el jardín.
- Manuscritos originales.
- Fotocopias de legajos y documentación.

1.4.2. *Archivo fotográfico*

- Recopilación y ordenación de fotografías, diapositivas, clichés, films, fotos aéreas tanto antiguas como actuales.

1.4.3. *Archivo gráfico*

- Planos, dibujos, bocetos, cuadros, estampas, etc.

1.4.4. *Archivo bibliográfico*

- Historia, literatura, arte, política, etc., relacionada con el jardín o sobre los artistas que hayan trabajado en él.

1.4.5. *Archivo actualizado*

Se recogerán asimismo todo los artículos, informaciones y actividades que tengan lugar en la actualidad sobre el jardín, para ir formando al mismo tiempo la historia del proceso de su recuperación. No debe olvidarse que el jardín tendrá, en cierta medida, la importancia que

nosotros seamos capaces de proyectar y que la imagen que estamos resucitando será la mejor garantía de su futuro.

1.5. Planos de restauración de las épocas más representativos del jardín

Es un método interesante trabajar con planos en blanco, en los que se van anotando los datos que vamos recibiendo sobre sus períodos más significativos, viendo gráficamente la sucesiva evolución a través del tiempo, o seleccionar los planos que marquen de forma más evidente los distintos cambios sucedidos.

Estos planos pueden contemplar diversos aspectos del jardín: Botánicos, representando gráficamente las especies cuya existencia se conforma por facturas, inventarios, etc.; Arquitectónicos, modificaciones de trazados, añadidos o segregaciones, esculturas, fuentes, etc.

2. Estado actual

Paralelamente al trabajo anterior y a la lectura e información que las fuentes históricas nos vayan proporcionando se desarrollará la investigación sobre el estado actual del jardín. Ambas investigaciones se complementan. Encontraremos muchas veces el proyecto original del jardín o tendremos la suerte de hallar los primeros bocetos, pero otras muchas esto no ocurrirá y será sin embargo el propio jardín el que nos vaya desvelando su pasado y hablando más elocuentemente que ningún plano. Problema muy frecuente es el del cambio de niveles por aportes sucesivos de tierras, escorrentía del terreno o modificaciones es el del cambio de niveles por aportes sucesivos de tierras, escorrentía del terreno o modificaciones sustanciales. Un estudio detallado de la arquitectura, de los basamentos de fuentes, estatuas y edificaciones o los planos originales nos podrá suministrar indicaciones sobre los sitios más adecuados para hacer calas o prospecciones del terreno. Desde este punto de vista es interesante incorporar un arqueólogo al equipo y efectuar estas operaciones con la misma técnica rigurosa que se emplea en una excavación arqueológica. El tiempo de jardín que estemos estudiando nos indicará la necesidad tal vez de que sean estas técnicas las que condicionen todo el proyecto, sobre todo en un proceso a largo término como en el caso de excavaciones pré-históricas, romanas o medievales, etc.

2.1. Plano de situación

Sacado de un plano oficial, sirve únicamente como punto de referencia de la situación exacta del jardín y para establecer sus límites legales.

2.2. Plano de zonificación

Es sumamente útil dividir el jardín (salvo de tratarse de jardines de muy reducido tamaño), en diversas zonas ateniéndose a sus condiciones geográficas, paisajistas, botánicas, etc. En base a este plano y zonificación se identificarán todas las actuaciones posteriores.

2.3. Planos topográficos del estudio actual del jardín

Uno de los puntos negros o conflictivos suele ser la carencia de un plano topográfico actualizado, caso de que éste exista. Es una pieza fundamental del proyecto y debe tratar de conseguirse a toda costa. En jardines de gran extensión su coste es elevado, pues debe corresponder a unas especificaciones muy precisas para que sea realmente útil.

Cada uno de estos planos del estado actual deberá ir acompañado de un informe escrito que complete con claridad la información gráfica que el plano nos proporciona. Puede hacerse independientemente, acompañando cada plano para agrupar toda la información escrita en un solo documento debidamente ordenado. El trabajo de campo, lo mismo que el histórico, estará siempre en relación con la importancia, la extensión y desgraciadamente el presupuesto disponible. Varios profesionales o equipos deben colaborar en la obtención y clasificación de estos datos.

Es sin embargo imprescindible, pues será el documento sobre el cual se articulará todo el proyecto definitivo. Es muy importante establecer las especificaciones de su realización, para obtener unos datos fiables y realmente prácticos en el momento de elaborar el proyecto definitivo (anexo 2).

Lo más práctico será tener una reunión previa con los encargados del levantamiento topográfico para que éste se ajuste a las peculiaridades de cada proyecto. Deberemos tener en cuenta que la localización de especies arbóreas por fotogrametría (proyección de copa) puede inducir a errores de más de tres metros en cuanto a la localización del tronco, o a que nos aparezcan especies que quedan ocultas por la sombra de los grandes árboles. Es pues necesario un serio trabajo de campo que garantice la exactitud de los datos, de tal forma que estos planos constituyan un exhaustivo estudio del estado actual del jardín, o estado previo a la restauración, de forma que cualquier actuación posterior pueda ser juzgada con absoluta claridad.

Estos trabajos deberán expresarse en los siguientes planos:

2.3.1. Plano topográfico general del jardín a escala 1:2.000, 1:1.000 según los casos, con curvas de nivel Cada 0,50 o 0,25 metros.

2.3.2. Planos topográficos especiales de zonas específicas a escala 1:100 ó 1:50 según los casos. En jardines de muy reducido tamaño es necesario a veces trabajar con escalas de 1:50, 1:20 o hasta 1:10.

Antes de emprender los trabajos se establecerán las normas que van a guiarlos, variables y adaptadas a las condiciones de cada jardín. Deberá en general tenerse en cuenta:

- Se establecerá una red topográfica por el método de itinerario cerrado. Desde los vértices, así establecido, se dominará la totalidad de la superficie del parque, procediéndose a la

determinación de los elementos por el método de radiación, obteniendo para cada punto las coordenadas X, Y, Z.

Arboles. Se determinará la posición del centro del tronco por métodos topográficos midiéndose el diámetro con forcípula. La proyección de la copa mediante cinta métrica, estableciendo el ancho en dos direcciones perpendiculares y la altura mediante telescopio. Expresión numérica en el plano de la altura máxima de la copa sobre el suelo.

Viales. Se representarán los caminos, paseos y sendas indicando el firme y radio de curvatura ex/

- Todas las secciones necesarias con las debidas anotaciones en el plano general.
- Los intervalos de las curvas de nivel.
- Se efectuará un primer plano básico que contemple únicamente el perímetro de los límites exactos del jardín.
- Todas las construcciones arquitectónicas, incluso con aceras perimetrales o zocales si estas existiesen.
- Todos los pavimentos duros (enlosados, cementos).
- Todo el sistema acuático de forma que queden bien identificados naturales y artificiales. El sistema de Riego, con tuberías, galerías, arquetas, etc.
- El sistema de iluminación: si presenta farolas, postes o anclajes fijos y las posibles líneas de alta o baja tensión que atraviesen el parque.
- Los elementos botánicos estarán representados de la forma más sencilla con elementos geométricos y numéricos.

2.4. Planos de arquitectura mayor y menor

Sobre un plano donde sólo aparezcan los límites del jardín se situarán todos los elementos de arquitectura mayor o menor incluyendo muros, escaleras, fuentes, estanques, etc.

2.4.1. En este apartado se levantarán todos y cada uno de los planos necesarios de todos los elementos en el estado en que se encuentren, con la misma metodología que para la restauración de un monumento histórico.

Se habrían también reunido, almacenado y etiquetado todas las posibles piezas arquitectónicas o escultóricas diseminadas por el parque, indicando el lugar donde se hayan recogido.

2.5. Estudio botánico

2.3.5. Sobre los planos de los apartados 2.3.1. y 2.3.2. se reflejarán los elementos botánicos del jardín:

Arbolado: posición y diámetro reales del tronco. Determinación de especie.

Tocones: Posición y diámetro. Determinación de especie.

Setos: Expresando especie, altura, marras y número de pies por metro.

Basándose en los puntos de apoyo utilizados en la restitución fotogramétrica se levantarán poligonales cerradas o encuadradas, cuyos puntos servirán de estación para, por radiación, determinar las coordenadas, x, y, z, de los elementos a representar. Para ello se tendrán en cuenta las tolerancias permisibles según la escala del plano y los aparatos topográficos empleados serán los que permitan alcanzar esas tolerancias.

Se procurará que la simbología de las distintas especies sea lo más elemental posible con objeto de no hacer el plano confuso por acumulación de datos y signos gráficos, acompañado de un código indicativo de la especie y el número de árbol.

A veces será necesario hacer una división entre vegetación forestal y vegetación ornamental, división que condicionará la metodología del trabajo y el material auxiliar, así como el personal técnico especializado en las distintas ramas agronómicas y forestales. En el caso de una formación notable por factores de diversa índole, o de ejemplares aislados de particulares características, es conveniente ampliar el estudio con los apartados correspondiente.

Es éste el momento de catalogar o inventariar los elementos vegetales del jardín, árboles y arbustos. En cuanto a las flores bastará con hacer una relación de las que se encuentran en ese momento. Identificados cada uno de estos elementos vegetales se procederá a confeccionar una ficha completa de cada uno de ellos. De esta forma abrimos en todo momento cuantos árboles de cada especie tenemos en el parque, sus características biológicas y paisajistas, enfermedades, tratamiento, podas, etc. (anexo 3).

Se efectuarán los siguientes trabajos:

- Elaboración de los catálogos florales de las zonas en estudio.
- Determinación de las comunidades vegetales que componen el mosaico de las unidades ecológicas de área.
- Evaluación del estado vegetativo de las diferentes comunidades, vitalidad y condiciones de regeneración natural. Conclusiones sobre condiciones edáficas, cambios y anomalías climatológicas, estado sanitario, inter-relaciones entre agentes bióticos, factores orográficos, etc.

El análisis de polen puede dar lugar a algunas confusiones. Algunas plantas de la familia de los compositores no son fáciles de identificar en cuanto a especie o género a partir del polen, la misma familia puede contener hierbas y plantas cultivadas. En las rosas pasa lo mismo con las rosas silvestres y las rosas cultivadas; el buxus no florece si está muy recortado y puede no aparecer aunque hayan existido setos de él. Además, por otra parte algunos árboles no florecen hasta alcanzar la madurez.

2.6. *Estudio fitopatológico*

Se hace necesario elaborar un informe fitosanitario del estado de la totalidad de los elementos vegetales.

En este informe únicamente se describirá el estado de la vegetación, sin indicar los remedios adecuados en cada caso, que serán objeto de estudio especial en el proyecto definitivo. Tema importantísimo es el manteniendo, lo mismo de la masa arbórea que de los ejemplos aislados, para los que se deberá recurrir a un especialista, primero para los tratamientos fitosanitarios, después para los determinados tipos de poda o cirugía arbórea que sean necesarios.

En este momento de los trabajos puede estar justificada una acción individualizada para atacar alguna determinada plaga que se haya detectado y sea urgente controlar.

Caso de tener que eliminar algún ejemplar arbóreo por riesgo de propagación de enfermedad o peligro de caída se hará un informe por un técnico especialista acompañado de una fotografía y se solicitará el permiso de la autoridad competente.

2.7. *Estudio edafológico*

Se harán los oportunos análisis de tierra para establecer las condiciones edáficas de terreno, muestra de los elementos patógenos. Se hará un análisis de las condiciones climatológicas, formaciones geológicas, humedad relativa, precipitaciones, vientos dominantes, radiación, etc. Naturalmente este estudio será muy diferente según el tipo de jardín y en los de gran extensión llegaremos a usar técnicas de gran paisajismo, estudio del medio físico, valoración del suelo, etc.

2.8. *Estudio de la fauna*

Informe sobre la fauna de vertebrados, aves, peces y hepertofauna presente en el jardín, con objeto de mantener el equilibrio ecológico existente.

2.9. Estudio de comunicaciones

Sobre un plano donde aparezca la Arq. Mayor e menor y los accidentes orográficos más importantes deberán señalarse las avenidas, paseos, caminos, senderos, etc., existentes. No olvidemos que resolver los recorridos y trayectos que se puedan organizar, jerarquizar y unificar los viales será una de las propuestas básicas de actuación, siendo por eso de suma importancia un plano detallado y exacto de la situación, estado y composición de los mismos.

2.10. *Infraestructura*

2.10.1. *Red de riego*

Caso de que el jardín disponga de red de Riego de estudiará con todo detalle la situación de la misma. Los resultados de este estudio se plasmarán en un plano (2.9.1) que indique su localización, arquetas, fuentes, empalmes, bocas de riegos, etc., y en un documento el estado

actual de esa red, donde se alimenta, estado de las instalaciones, etc. Si existen fuentes, su situación y funcionamiento.

2.10.2. *Drenaje*

Si existe una red de saneamiento en todo el jardín, o en determinado lugar (perimetral a un edificio, pozos negros, etc.), se levantará el plano correspondiente (2.10.1).

2.10.3. *Iluminación*

Se hará lo mismo relativo al tendido eléctrico, indicando las características de la instalación, los elementos de iluminación existentes, incluso los que se hayan instalado recientemente. Se adjuntará plano de la instalación y fotografía o dibujo de los elementos.

2.10.4. *Equipamiento*

Se detallarán minuciosamente todos los elementos de servicio del jardín acompañándolos de fotografías o dibujos: bancos (los de piedra se incluirán en elementos de arquitectura lo mismo que las treillages), papeleras, juegos de jardín, carteles, etc., colocándolos en el lugar donde en el jardín, si con elementos fijos o numerándolos si son móviles.

2.11. *Documentación gráfica*

La documentación gráfica consistirá principalmente en un exhaustivo documental fotográfico que abarque el jardín lo más ampliamente posible. Vamos a utilizarla como testimonio irrefutable del estado del jardín y como base para el estudio de las propuestas ulteriores. Puede ir apoyado por bocetos y croquis hechos in situ.

2.12. *Estudio de las instalaciones, dependencias y obligaciones*

Se hará un estudio pormenorizado de todas las instalaciones que se encuentren dentro de los límites del jardín: casas de guardas, oficinas o dependencias, servicios públicos o privados, contratos establecidos, arriendo de pastos, granjas, indicando su situación legal y ubicación exacta con historial independiente de cada uno de ellos.]

2.13. *Estudio ambiental y sociológico*

Durante todo el tiempo de toma de datos (que prácticamente es muy difícil reducir a menos de un año, e interesante también para estudiar los cambios estacionales), se pueden ir tomando notas sobre el medio ambiental y sociológico en que el jardín va a desarrollarse. Para ello elaboraremos nuestras propias encuestas si tenemos posibilidad de hacerlo o recurriremos a los datos que la municipalidad nos puede ofrecer y que Suelen ser bastantes fiables. Averiguaremos de esta forma el medio social en que el jardín está inserto, cuál es la visión del jardín desde fuera, su conocimiento, como se usa, por quién y para qué, qué se sabe de su historia, los medios de acceso, las necesidades de la zona, etc., datos que se plasmarán en su documento sin indicar en este estudio propuestas ni soluciones.

3. *Estudio paisajístico*

3.1. *Zonificación*

División del jardín en áreas de interés paisajístico o histórico de acuerdo con sus principales características. Esta división no tiene por qué ser la misma que la zonificación anterior que obedecía a unos criterios de operatividad. A veces puede ser interesante que coincidan ambos parámetros.

3.2. *Circulación*

Estudio de los itinerarios actuales y propuesta de los nuevos si hubiera lugar, o modificación de los existentes en razón de la recuperación de nuevas zonas o de una nueva función y uso del jardín.

3.3. *Perspectivas y puntos de interés paisajístico*

Señalización de los puntos de máximo interés paisajístico, apertura hacia el entorno inmediato, perspectivas a potenciables o entorno degradado que haya que ocultar, etc.

3.4. *Estudio de la vegetación*

Características de la vegetación en cada zona o en elementos aislados. Efectos que se han perdido y que convendría recuperar. Estado de los setos y alturas que se deberían conseguir. Estado de la capa vegetal, praderas, y tapizantes, etc.

3.5. *Estudio analítico, histórico-estilista*

El estudio de los antecedentes históricos nos habrá llevado a averiguar el autor del jardín o la fecha de su creación. El plano original nos determinará el estilo predominante en el jardín o, caso de no tenerlo, podemos recurrir a la investigación sobre la obra de esse autor y en último término a la comparación con jardines del mismo período y estilo, para marcar unas líneas que definan la unidad estilística del jardín.

3.6. *Estudio básico histórico*

Todos los datos botánicos de plantaciones, semillas, compras, invernaderos nos indicarán las posibles especies empleadas originalmente. Hay que tener en cuenta que muchas veces se hicieron plantaciones que luego no se aclimataron. De no disponer de estos datos se puede recurrir a la investigación bibliográfica de la época manejando preferentemente libros de ámbito local o relaciones de jardines próximos por ser mucho más fiables.

3.7. *Estudio del uso y función del jardín*

El proyecto del jardín debe estar de acuerdo con el uso y función que éste vaya a tener. Hay que determinarlo antes de pasar a hacer el proyecto definitivo pues este uso supondrá necesariamente una serie de condicionantes en el proyecto (accesos, parking, viviendas, servicios, etc.).

Recordemos que en la recopilación de todos los datos trataremos siempre que éstos sean:

- Comprensibles, simples y necesarios (sólo los que vamos a emplear).
- Precisos y sistemáticos – calidad y utilidades.
- Operativos – susceptibles de ser expresados cartográficamente.
- Multidisciplinares abarcarán la totalidad del medio que nos interesa – Fácilmente obtenibles (de acuerdo con nuestros conocimientos y medios).

Antes de emprender los trabajos, el director de equipo debe especificar bien el tipo de dato requerido, establecer un orden en la investigación, el nivel de detalle, el sistema de representación, (teniendo en cuenta que van a ser planos de trabajo, no de exposición), coordinar los distintos equipos y los trabajos de las distintas épocas del año.

Una vez estudiados con detalle todos los apartados enunciados y aquellos que hubieran surgido de la singularidad del propio jardín pasaremos a elaborar un documento final donde se expondrán las grandes líneas de actuación.

Todo este trabajo previo nos habrá llevado a un conocimiento profundo del jardín, sus necesidades y sus problemas. Habremos establecido, de una manera científica, una estrecha relación con el genio del lugar. Poco a poco el jardín nos habrá ido desvelando su intimidad. Habiendo estudiado cada una de las partes podremos pasar a considerar el jardín como un todo en una unidad temporal y estilística.

4. *Criterios de restauración*

4.1. Criterios generales

4.2. Criterios específicos

4.3. Criterios puntuales

4.4. Función del jardín

4.5. Consideraciones generales

4.1. *Criterios generales*

Se expresan los últimos criterios y consideraciones internacionales sobre restauración y la normativa vigente en cada país.

4.2. *Criterios específicos*

De la interpretación de esa normativa aplicable a cada caso particular surgirán los criterios fundamentales que van a articular las pautas de restauración del jardín.

4.3. *Criterios puntuales*

Aquellos que se adopten en zonas o elementos particulares (parterres, arquitectura de jardín, etc.) con una problemática específica. Se pueden exponer una o varias soluciones a adoptar

indicando sus ventajas e inconvenientes. Exponer los casos de restituciones, degradación, ruina inminente, etc.

4.3. *Criterios puntuales*

Aquellos que se adopten en zonas o elementos particulares (parterres, arquitectura de jardín, etc.) con una problemática específica. Se pueden exponer una o varias soluciones a adoptar indicando sus ventajas e inconvenientes. Exponer los casos de restituciones, degradación, ruina inminente, etc.

4.4. *Función del jardín*

Exponer, desde el punto de vista del restaurador cuál debería ser la función y el uso del jardín y como deberían desarrollarse (jardín público o privado, uso restringido, instalaciones de apoyo).

4.5. *Consideraciones generales*

Una primera evaluación del tiempo de ejecución del proyecto, honorarios, acciones más importantes que emprender, (cerrado al público, tratamientos fitosanitarios, acciones legales, etc.).

No debe olvidarse no obstante que en un proceso de restauración por mucho que se hayan valorado u estudiado los diferentes problemas que se pueden presentar, es normal que se produzcan imprevistos, nuevos descubrimientos, etc., que obliguen a cambiar las líneas de trabajo o determinen nuevas actuaciones. Es pues siempre aconsejable dividir el proyecto en diversas fases con dotación económica independiente.

Sería entonces el momento de unas reuniones conjuntas con los diversos técnicos asesores y los responsables directos del jardín para exponer todos estos datos y presentar las soluciones, llegando a unas conclusiones para que en el proyecto no hubiese sorpresas y fuera el resultado de unos acuerdos establecidos. Se pueden establecer y las líneas generales del proyecto, con un máximo de seguridad y garantía, conociendo bien la materia sobre la que vamos a trabajar, nuestros medios y nuestro objetivos.

Podremos igualmente marcar un plan de trabajo acorde con las necesidades, las características del jardín y las posibilidades de actuación. El proyecto se desarrollará como uno normal de jardinería, teniendo en cuenta que si siempre es de desear una especificación cuidadosa de cada uno de sus apartados, en el caso de una restauración del mismo.

Cuanto mayor es la extensión del jardín más se evidencia la necesidad de un plan general que abarque todo el conjunto. La programación de las plantaciones a largo plazo es indispensable si no queremos además que los precios se disparen a niveles prohibitivos.

Ciertamente que en su desarrollo nos encontramos con el empleo de técnicas de jardinería ya desaparecidas a veces imposibles de aplicar tal como lo fueron en su día. La recuperación de un parterre, por ejemplo, es tarea complicada, y que a pesar de los esfuerzos no llega a estar superada del todo. Los treillages, las antiguas rosaledas o las muestras de arte topiario son otros tantos problemas. El recurrir a manuales de la época será el camino seguro para no equivocarnos buscando un compromiso entre lo que se hacía y nuestras posibilidades tratando de mantener siempre el espíritu y la armonía del jardín.

Anexo XIX - Ficha integral de inventario y registro para Paisajes Culturales

(Disponível em: < http://ip51.icomos.org/landscapes/ficha_inventario.htm>. Acessado em: 6 agosto 2016).

Ficha integral de inventario y registro para Paisajes Culturales

Verbania, octubre 2006

1.0. Nombre/ubicación/accesibilidad:

1.1. Nombre actual.

1.2. Nombre original.

1.3. Nombre popular si existe alguno.

1.4. Dirección (País, región, provincia, ciudad), teléfono, fax, correo electrónico, página web.

1.5. Ubicación con mapa.

1.6. Coordenadas geográficas (latitud, longitud, altitud).

1.7. Área y límites.

1.8. Acceso y medios de transporte.

1.9. Visitas/horarios/tarifa de entrada/grupos/visitas guiadas.

1.10. Instalaciones (comercio/cafetería/restaurante/baños/discapacitados)

1.11 Eventos (tipo, fechas, periodicidad, capacidad máxima de personas)

2.0. Cuestiones Legales

2.1. Régimen de propiedad, Administración responsable, también informar si algunas áreas públicas son administradas por privados.

2.2. Nombre completo del dueño (público, privado o empresa).

2.3. Responsable del mantenimiento.

2.4. Protección legal, incluyendo planes urbanos, etc.

2.5. Organizaciones públicas o privadas trabajando en el sitio.

3.0. Categoría/tipología del Paisaje Cultural:

Para más información, por favor consultar el Anexo 3 de las Directrices Operacionales de la UNESCO.

3.1. Un Paisaje diseñado y creado intencionalmente por el hombre (parque, huerto, jardín recreativo, plazoleta, plaza, cementerio, paseo, patio)

3.1. a. jardín (tipo)

3.1. b. parque (tipo)

3.1. c. Jardines relacionados a construcciones monumentales y/o conjuntos

Descripción/Detalles

3.2. Paisajes orgánicos evolutivos

3.2. a. Paisajes relicto (o fósiles)

Descripción/Detalles

3.2. b. Paisajes evolutivos

Descripción/Detalles

3.3 Paisaje cultural asociado: conectado con elementos religiosos / culturales / naturales /otros / asociaciones).

4.0. *Historia:*

4.1. Uso original, sucesivo y presente:

4.2. Fecha / construcción inicial más antigua y fecha de inauguración:

4.3. Propietarios originales y sucesivos:

4.4. Usos originales y sucesivos:

4.5. Autor(es): (paisajista, arquitecto, jardinero, propietario y su biografía)

4.6. Fechas de los sucesivos reciclados de la distribución original:

4.7. Personalidades históricas y/o sobresalientes involucradas

5.0. *Descripción General:*

5.1. Medio ambiente:

5.1.1. Urbano/ alrededores/ rural/ agrícola / placer / arqueológico / otro

5.1.2. Características generales del paisaje

5.1.3. Descripción de las condiciones del medio ambiente (temperatura, clima, humedad, vientos, incidencia del sol)

5.2. Características geográficas: vegetación, fauna, topografía regional, geología, ecosistema, degradación del medio ambiente

5.3. Topografía del lugar (natural, realizada, formas de la tierra, terraplenes)

5.4. En los casos de jardines: estilo original y presente.

5.5. Rutas, pasos, sendas, accesos a pie / mecánicos (diseño, tipo, pavimentos)

5.6. Elementos arquitectónicos

5.7. Vegetación: (bosques naturales / plantaciones: árboles, arbustos, bosquets, cercos vivos / especificaciones de las especies)

5.8. Agua: ríos / lagos / fuentes / lagunas / piletas / canales / sistemas de riego:

5.9. Perspectivas / Panoramas / Vistas / Sitios de interés

5.10. Esculturas y piezas de arte

5.11. Sistema de iluminación

5.12. Mobiliario

5.13. Carteles de orientación

5.14. Vallas, límites

5.15. Fauna salvaje / criada

5.16. Estado (excelente, bueno, aceptable, deteriorado, en riesgo, alterado)

Si la Categoría es 3.2.a. (paisaje relictos o fósil) añadir también

5.17. Componentes arqueológicos,

5.18. Otros elementos hechos por el hombre

5.19. Señales de antigua producción agrícola en el medio natural

5.20. Usos de la tierra

Si la Categoría es 3.3. (paisaje cultural asociado) añadir también

5.21. Cuestiones agrícolas u otras producciones tradicionales y su efecto sobre el paisaje

5.22. Persistencia de aparatos tradicionales de producción, transporte o almacenamiento

5.23. Conjuntos domésticos, industriales, sistemas en relación con la energía (por ejemplo represas hidráulicas)

Si la Categoría es 3.2.a. (paisaje relictos o fósil) añadir también

5.17. Componentes arqueológicos,

5.18. Otros elementos hechos por el hombre

5.19. Señales de antigua producción agrícola en el medio natural

5.20. Usos de la tierra

Si la Categoría es 3.3. (paisaje cultural asociado) añadir también

5.21. Cuestiones agrícolas u otras producciones tradicionales y su efecto sobre el paisaje

5.22. Persistencia de aparatos tradicionales de producción, transporte o almacenamiento

5.23. Conjuntos domésticos, industriales, sistemas en relación con la energía (por ejemplo represas hidráulicas)

6.0. *Características:*

6.1. Tangibles: marco, patrimonio geográfico, botánico, ecológico, arqueológico, étnico, vivo, calidad del mantenimiento, otro.

6.2. Intangible: Significado histórico, religioso, mítico, social, otro.

6.3. Creencias, cultos, rituales tradicionales, rituales asociativos.

6.4. Población, etnias.

6.5. Idiomas y dialectos.

6.6. Actividades sociales y económicas.

6.7. Autenticidad.

6.8. Universalidad.

6.9. Aislada o como parte de una ruta temática.

7.0. *Criterios de selección y valorización*

8.0. *Adjuntos:*

A. Planos actualizados

B. Fotografías actualizadas.

C. Documentos históricos gráficos (dibujos, pinturas, grabados, fotografías, artículos literario)

D. Bibliografía: (general, específica, guías)

9.0. Información sobre el entrevistador:

-Nombre, domicilio, correo electrónico, teléfono, responsabilidad, posición, institución, profesional o amateur)

10.0. *Fecha de confección de la ficha:*

Nota:

Recomendamos firmemente establecer un Archivo de Inventario centralizado, cuyo domicilio y responsable a cargo deben aparecer en esta sección final, de modo que todos los que confeccionen esta ficha puedan enviarla a este archivo y estar entonces disponible para consulta.